

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA NA ESFERA
PÚBLICA VIRTUAL**

Dissertação de Mestrado

Vera Teresa Costa

PORTO ALEGRE
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA NA ESFERA
PÚBLICA VIRTUAL**

Vera Teresa Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Linha de Pesquisa Comunicação, Representações e Práticas Culturais da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientador:
Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

PORTO ALEGRE
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

À Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação “As representações da homossexualidade feminina na esfera pública virtual”, elaborada por Vera Teresa Spcht da Costa, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora:

Profa.Dra. Leni Vieira Dornelles - PPGEDU/FACED/UFRGS

Profa.Dra. Lizete Dias de Oliveira - PPGCOM/UFRGS

Profa.Dra.Maria Helena Weber - PPGCOM/UFRGS

Gratos Itinerários

Recolhia a roupa do varal enquanto dava um tempo ao artigo, que no computador ligado, me chamava a retomá-lo. Afinal, o dito artigo seria apresentado num congresso. Naquele momento, incontroláveis, os pensamentos vieram e se instalaram: afinal porque eu havia escolhido esse tema, o que me atraía nele? O que continha para me envolver se ao longo da vida jamais me interessara particularmente pelos assuntos do feminismo e da sexualidade? Por que então particularmente as lésbicas? Por que justamente encarar um tema e uma abordagem através de representações sociais, esfera pública, análise das narrativas e comunicação mediada por computador?

A resposta veio imediata: pela transgressão e pela inovação. As lésbicas, sempre no plural, me pareceram essencialmente transgressoras. O que me atraiu foi a possibilidade de examinar – mesmo que num momento e sob uma ótica – a comunicação de uma minoria. Mais de três décadas de ativo engajamento político e ideológico, penso, me guiaram naquela decisão. A bem da verdade, a minha, reconheço que esta trajetória foi fruto das lições de vida de meus pais, Maria e Theodoro, dois operários que incansavelmente me diziam que sempre era preciso ver-se na posição dos pequenos, dos outros, daqueles que não ditam as regras.

E a inovação? A explicação repousava também na vivência: eu havia trabalhado com comunicação na Internet no início da sua expansão nas terras brasileiras. E em meados dos anos 90, tratá-la como um espaço midiático provocou carrancas entre os informatas e muxoxos de descrença nos jornalistas. O desafio fora lançado para quem nunca se sentira sequer confortável escrevendo em máquinas elétricas e, teimosamente, procurava nas redações uma velha Remington, cujo barulhento carrilhão era segura indicação de que as idéias estavam sendo ordenadas no papel. Pois foi justamente esse desafio da mudança que me levou pelos caminhos da comunicação digital.

Transgressão e inovação também seriam essenciais ao meu retorno à academia. Mas a estrada ensina ao andarilho e a transgressão e a inovação mostraram-se mais profundas através de um percurso áspero e arduo, porém profundamente rico. O tal do objeto, inicialmente difuso, foi se tornando exigente ao revelar rebeldias diante das minhas tentativas de enquadrá-lo. A tal da metodologia me acordava nas madrugadas trazendo novas dúvidas e inquietações. Entrelaçada à teoria, fui e voltei com ela ao objeto traçando os rumos apresentados nessa dissertação. Ao final, a transgressão e a inovação foram maiores cruzando, inclusive, meus preconceitos teóricos para penetrar em novos horizontes e destes realizar a travessia de reconciliação.

Esse percurso não existiria não fosse meu orientador lançar o desafio, auxiliando desde a definição do tema e, diligentemente acompanhado, o dia a dia da empreitada. Muito perspicaz meu mestre professor Valdir Morigi que soube me atizar com esta bela provocação..

A ele meus agradecimentos por me incentivar e abrir caminhos na mais recente transgressão que, espero, possa contribuir para o conhecimento no campo da comunicação.

A todas as mulheres lésbicas meu respeito e admiração pela coragem e perseverança, traduzidos no reconhecimento à ajuda e ao incentivo de Priscila Galvão que, através do MSN, me serviu de guia pelo mundo lésbico.

E, no exercício do papel de matriarca que insistem em me rotular, um afago muito especial à tribo familiar: ao Paulo, ao Bruno, ao Cezar, ao Pedro e à bem-vinda Rossana.

*“A maior violência contra nós, lésbicas,
é o fato de ainda estarmos invisíveis”*
Rosângela Castro, ativista carioca.

“Bicha, traveco e sapatão construindo esta nação”.
Palavras de ordem do movimento GLTB
na caminhada do IV Fórum Social Mundial, janeiro de 2005, Porto
Alegre.

RESUMO

A homossexualidade feminina tem, na atualidade, maior visibilidade nos espaços midiáticos num processo indicativo de mudanças acerca do tema que emerge da intimidade para o debate na esfera pública. Esse processo mobiliza questionamentos na sociedade sobre normalidade e anormalidade das orientações sexuais bem como de suas representações sociais. Verificar, compreender e examinar como as lésbicas utilizam a comunicação mediada por computador é o objetivo deste trabalho que se detém na análise das narrativas para avaliar a interação comunicacional, as redes de socialidade e solidariedade e a afirmação identitária. Neste percurso são vistos a atuação individual e do movimento lésbico por mudanças nos direitos de cidadania dentro da esfera pública virtual: o ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Mediada por Computador; Lésbicas; Identidade; Representações Sociais; Cidadania; Redes de Socialidade.

ABSTRACT

The visibility of woman homosexuality on media space indicates a changing process about this theme on public shpere. This fact sets questions about normality and abnormality of sexual orientations and also about the lesbians' social representations. Verifying ,understanding and examine how those women use the computer-mediated communication is the purpose of this study. Narrative analyses are the method used to evaluate the communicational interaction, the lesbian identity and the lesbian movement actions in the changing process citizenship in the virtual public shpere: the cyberspace.

KEY-WORDS: Computer-mediated-communication.Lesbians.Identity and Social Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Home- page da Lelist	126
FIGURA 2	Home page do Manual da Lésbica Contemporânea	137
FIGURA 3	Home page da lista AB-L	145
FIGURA 4	Home page do site Um Outro Olhar	149

LISTA DE SIGLAS

AB-L	Articulação Brasileira de Lésbicas
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ALEM	Associação Lésbica de Minas
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
CANDACE	Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas
COLERJ	Coletivo de Lésbicas do Estado do Rio de Janeiro Elizabeth Calvet
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
ILGA	International Lesbian and Gay Association
LAME	Grupo Lésbico Maranhense
LAMCE	Liberdade Entre Mulheres do Ceará
LELIST	Lista de Discussão de e para lésbicas
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
MOLECA	Movimento Lésbico de Campinas
PLC	Projeto de Lei Complementar
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	19
1.1.1 Objetivo geral	19
1.1.2 Objetivos específicos	19
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESFERA PÚBLICA	21
2.1 Estigma, preconceito e discriminação	22
2.2 Representações sociais e senso comum	26
2.3. Os vínculos essenciais	34
2.4 Ciberespaço como esfera pública virtual	36
2.5 As representações sociais na esfera pública	44
3 LESBIANIDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA	47
3.1 Identidades, diferenças e subjetividades	54
3.2 A multiplicidade	57
3.3 Identidades coletivas, minorias e movimentos	63
3.4. Autonomia e visibilidade	71
3.5 Novas representações sociais da cidadania	76
4 COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADOR	82
4.1 Comunidades virtuais: a socialidade	92
4.1.2 Listas de discussão: solidariedade e ativismo	95
4.2 Alternativos na rede: os sites	108
5 METODOLOGIA	114
5.1 Análise das narrativas	114
5.2 Procedimentos de pesquisa	118
5.2.1 Definição dos dispositivos técnicos	118
5.2.2 Critérios e seleção dos materiais	119
5.2.3 A descrição das representações	121
6 NARRATIVAS LÉSBICAS NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL	125
6.1 LELIST: a solidariedade contra o preconceito	125
6.2 MANUAL DA LÉSBICA CONTEMPORÂNEA: a saída do armário	137
6.3 AB-L: a cena do ativismo	144
6.4 UM OUTRO OLHAR: a memória da identidade	148
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	161
ANEXOS	176

1 INTRODUÇÃO

A homossexualidade, um tema antes confinado à vida íntima dos indivíduos, passou a ser debatida na esfera pública desde a metade do século XX impulsionada por movimentos sociais. A estigmatização moldou estes movimentos num processo combinado de identificação e diferenciação. Na diferença que lhes segregava - doentes, pervertidos, anormais – os homossexuais encontraram o amálgama para tornarem-se atores políticos de uma história questionadora das normas naturalizantes que atribuem correspondência automática entre o corpo, o gênero e a sexualidade.

Tais normas não foram instituídas pela repressão direta do poder do Estado ou pelo silêncio. Ao contrário, como mostra Foucault (1973), a partir do século XVIII há um incitamento discursivo sobre o sexo retirando-o da obscuridade num processo de desvendamento e esquadrinhamento que constituirá a base dos saberes científicos sobre a sexualidade iniciados naquele momento. A estratégia discursiva de falar sobre um tema antes restrito à intimidade e pautado, ainda que formalmente por princípios religiosos, revelou sua eficiência orientando a denominação de normalidades e anormalidades das práticas. O paradigma de conduta foi fixado no casal monogâmico heterossexual, estigmatizando as outras práticas como sexualidades periféricas, anormais, desviantes. De tal forma essa designação de anormalidade foi assimilada que se tornou também o padrão de avaliação do indivíduo que vê toda sua existência avaliada a partir desta anormalidade constituída.

Os movimentos sociais da homossexualidade decidiram quebrar e desconstruir esta norma saindo da intimidade, ou das sombras da exclusão, para a visibilidade. Na sociedade complexa e diversificada da atualidade, falar de visibilidade implica em examinar os processos comunicativos instaurados pela mídia. Temas, assuntos, demandas e opiniões só parecem tornar-se legítimos nos encontros do cotidiano após sua presença midiática.

Silversotne (2002) ressalta a centralidade da mídia, tanto para informação como entretenimento. Thompson (1998) nos fala da alteração nos regimes de visibilidade que ela proporciona e França (1995) ratifica a importância das interações sociais instauradas pela mídia. O desenvolvimento da tecnologia fez surgir um novo ambiente midiático – uma rede de computadores globalmente interconectada – constituindo um modelo de emissão/recepção multidirecional onde se instalaram comunidades de encontros, debates, amizades, solidariedades o lado a lado de outras marcadas pela segregação, pelo ódio ou pela intolerância.. Com estes referenciais – mídia, visibilidade , interação e tecnologia –coloca-se a indagação da contribuição da comunicação mediada por computador na transformação da visão hegemônica sobre a lesbianidade.

O tema foi instigado pela constatação de deslocamento das designações tradicionais – machorra, sapatão, caminhoneira – para outras denominações menos estigmatizadoras no cotidiano de pessoas comuns. Três telenovelas brasileiras – “Torre de Babel”, “Mulheres Apaixonadas” e “Senhora do Destino” - veiculadas pela Rede Globo de Televisão, indicavam mudanças no tratamento do tema. Na primeira delas, de 1998, o casal lésbico foi retirado da trama, literalmente detonado numa explosão, porque a audiência rejeitava a relação homoafetiva. Na segunda, de 2003, duas adolescentes tinham um envolvimento e, na terceira, de 2004, as aventuras e desventuras do casal lésbico foram acompanhadas sem sobressaltos e, ao final, a adoção de uma criança colocou em cena a homoparentalidade.

Simultaneamente aceito e rejeitado, o envolvimento amoroso de duas mulheres causou polêmica. Ao lado das tradicionais designações de machorra, sapatão, e caminhoneira emergiram novas maneiras de ver a homossexualidade feminina. Senão traduziam uma aceitação incondicional da lesbianidade, mostravam uma transição na forma de avaliar seu comportamento. Ainda que o conjunto das abordagens midiáticas refletisse a tendência à homogeneização e à reprodução de estereótipos, notava-se que esta abordagem das novelas

contribuía para a pluralidade de reflexões e maneiras de ver as “diferentes”. Quais os motivos dessa mudança? Por que a mídia veiculava novas abordagens sobre as lésbicas? Este tratamento estaria circunscrito à ficção televisiva?

As respostas estavam nos relatos da vida cotidiana.. Em 2005, no Dia Internacional do Orgulho Gay (28 de junho), um debate entre quatro homossexuais masculinos e dois femininos no Jornal do Almoço, da Rede BS TV, intercalava depoimentos de populares manifestando o respeito e o reconhecimento aos direitos “gays”. Naquele mesmo mês, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre havia aprovado o projeto de lei da vereadora Margarete Moraes (PT) instituindo oficialmente em Porto Alegre, o dia 29 de agosto como data da Visibilidade Lésbica. Seguiram-se a estes fatos, três concessões de adoção a casais lésbicos no Rio Grande do Sul nos últimos dois anos. No mesmo período, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA reconheceu dois casais femininos como “unidade familiar” concedendo-lhes lotes em assentamentos paulista e goiano.

Às dúvidas preliminares respondiam a teledramaturgia e a vida real apresentando novas imagens do tema. Mas ainda na televisão persistiam, com predominância, as personagens caricatas de mulheres masculinizadas e na conversação miúda do dia-a-dia as piadas cruéis combinavam-se com argumentos arraigados sobre a “inversão” desta prática sexual. A persistência do sistema classificatório, realizado pelos saberes científicos ao longo dos dois últimos séculos, moldava vocábulos e conceitos que davam familiaridade e a segurança na nominação dessas mulheres. Este quadro em mutação – num momento a certeza de uma anormalidade e noutro a instalação da dúvida sobre esta mesma anormalidade – produzia tensões na forma socialmente partilhada de perceber, interpretar e relacionar-se com o mundo. As representações sociais sobre a lesbianidade já não se apresentavam mais monolíticas abrindo caminho para uma multiplicidade de explicações, questionamentos e novos significados para este comportamento.

Na teledramaturgia e no registro da vida real as lésbicas ganhavam visibilidade alterando representações cristalizadas no espaço público. Portanto, a mídia cumpria um papel crucial nesta transição. Sociedade midiática é a designação dada à época contemporânea onde temas, assuntos, demandas, opiniões só parecem tornar-se legítimos nos encontros do cotidiano após sua presença midiática. Mas informação e divertimento não estão restritos à televisão e, a tecnologia digital formatou um ambiente rico de possibilidades conectando pessoas pelo mundo afora num ciberespaço. Em seus inúmeros dispositivos tecnológicos estão expostas informações, opiniões e argumentos de incalculáveis fontes diferentes consultadas por um número considerável de indivíduos em todo o mundo. Qual a mediação que ele estabeleceria?

Por detrás das mudanças sociais, ensina a história, sempre existem os sujeitos que a operam. Os novos significados apresentados sobre a lesbianidade na mídia não tinham origem na prática heterossexual predominante, portanto esta concepção traduzia a visão daquelas que a vivenciavam. Minoritárias diante do paradigma sexual hegemônico, as lésbicas constroem uma identidade que as coletiviza e justifica sua prática e compõem um movimento político ativo e capaz de introduzir mudanças. Se os movimentos sociais são ativos, habitualmente têm formas próprias de estabelecer a comunicação na esfera pública e com seus militantes, a utilização dos recursos do ciberespaço deveria ser também realizada pelas mulheres homossexuais. Quais eram os argumentos expostos capazes de subsidiar a alteração das representações existentes acerca de si?

Mas circunscrever a pesquisa aos espaços institucionais poderia limitar o estudo às propostas de uma ou outra tendência política. Se o novo ambiente proporciona interações entre indivíduos, era preciso considerar que as lésbicas sem engajamento em tais movimentos também se utilizam do ciberespaço. Neste caminho a indagação orientou-se também na constatação da transposição da dicotomia inicial entre o virtual que marcou os primeiros

debates sobre a comunicação digital. Ainda que alcance ainda um menor número de indivíduos do que veículos massivos como o rádio, os jornais ou a televisão, a rede é integrada concretamente o cotidiano de seus usuários. No caso presente, o cotidiano é marcado mais pela rejeição à sua sexualidade do que pela plena aceitação causando dificuldades comuns a todas. O questionamento levou à verificação de ambientes no ciberespaço em que a troca de experiências, solidariedades e socialidade estivessem presentes para responder às demandas deste cotidiano permeado de estigmas, preconceitos e discriminações ditados pela hegemonia da visão heterossexual de mundo.

No mundo da vida e no das leis, outras diferenciações são feitas aos homossexuais como sua exclusão de direitos garantidos aos heteros. Casamentos, adoções, direitos de família, também são implementados a partir do padrão da normalidade sexual. As lésbicas, ao lado de todos os segmentos do movimento homossexual passaram a questionar o conceito de cidadania. Num mundo, onde as identidades são múltiplas e atravessadas pela cultura, pelo processo de globalização, a própria noção de cidadania apenas como dos direitos definidos a partir de território ocupado por um Estado passou a ser relativizada. O princípio da universalidade, fundamento de todos as cartas constitucionais democráticas vigentes, está permeado pela visão heterocêntrica ao reconhecer apenas a união entre um casal formado por um homem e uma mulher. O princípio da igualdade entre todos os cidadãos não é plenamente realizado. Em busca de mudanças, o movimento colocou na esfera pública a demanda por direitos sexuais como uma extensão dos direitos humanos. Com isso, introduziram alterações nas representações sociais acerca da cidadania.

Lentamente, das instigações ao tema num mergulho entre conhecer o objeto e as teorias, as questões foram conformando um problema de pesquisa acadêmica que permite analisar a contribuição da comunicação mediada por computador na mudança das representações sociais da lesbianidade conduzida pelas próprias interessadas. A socialidade

existente nas comunidades virtuais forjadas nas listas de discussão e nos sites, insere-se aqui nas interações proporcionadas pela comunicação que desobedece aos limites entre real e virtual para tomar parte do cotidiano que se materializa em estigma, preconceito e discriminação. Nestes entrecruzamentos entre a mídia, os debates públicos e a transformação das representações sociais surge a contribuição das narrativas lésbicas na esfera pública virtual na mudança das representações da homossexualidade feminina.

Ao se posicionar nestas intersecções, o estudo revelou-se uma costura delicada, mas imperativa para iluminar a compreensão do objeto. As teorias das representações sociais, da esfera pública e a da comunicação compõem um quadro pleno de relações entre si, destacando-se a centralidade da comunicação. Apontadas como mediadoras nas relações sociais, as representações são instrumentos para que os atores sociais possam lidar com a diversidade e a mobilidade do mundo através da condensação de significados diferentes, tornando-os familiares. Nas mediações onde elas surgem, destacam-se os meios de comunicação.

Na esfera pública, o local privilegiado de debate da sociedade civil, a mídia tem papel fundamental de esclarecer, difundir informações e fazer circular os argumentos. Tratar o ciberespaço como uma esfera pública virtual é caminhar também por arenas temáticas específicas onde surgem novos assuntos que ainda não foram incluídos na preocupação das instituições e do Estado. O percurso teórico incluiu a apropriação da importância das minorias, seu papel de transformação e seu ativismo. Por fim, a lesbianidade, tanto como movimento social minoritário como prática, revela um conjunto de tendências e teorias que são expressas também no ciberespaço e exigem sua exposição neste estudo. Busca-se nas concepções de Jürgen Habermas sobre a esfera pública e na Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, duas fundamentações teóricas essenciais que se complementam com os trabalhos de Michel Foucault sobre a sexualidade.

Nas interações sociais cotidianas mesclam-se argumentos, diálogos e debates que vão iluminando e tecendo experiências individuais e coletivas. Forjam-se nestas trocas, as subjetividades e as solidariedades. Conta-se da vida vivida para estabelecer a necessária história coletiva que represente e impulse os envolvidos. Narrar torna-se, assim, uma forma de conhecimento e organização do mundo que produz sentido através de textos, sons e imagens tanto para os narradores como para seus públicos. Nesta perspectiva toma-se a análise das narrativas, a partir dos estudos de narratologia de Luiz Gonzaga Motta (2004) e das pesquisas realizadas por Maria Beatriz Bretas (200,2006) acerca das narrativas telemáticas.

Neste estudo, que esperamos componha uma narrativa da pesquisadora sobre o tema, será utilizado o termo lesbianidade guiado pelo mesmo critério que banuiu o termo homossexualismo, com o sufixo “ismo” designativo de doenças. Em 1995, a assembléia geral da Organização Mundial da Saúde declarou oficialmente que a homossexualidade não constitui doença ou distúrbio mental.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição das narrativas em listas de discussão e sites temáticos na esfera pública virtual para a mudança das representações sociais acerca da lesbianidade e da cidadania.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as arenas temáticas lésbicas no ciberespaço;
- b) Analisar as narrativas do cotidiano e dos movimentos sociais lésbicos;
- c) Verificar o conteúdo das novas representações sociais propostas;
- d) Examinar as características da cidadania da diversidade;
- e) Identificar a construção de identidade lésbica.

The ordinary life is a complex stuff”

Harvey Pekar, protagonista do filme o Anti-herói Americano.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESFERA PÚBLICA

As relações entre comunicação e representações sociais se realizam na esfera pública, um espaço formado pelos cidadãos para incidir na condução do Estado. Abstrata enquanto delimitação geográfica, ela se realiza através da ação discursiva dos participantes interessados em formular posições racionais através de esclarecimento comum. Argumentos e proposições, no entanto, não são elaborados num debate democrático, que envolva todos os interessados sem distinção, com a supressão das experiências cotidianas onde está presente o conhecimento prático e partilhado do senso comum.

Neste conhecimento estão presentes as representações sociais, fenômenos relacionados com o modo de compreender e comunicar que criam também a realidade. Formadas nas relações, elas estão presentes nos espaços sociais, nos locais públicos e fazem sentido quando neles circulam. Os processos que formam e transformam as representações sociais, portanto, são intimamente dependentes da ação comunicativa seja na simples conversação ou através da ação dos meios massivos. A importância de uma ou outra instância não pode ser precisamente medida, pois há uma interdependência entre ambas: ora a mídia se pauta pelo esclarecimento do senso comum, ora nele irá se basear para reforçar a relação com seu público. Os chavões e clichês empregados nas representações sociais e na mídia em referência à lesbianidade só serão esclarecidos, combatidos e modificados nas ações comunicativas transcorridas na esfera pública.

2.1 Estigma, preconceito e discriminação

Palavras como estigma, preconceito, estereótipo são utilizadas no cotidiano como sinônimos identificadores de sinais de diferenciação de grupos por características de classe, sexualidade, gênero, etnia, idade, ideologia, orientação religiosa ou qualquer outra categoria. Nos espaços midiáticos funcionam como códigos de fácil entendimento porque estão alicerçados na visão do senso comum que lhes confere o sentido de exclusão, discriminação, diferenciação. Paiva (2004, CDROM) realça que “[...] a mídia tem funcionado na sociedade atual como a mais eficaz estrutura de corroboração de valores e de agenciadora do senso comum”. Apesar de sentidos similares de conteúdo demarcatório e caráter classificatório, são fenômenos e manifestações sociais examinadas pelo campo científico sem o significado unívoco conferido tanto pelo senso comum como aqueles utilizados pela mídia. A frequência deste sentido similar nestas duas instâncias traduz uma compreensão mútua, familiar, inteligível: um conhecimento partilhado.

A Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici (1973) no campo da Psicologia Social, estabelece condições para uma análise mais adequada ao fenômeno justamente por revelar a existência de um conhecimento prático que orienta as ações e as relações no cotidiano. Elas formam um conjunto de fenômenos que criam e recriam a realidade de forma dinâmica nas sociedades contemporâneas. Ainda assim, é preciso estabelecer algumas diferenciações teóricas entre estigma/estereótipo e as representações sociais de modo a compreender porque estes vocábulos são utilizados indistintamente, inclusive no ciberespaço onde as lésbicas constroem laços de socialidade e ativismo para sua afirmação identitária.

De acordo com Erving Goffman (1988), estigma é uma forma de categorização social relacional reveladora de expectativas normativas sobre indivíduos ou grupos a partir de pré-concepções depreciativas. O termo é originário da Grécia, onde o corpo de escravos, criminosos, traidores era marcado com fogo ou cortes – *stigma* - de modo a serem evitados

em lugares públicos. À marca física corporal correspondia um juízo moral identitário a partir das normas dominantes. Sempre com generalizações de menosprezo, o vocábulo é aplicado às deformidades físicas (visíveis), às peculiaridades étnicas, religiosas ou nacionalidades e ainda engloba as chamadas “culpas de caráter individual”.

[...] as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. (GOFFMAN, 1988, p. 7).

Inseridos nesta categoria de julgamento moral, os homossexuais sofreram um recrudescimento na estigmatização a partir do surgimento da AIDS, identificada como a “peste gay”. O aparecimento da pandemia da AIDS reforçou – por longo período – o preconceito contra a homossexualidade tanto pelo conhecimento incipiente do meio científico como através da identificação, pela mídia, de uma “peste gay”. Parker e Aggleton (2002) afirmam que a conexão direta entre a erupção da doença com representações já sedimentadas sobre comportamentos sexuais contrários às normas majoritárias – como a homossexualidade, a prostituição e a promiscuidade – ajudaram a constituir a crença de que a AIDS era como “um castigo merecido” e, ainda hoje dificulta as políticas de prevenção em todo o mundo¹.

Os preconceitos – ou os conceitos formados antecipadamente como informam os dicionários - de que fala Goffman, também fundamentam os estereótipos que se tornaram objeto das ciências sociais na segunda década do século XX a partir da obra *Public Opinion* (1922) do ensaísta e jornalista americano Walter Lippmann. Examinando as concepções

¹ Os estudos sobre as representações sociais da AIDS, em diversos contextos sociais e culturais, ocupam parte significativa da pesquisa na área. No Brasil, os trabalhos de CAMARGO (1998, 200); CARVALHO (1998); GALVÃO (2000); OLTRAMARI (2001); LACERDA, CAMINO e PEREIRA (2002), TURA (1998) trazem abordagens diversas sobre o tema. As relações entre mídia impressa e a doença foram examinados em duas pesquisas significativas: a de Antonio Fausto Neto, a partir do campo da comunicação e a outra por Mary Jane Spink, a partir da Psicologia Social.

nacionalistas etnocêntricas americanas e sua ratificação pela imprensa, constatou a existência de idéias pré-concebidas de avaliação, categorização e classificação de comportamentos e ideologias que funcionavam como um sistema simplificado e parcial de enquadramento do mundo. Denominou-as de estereótipos² um jargão corrente entre tipógrafos e jornalistas que identificava os moldes sólidos de impressão. O mundo baseado em estereótipos, de acordo com o autor, criava a segurança de um cotidiano estabelecido normativamente.

Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seu lugar bem conhecido e fazem o que é esperado. Nós nos sentimos em casa. Nós nos encaixamos nele. Nós somos membros. Nós conhecemos o que nos circunda. Nele nós encontramos o charme do familiar, do normal, do seguro, suas raízes e formas estão onde nós estamos acostumados a encontrá-los e estamos inclinados a fazer nossos relatos sobre os acontecimentos, descrevendo um mundo que gira de acordo com o nosso código. (LIPPMAN, 1922, *online*, tradução livre da autora)³.

A reiteração de estereótipos pela imprensa, segundo Lippmann (1922) torna-se um obstáculo para a formação de uma opinião pública esclarecida, constituindo-se em entrave ao processo democrático. Já Henri Tajfel (1963) irá destacar que as características mais significativas dos estereótipos são: rigidez, generalidade, estabilidade e resistência às mudanças. Aplicados como rótulos negativos que servem para afirmar superioridade de determinados grupos sobre outros, eles enquadram os indivíduos nas generalizações⁴. Formam um sistema estável de valores sem alterações significativas mesmo diante de mudanças sociais, políticas ou econômicas e são manifestados através de atitudes hostis. “[...]”

² Estereótipo vem do grego *sterós*, sólido + *tipos*= tipo, molde, marca, sinal como registra o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 2007.

³ “In that world people and things have their well-known places, and do certain expected things. We feel at home there. We fit in. We are members. We know the way around. There we find the charm of the familiar, the normal, the dependable; its grooves and shapes are where we are accustomed to find them we are likely to make our reports of what is going on describe a world run by our code.” As traduções desta dissertação são da autora.

⁴ O “português burro”, “o negro sensual”, o “nordestino preguiçoso”, o “alemão nazista” são estereótipos que enquadram, de forma totalizante, qualquer indivíduo destas etnias.

eles tornam-se mais visíveis e hostis quando as tensões sociais emergem ⁵”. (TAJFEL, 1963, p.5).

Com o propósito de medir manifestações preconceituosas dos grupos majoritários, o psicólogo americano Gordon Allport (1979) elaborou uma escala de intensidade. O primeiro estágio – o da antilocução – é marcado pelo uso dos termos estereotipados sobre um grupo; o segundo – a da esquiva - acontece quando o contato passa a ser evitado; o terceiro é o da discriminação com intenção premeditada de causar prejuízos. O quarto estágio revela-se através de ataques físicos às minorias, como os *pogroms* contra os judeus na Europa, o linchamento de negros nos Estados Unidos. E, por último, o estágio do extermínio de populações como os judeus pelo regime nazista e, mais recentemente, a limpeza étnica na Bósnia. Com exceção deste último, os outros estágios podem convier simultaneamente como no caso da homossexualidade.

Entre o estigma das “culpas de caráter individual” de Goffman e a escala de preconceito de Allport, os espaços midiáticos utilizam uma tipologia que reforça a visão excludente e caricatural da homossexualidade ⁶. Seu emprego sistemático firmou-se como dos temas centrais de exame no campo da comunicação, principalmente entre os estudos culturais ligados à política de identidade pessoal ou coletiva. Freire Filho (2005) ressalta que os estereótipos são práticas significantes contendo julgamentos “tácitos ou explícitos” e sua difusão nos espaços midiáticos estão permeados por questões ideológicas e da disputa de poder.

Na tentativa de subsidiar os profissionais de mídia, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros-ABGLT elaborou uma cartilha contendo informações sobre o movimento e com abordagem explicativa de conceitos como

⁵ “they become much more pronounced and hostile when social tensions arise .”

⁶ Em 1998, um estudo de Lisa Bennett (Harvard University) abrangendo cinquenta anos de cobertura sobre assuntos gays e lésbicos nas revistas Newsweek e Time mostrou que o tema era habitualmente ligado a comportamentos desviantes ou criminosos sem evidências comprobatórias de tais conexões no corpo das notícias.

generalização e ridicularização, normalidade, promiscuidade, papel sexual, homossexualidade x homossexualismo, opção sexual x orientação sexual. A intenção do material é de esclarecimento, com redução de visões estereotipadas sobre a homossexualidade, e de sensibilização quanto à garantia e promoção de direitos civis a estas populações.

2.2 Representações sociais e senso comum

Entre os estereótipos, os estigmas e as representações sociais a diferença reside na rigidez dos elementos classificatórios determinantes de ações excludentes dos primeiros e o dinamismo das representações às contínuas mudanças nos modelos explicativos do senso comum. Elas brotam de um conhecimento social compartilhado sobre objetos e indivíduos, constituindo o senso comum como produto das interações sociais que constroem e reconstroem significados no cotidiano dentro de um contexto social e histórico.

Este saber compartilhado foi constatado por Serge Moscovici em *A Representação Social da Psicanálise (1978)*, originalmente publicado em 1961, ao examinar como os conceitos psicanalíticos eram apropriados na cultura popular. O percurso da investigação o levou às representações coletivas de Emile Durkheim sobre a existência de um conjunto de signos, imagens, discursos e conceitos na sociedade que atuavam como referenciais para ações, crenças e pensamentos apropriados pelos indivíduos. Nas sociedades mais complexas, com ampla circulação de informações, Moscovici verificou que as representações são “dinâmicas”, portanto, diferem do caráter invariante embutido nos estereótipos e nos estigmas. Seu uso não é restrito a justificar comportamentos excludentes, mas revela-se como um saber comum para explicar, descrever e orientar o entendimento de assuntos, eventos,

indivíduos e situações. Uma noção básica da teoria é que a representação é acerca de “alguém”, ou sobre “algo” produzida por *grupos ou segmentos sociais* num determinado *período* histórico e inserida dentro de um *contexto cultural*. Elas geram comportamentos e relações com o meio ambiente e dada sua dinamicidade tanto alteram comportamentos como passam a ser modificadas por novas representações.

Na vida cotidiana, as representações sociais manifestam-se, segundo Jodelet (1986, apud SÁ, 1998, p.79), através de suportes como os discursos das pessoas e dos grupos e nos seus comportamentos e práticas. Também estão presentes nos documentos e registros em que estes discursos, práticas e comportamentos são institucionalizados. “Finalmente, são as interpretações que elas recebem nos meios de comunicação de massa, que dessa forma retroalimentam as representações, contribuindo para sua manutenção ou sua transformação” (SÁ, 1998, p.73).

A comunicação tem papel destacado na dinamicidade das representações sociais através de duas modalidades: nas interações conversacionais face-a-face e através dos produtos midiáticos, numa inter-relação destacada por Moscovici já em seu primeiro estudo⁷. Ao incluir grupos sociais mais amplos – através da imprensa, rádio, televisão, cinema e agora a Internet - no que Duveen denomina de “processo de produção psicossocial do conhecimento” os meios de comunicação exercem influência na constituição de representações específicas e, assim, também se legitimam. (DUVEEN, 2003, p.17). Também Spink e Medrado (2002) ressaltam que a mídia não somente opera na circulação de conteúdos simbólicos, constituintes das representações sociais, como também “[...] possui um poder transformador ainda pouco estudado – e, talvez, ainda subestimado – de reestruturação dos espaços de interação

⁷ O autor explicita que foram examinados 1.640 artigos publicados em 230 jornais e revistas francesas quantificando o espaço reservado, os termos utilizados, a repetência dos temas, as relações entre os temas e a avaliação dos temas. Depois foram analisados conteúdos das mensagens das matérias observando as conexões lógicas e simbólicas em relação a Psicanálise.

propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentidos” (SPINK; MEDRADO, 2002, p 152).

A atuação dos profissionais no tratamento da informação é salientada por Robert M. Farr, para quem “Jornalistas e outros profissionais comunicadores são freqüentemente a fonte de representações sociais como quando evocam imagens das pragas da Idade Média como uma ancora para o entendimento da natureza do HIV/AIDS”⁸. (FARR, 1993, p.202). A legitimação tanto da informação quanto da aceitação das representações sociais está diretamente ligada às práticas e crenças sócio-culturais de grupos ou parcelas da sociedade. Veículos de comunicação massiva dirigem-se a um público genérico enquanto aqueles segmentados possuem maior identificação com seus públicos. Assim, os tratamentos são diferenciados. Nos portais e sites das igrejas pentecostais brasileiras relações homoafetivas entre mulheres são representadas como doenças e abominações ancoradas em preceitos religiosos fixados nos documentos bíblicos⁹. Já os sites dirigidos aos segmentos gays e lésbicos desconstituem discursivamente a norma heterossexual criando novas representações sobre a diversidade das práticas homoafetivas.

As representações sociais empregadas estarão submetidas ao que Charaudeau denomina de *contrato de comunicação* regulado por um quadro de referências construídas “[...] num jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação produzidos para justificar essas mesmas práticas”. (CHARAudeau, 2006, p. 67).

Se os discursos de representação são essenciais à efetividade do processo comunicacional devem conter elementos comuns, familiares. A formação desta familiaridade,

⁸ “Journalists and other professional communicators are often the source of social representations, e.g. when they evoke images of plague in the Middle Age as an anchor for understanding the nature of HIV/AIDS”

⁹ O portal da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – www.arcauniversal.com – mantém um fórum de discussão, onde o tema recorrente é abordado também através de depoimentos de ex-homossexuais e pedidos de ajuda. A prática é condenada como abominação (assim como a masturbação e a sodomia) através de várias citações bíblicas e a Igreja busca a “reconversão” à heterossexualidade.

parametrizada pela cultura de uma sociedade dentro de períodos históricos, realiza-se através de dois processos de acordo com a Teoria das Representações Sociais: o da *ancoragem* e o da *objetivação*. Ambos são concretizados para que aquilo que é estranho, diferente, inovador possa ser compreendido. A *ancoragem* realiza-se quando um objeto ou idéia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquirindo as características dessa categoria. Em outras palavras: ancorar é encaixar algo estranho numa categoria familiar – mesmo à custa de simplificações ou distorções – proporcionando conforto para lidar com o inovador no cotidiano.

O processo de *objetivação* se dá em duas fases. A primeira é a materialização figurativa ou icônica de abstrações ou idéias, como a de Deus nas religiões monoteístas, que passa a ser traduzida na figura paterna que reúne as características de proteção, orientação, disciplina e segurança. Quando este novo paradigma é totalmente assimilado, expresso na linguagem do cotidiano, passa a ter significação efetivando-se sua segunda etapa.

As representações sociais são continuamente criadas e recriadas formando novos significados a partir de um repertório já existente com componentes em que se mesclam a tradição e a inovação. No caso das representações sociais da lesbianidade, convivem a rejeição ancorada na tradição e a crise provocada pela necessidade de uma nova objetivação ocasionada pelas mudanças constituídas a partir dos movimentos homossexuais. A tradição é representada nos padrões da sexualidade e dos amores como relações exclusivas entre homens e mulheres, revestindo a homossexualidade (feminina ou masculina) de caráter de abjeção, vileza ou mau comportamento, ancorados em valores difundidos pelas instituições que a tratavam como pecado (as religiões), desvio (a Medicina) ou delito (os sistemas jurídicos). No senso comum, a homossexualidade é habitualmente encarada como a inversão dos papéis padronizados e esperados, traduzindo-se na linguagem do cotidiano em designações de “mulherzinhas” aos homossexuais masculinos e de “machonas” às mulheres. Sob este prisma,

as representações constituídas nos espaços midiáticos sobre a “peste gay” têm repercussões concretas nos comportamentos como nos diz Joffe:

As representações sociais que constroem o ‘outro’ como aberração têm conseqüências para a prática. Elas permitem que esse ‘outro’ seja maltratado e discriminado: a subordinação daquelas pessoas, cujos sistemas de valores, práticas e identidades são diferentes, passa a ser apenas um desdobramento justo de uma lei considerada ‘natural’. (JOFFE, 1994, p.318).

No momento em que existem crises e tensões, principalmente quanto aos paradigmas hegemônicos nas sociedades, o caráter das representações sociais é revelado com maior intensidade. “[...] os indivíduos são motivados por seu desejo de entender um mundo cada vez mais não-familiar e perturbado. As representações sociais se mostram transparentes, pois as divisões e barreiras entre mundos público e privado se tornam confusas”. (MOSCOVICI, 2003, p. 91). A aparição dos movimentos gays e lésbicos provocou o questionamento dos paradigmas existentes, inovou e transtornou as ancoragens das representações existentes. Além de estabelecer a disputa sobre o conceito de sexualidade, o movimento organiza resistência e ações contra o preconceito e busca inserir demandas no corpo jurídico institucional dos Estados como o direito ao casamento e a homoparentalidade.

Esta nova realidade causa estremecimento na vida cotidiana provocando uma contínua recriação nos saberes do senso comum, cujo rótulo de irracionalidade minimiza a importância do conhecimento popular como instrumento de ligação entre os indivíduos e a sociedade. O conhecimento científico é transformado pela apropriação cotidiana do conhecimento popular criando um universo onde “[...] o comportamento impregna-se de significações, os conceitos ganham cor ou se concretizam enriquecendo a tessitura do que é, para cada um de nós, a realidade”. (MOSCOVICI, 1978, p. 71). As funções do senso comum vêm sendo examinadas

por diversos autores que buscam compreender seu funcionamento e sua importância. Michel Maffesoli (1998) destaca que ignorar suas manifestações implica em ocultar a vida cotidiana dos indivíduos. Longe de advogar a abdicação do intelecto, ressalta que o conhecimento não pode ficar restrito às abstrações teóricas e metodológicas, mas deve considerar os aspectos concretos e empíricos da existência onde há o compartilhamento das emoções e dos afetos.

É assim que podem ser compreendidas as diversas interações que compõem a trama da vida. De uma vida complexa tal como ela é e não tal como 'deveria ser', tal como se desejaria que fosse em função dos diversos preconceitos ou das múltiplas convicções dos sociólogos, por mais legítimos que sejam. (MAFFESOLI, 1998, p. 166).

Num rumo assemelhado segue também Boaventura de Souza Santos (1988) ao identificar o atual período histórico como de transição paradigmática e propor a interpenetração do senso comum com o conhecimento científico. A trajetória indicada pelo autor reserva às ciências sociais a função de catalisadora de um novo paradigma que funcionaria com um conjunto de galerias temáticas, onde o reconhecimento de virtudes do saber cotidiano marcado pela ausência da dicotomia entre sujeito e objeto poderia constituir novas racionalidades mais adequadas ao saber/conhecer. Já Gomes (2003) vê com ceticismo tais mudanças paradigmáticas, pois a ciência contemporânea ainda estaria presa a pressupostos comuns atuando dentro de parâmetros estabilizados. “[...] eu só consigo ver um tempo de ciência normal, normal até demais, com costumes preguiçosos e arraigados, com distribuição em formas tradicionais de prestígio e reconhecimento”. (GOMES, 2003, p. 319). Se existe uma crise ou uma continuidade, é possível constatar que a concepção de ciência como um conhecimento completamente objetivo capaz de conhecer um objeto sem qualquer

perturbação por parte do sujeito que o conhece, em busca de leis definitivas e absolutas, abre espaço à compreensão da atividade científica como produto social.

Quebrando paradigmas, a trama da vida das lésbicas está ligada às representações sociais existentes sobre a homossexualidade no senso comum expressos oral e textualmente. Stuart Hall ressalta que a linguagem, inserida no circuito da cultura, funciona como um sistema de representações partilhadas. “É através do uso que fazemos das coisas, e o que dizemos, pensamos e sentimos acerca destes – como os representamos – que lhes damos significado”. (HALL, 1997, p. 3). A construção de significados através da linguagem é vista como essencial para a compreensão da vida cotidiana, isto é da vida real, na concepção de Berger e Luckmann (1995) e forma o principal sistema de sinais da sociedade. “A linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes”. (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 57).

No ciberespaço, que na definição de Albuquerque (2002, p. 29) como “[...] um meio ambiente tecnologicamente constituído no qual se verificam relações comunicativas” abarca todas as diversas modalidades tecnológicas, a linguagem expressa textualmente também revela o senso comum. Portanto, em que pesem as diferenças conceituais nas análises dos diversos campos científicos, os vocábulos estigma, estereótipo, preconceito, discriminação traduzem a exclusão. Por isso, nos sites e listas de discussão de lésbicas eles são utilizados indistintamente como revelou o levantamento realizado nos conteúdos de 38.896 mensagens da lista de discussão *Lelist*, analisada neste estudo. Do total, 3.919 traziam referências a preconceito, 240 falavam sobre estigma, 646 mencionavam estereótipo, 2.622 citavam discriminação e 98 aludiam à lesbofobia.

Diversos estudos sobre as manifestações discriminatórias e as representações sociais no senso comum acerca da homossexualidade já foram realizadas no Brasil, apontando causas ético-morais (falta de caráter e respeito), religiosas, psicossociais (orientação sexual), psicológicas (traumas vividos na infância) e biológicas (doença provocada por distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional). Na Paraíba, uma pesquisa entre 250 universitários mostrou que a discriminação tem relação direta com estas explicações. “A análise da ancoragem social da classificação dos estudantes nas dimensões do preconceito aponta para o fato de que os processos de exclusão social podem ser sustentados por teorias científicas ou de senso comum adotadas na sociedade”. (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002, p. 175).

Ribeiro e Almeida (2003 apud SCARDUA e SOUZA FILHO, 2006, p.484), examinaram a constituição das representações sociais que gays e lésbicas possuem de si mesmos. Os resultados mais significativos foram que este segmento dá importância aos espaços de interações sociais na construção de relações afetivas e de identidade homossexual; não construiu um consenso sobre as origens da homossexualidade e é vista como um fenômeno normal. Por último, os homossexuais masculinos buscam maior aceitação em espaços públicos e as lésbicas entre a família.

2.3 Os vínculos essenciais

Saudada de forma entusiasmada, no início de sua implantação, a Internet já foi vista como a solução para o exercício da democracia contemporânea. Mesmo que as práticas subseqüentes não tenham correspondido ao arrebatamento inicial, o ciberespaço contém uma gama de possibilidades e recursos indicativos das características de um espaço público capaz de proporcionar a participação plural e diversa dos cidadãos interessados no debate esclarecedor na busca de soluções de problemas comuns. Já a deliberação política, outra condição demarcatória da existência de uma esfera pública, neste espaço virtual é ainda incipiente e restrito a experiências isoladas e pontuais ¹⁰. É, pois, na perspectiva da concretização da ação comunicacional, portanto de interação social, que o ambiente virtual mostra-se capaz de ser designado como uma esfera pública.

Antes de incluí-lo como tal, é preciso examinar a gênese deste conceito e seu desenvolvimento, ressaltando que ele está ligado ao exercício da prática democrática na sociedade. BENHABIB (1996, apud VIEIRA, 2001,p.48), identifica três modelos de espaço público. O primeiro deles é de “tradição republicana” desenvolvida por Hannah Arendt em *A Condição Humana* (2003), com predominância da experiência vivenciada nas cidades-estados da Grécia Antiga, onde havia a separação estrita da vida privada – família, negócios/propriedade e intimidade – da pública, local onde somente o uso persuasivo e argumentativo da palavra na solução dos problemas comuns concedia o estatuto de cidadão. Arendt lamenta que o processo de consolidação dos estados nacionais na Era Moderna criou a “[...] sociedade como instância de interação entre o privado de um lado e o Estado de outro”. (VIEIRA, 2001, p. 52). Como conseqüências, o agir político foi substituído pelo conformismo e a preocupação individual com a propriedade privada transformou-se em preocupação pública.

¹⁰ Cidades como Amsterdã (Holanda), Aveiro (Portugal), Bolonha (Itália) e Porto Alegre (Brasil), em graus diferentes, já submeteram questões de governo à deliberação pública na Internet.

Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza. (ARENDR, 2003, p.78).

O segundo modelo é o de tradição liberal enraizado na cultura do diálogo público, onde o poder se legitima ao conceder oportunidade de debate àqueles que o questionam. Duas limitações são apontadas neste modelo desenvolvido pelo jurista americano Bruce Ackerman (1991) a definição dos temas e a vinculação marcante entre a política e o sistema jurídico-legal. A primeira delas, implícita na teoria de acordo com BENHABIB (1996, apud VIEIRA, 2001, p.56), autoriza o debate e a deliberação acerca da justiça distributiva e das políticas públicas – considerados consensuais na realização de uma vida digna - e relega as demandas morais, religiosas ou estéticas ao Judiciário. A distinção entre os temas aconteceria através de “[...] alguma geometria moral” (VIEIRA, 2001, p. 57), excluindo temas polêmicos como o casamento homossexual e o direito ao aborto.

É o terceiro modelo – o de um espaço discursivo - desenvolvido por Jürgen Habermas sem restrição aos participantes do debate ou a determinação apriorística da agenda que se mostra mais adequado ao entendimento do ciberespaço como uma esfera argumentativa na formação da opinião pública e sua interação com as representações sociais

Debruçado sobre a composição do espaço público nos estados democráticos constituídos sob a égide burguesa, Jürgen Habermas em *A Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003) localizou no século XVII as condições para o surgimento de uma esfera intermediária entre o poder do Estado e a vida privada (os negócios e a família) formada a partir da sociedade civil. Nesta esfera, os cidadãos debatiam as normas da própria sociedade e a condução política do Estado, através de uma discussão aberta iluminada pela racionalidade. À imprensa periódica, ele atribuiu papel essencial ao divulgar as críticas oriundas desde

debate que produziram transformações no relacionamento dos parlamentos e governos com a sociedade, num passo para o aprimoramento democrático.

O declínio desta esfera pública burguesa teria se dado à medida que o Estado passou a ter um caráter mais intervencionista na administração do bem comum e grupos econômicos organizados tiveram maior poder no processo político. A partir daí a imprensa também se subordina aos interesses do mercado, alterando substancialmente seu papel de instância mediadora para tornar-se, como empresa capitalista, diretamente interessada nos rumos do processo político. O debate público refluí, excluindo-se a sociedade do processo de tomada de decisão, que passou a ser uma massa a quem os partidos e políticos apelam em busca de legitimação de seus programas e projetos. A imprensa abandonou sua função instrumental de esclarecedora e publicizadora de argumentos para transformar-se, através de estratégias características dos meios de comunicação de massa, num aparelho de persuasão, sedução e convencimento dos cidadãos de acordo com as lógicas plebiscitárias da democracia atual.

2.4 Ciberespaço como esfera pública virtual

Críticas severas às proposições iniciais de Habermas partiram dos movimentos feministas insatisfeitos pela omissão da análise do papel feminino na esfera pública que já vinha se realizando desde o século XIX. Outros reparos foram feitos quanto à ausência do papel dos movimentos sociais na luta política. Em *Direito e Democracia* (1997), ele irá dedicar especial atenção à sociedade civil admitindo a existência de novos tipos de esfera pública como estruturas intermediárias responsáveis pela mediação entre o sistema político, os setores privados (a intimidade e as relações sociais) e os sistemas de ações especializados.

As “arenas públicas parciais” formam uma rede complexa e ramificada em inúmeras arenas públicas especializadas, sobrepostas e justapostas, “[...] mas ainda acessíveis a um público de leigos.” (HABERMAS, 1997, p. 107).

Estas arenas, incluídas na esfera pública geral (composta pelas instituições estatais, a economia e a intimidade) se diferenciam pela densidade da comunicação, a complexidade de sua organização e de seu alcance. Ele as define em três novos tipos: a “episódica” (constituída por debates em bares, cafés, encontros na rua); a de “presença organizada” (reuniões agendadas como associações de pais, encontros e congressos partidários ou religiosos), e a “abstrata” formada pela mídia (leitores, ouvintes, espectadores espalhados globalmente). Nelas, aponta uma característica importante: a porosidade entre si. “Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas”. (HABERMAS, 1997, p. 107).

Temas como o feminismo, ambientalismo, migrações, empobrecimento progressivo do Terceiro Mundo são indicados pelo autor como aqueles levantados em arenas episódicas e de presença organizada da sociedade civil diretamente envolvida com o problema e que podem, depois, ser levadas à “esfera abstrata”, a mídia. A porosidade entre as arenas parciais ao lado das possibilidades de interconexão favorecem aos grupos e movimentos sociais, como as lésbicas, em sua visibilidade autônoma dos grandes conglomerados midiáticos¹¹.

A análise do ciberespaço como uma esfera pública virtual vem mobilizando vários autores (CALHOUN, 1998, 2003; DAHLBERG, 2001; POSTER, 1995; entre outros) que avaliam as potencialidades deste meio ambiente midiático em promover e/ou ampliar o debate civil ou constituir-se como uma esfera deliberativa. Grosso modo, duas grandes tendências teóricas se apresentam. De um lado há o entusiasmo em ver no ciberespaço o instrumento para a revitalização da participação democrática e de outro lado, sua descaracterização pela

¹¹ Apesar da tendência de concentração de telecomunicações e mídia em grandes conglomerados globais a Internet ainda mantém a interconexão independente entre diversos públicos sem um pólo decisório sobre os conteúdos circulantes na rede.

informalidade dos fóruns debates ou pela exclusão digital de parcelas consideráveis da população. Neste estudo assumimos que a revitalização da participação dos cidadãos depende de variáveis políticas, econômicas e sociais para além do simples emprego de uma ferramenta comunicacional. Esta premissa não impede a verificação de diversos fóruns disponíveis no ciberespaço que se transformam em arenas de debate sobre questões temáticas, em especial, a lesbianidade. Toma-se como parâmetro que a existência da Internet permite diálogos descentralizados, expressão de vozes individuais e coletivas e interações globais.

Maia (2002b) examina as possibilidades da Internet como uma esfera pública virtual a partir das esferas temáticas reconhecidas por Habermas destacando seu uso pelas chamadas redes cívicas da sociedade civil - entendidas como movimentos, organizações e associações diversas - que devem ser percebidas como “[...] arenas discursivas temáticas, locais de contestação e de deliberação” (MAIA, 2002a, p. 117). Ocupando recursos tecnológicos típicos do ciberespaço – listas de discussão temáticas e gerais, *chats*, *blogs*, *sites*, canais RSS, intersecções com telefonia digital - essas redes podem incluir os interessados em fóruns discursivos para formar opiniões e preferências. Essa estratégia vem sendo adotada pelas lésbicas para argumentação, socialidade, organização e visibilidade.

Um dos argumentos contrários à designação do ciberespaço como esfera pública é quanto à ausência de garantias de efetividade do debate em ambientes caracterizados pela dispersão temática e pela simultaneidade de assuntos postos na pauta de *chats* e listas de discussão. Mas nem mesmo, lembra MAIA (2002a) a esfera pública face-a-face pode dar tais garantias, pois depende do nível de interesse político dos cidadãos. Nas listas de discussão, acompanhadas neste estudo – uma delas representando a sociabilidade e solidariedade e a outra o ativismo – esses desvios estão presentes sem obstaculizar o tema central. O modo mais verossímil de concepção de uma esfera pública virtual é o de reconhecer a coexistência

dos modelos diferenciados usados por “públicos subalternos”, conforme a concepção de Habermas, excluídos da esfera pública política deliberativa.

Tomando-se as tipificações habermasianas é possível localizar no ciberespaço a ocorrência destas três arenas temáticas parciais. Elas podem conviver separadamente ou, de acordo com os interesses de seus usuários, serem transformadas numa ou noutra já que os mecanismos tecnológicos disponíveis permitem as mais diversas reuniões virtuais em direta relação com os interesses e objetivos de seus participantes. Um exemplo de esfera episódica são as salas de bate-papo - os *chats* – oferecidos nos grandes portais comerciais da rede. Mesmo naquelas salas onde a temática dos debates é previamente definida, o anonimato facilitado pelo uso de apelidos, favorece o descompromisso de opiniões ou com sua veracidade ¹².

A esfera de presença organizada concretiza-se nas comunidades virtuais, em especial, nas listas de discussão através de correio eletrônico arranjadas a partir de uma temática proposta por grupos ou indivíduos que se submetem às regras definidas pelos participantes¹³. A qualificação de comunidade virtual se fixa aqui naqueles espaços *online* onde indivíduos com afinidades se relacionam com continuidade, partilham experiências e constroem uma história comum criando vínculos de pertencimento a este espaço. Lemos (2002) ressalta que a característica fundamental nesta conceituação é que seus membros expressam “[...] um sentimento de uma afinidade subjetiva delimitada por um território simbólico, cujo compartilhamento de emoções e troca de experiências pessoais são fundamentais para a coesão do grupo”. (LEMOS, 2002,p.205). A sociabilidade virtual foi constatada em pesquisa

¹² O portal Terra tem uma sala espaço GLS subdividido em tópicos eles e eles, elas e elas, travestis e noite. Cada tópico comporta a manutenção de 5 a 12 salas de bate-papo simultâneas para até 40 participantes em cada uma delas. Em observação realizada pela autora foi constatada a dificuldade de manutenção de debate centralizado, pois a conversação é atravessada por vendas de materiais eróticos/pornográficos, convites para atos sexuais e/ou afetivos.

¹³ Os grandes portais comerciais mantêm listas de discussão temáticas abertas, utilizadas como um expediente para incrementar o tráfego de acesso que é um dos indicadores utilizados na comercialização publicitária. As regras de participação são maleáveis a ponto de excluírem a verificação da existência real do endereço eletrônico declarado pelo participante.

do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, realizada na parada GLTB do Rio de Janeiro em 2003. Entre o hábito regular e o eventual, 50,2% declaram visitas aos sites e 53,1% participam dos *chats*. Entre as lésbicas, 31,1% se dirigem aos sites e 35,8% conversam *online* nas salas.

Por último, a esfera “abstrata” refere-se àquela produzida pela mídia – em todas as modalidades - ao difundir e divulgar os temas oriundos das esferas temáticas da sociedade civil. A *FolhaOnline*, publicação digital do Grupo Folhas, mantém há um ano a coluna Destaques GLS com informações variadas sobre o tema mas a cobertura jornalística nos grandes portais e jornais *online* ainda é esporádica focando-se em atividades ligadas ao movimento homossexual. A presença autônoma vem se concretizando através de inúmeros aparatos tecnológicos, entre eles, os sites próprios como *Comuniles*, *Um Outro Olhar*, *Manual da Lésbica Contemporânea*, *Uva na Vulva*, e também em portais temáticos dedicados à homossexualidade como o *Mix Brasil* e o *GLSPLANET*. A importância da informação publicada pela mídia sobre a temática da homossexualidade é evidenciada também numa lista de distribuição diária de notícias: a *Central de Notícias Gays*.¹⁴

A existência destas arenas temáticas configura o ciberespaço como um instrumento para a intervenção dos indivíduos e grupos em debates públicos. Em especial, as esferas temáticas compostas pelas comunidades e sites lésbicos têm contribuído para o questionamento das normas da heterossexualidade compulsória e na construções de novas representações da lesbianidade. Ao mesmo tempo estes espaços servem como instrumentos organizativos do movimento para encaminhar demandas à esfera pública deliberativa, isto é, aos parlamentos estaduais e federais brasileiros.

¹⁴ A lista criada em abril de 2004 está abrigada no portal Yahoogroups - <http://br.groups.yahoo.com/group/centraldenoticiassgays/>, com 1.140 participantes (dados de janeiro de 2008) não funciona como uma comunidade ativa de troca de argumentos (pois somente seu proprietário pode postar mensagens) mas à semelhança de um *clipping* eletrônico formado por notícias veiculadas na web e distribuída a todos os assinantes.

Somente as tipificações são insuficientes, porém, para qualificar alguns aparatos tecnológicos do ciberespaço como esferas públicas parciais: nelas deve estar presente a ação discursiva que as constitui numa [...] “uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, o qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo”. (HABERMAS, 1997, p. 92, grifo do autor). Na concepção proposta pelo autor estas arenas não são uma instituição, organização ou sistema e sim abstrações que se concretizam através da comunicação, elas alimentam-se da liberdade de expressão pactuada entre seus participantes formando uma rede para a comunicação de conteúdos, esclarecimentos contínuos e formação de uma opinião pública sobre os temas pautados.

A efetivação desta comunicação se dá através do domínio de uma linguagem sintonizada com aquela utilizada no cotidiano. Justamente por constituir-se num código comum, é ela que interliga sistemas de ação especializados como a escola, a família e o direito que realizam estas funções mantendo uma totalidade de integração:

Os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontros entre parentes, amigos, conhecidos, etc. e entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas. A esfera pública mantém uma relação complementar com essa esfera privada, a partir da qual é recrutado o público titular da esfera pública. (HABERMAS, 1997, p. 85).

Marques, Mendonça e Maia (2007) constataam o inter cruzamento dos argumentos produzidos em diversas esferas discursivas – a formal como parlamento; as mistas como conselhos governamentais com representantes da sociedade; os movimentos sociais e a ainda a mídia – com reflexos no sistema deliberativo. Os processos de discussão pública não se restringem às arenas específicas onde foram produzidos, mas “[...] tomam forma nesse jogo

mais amplo em que discursos proferidos em alguns contextos se encontram com discursos oriundos de outros contextos”. (MARQUES, MENDONÇA e MAIA, 2007,p.12)

A linguagem corriqueira e comum é o meio que transforma os conceitos contidos nas representações sociais. Numa linguagem temática científica, o primeiro passo é o de normalizá-los sem que tenham precisão. “É o seu papel na comunicação que confere valor à palavra, e existe certamente uma relação entre a ordem das palavras e sua representação na linguagem corrente”. (MOSCOVICI, 1978, p. 243). ca

No ciberespaço, repleto de práticas sociais, as relações humanas codificam-se em linguagens visuais, sonoras e textuais. A escolha no uso de uma ou outra, para fins de debate e informação, prende-se à efetividade do melhor código comum entre os participantes. Nas listas de discussão, a palavra compõe o texto fundamental. Ela é o instrumento da ação comunicacional, através da qual os argumentos e contra-argumentos são expostos. Já nos sites, os recursos tecnológicos permitem o emprego simultâneo de várias linguagens – desenhos, ilustrações, fotos, vídeos,etc -para destacar ou facilitar o entendimento das informações e argumentos expostos.

Nos sites e listas, incluídos dentro da grande arena temática virtual sobre a lesbianidade, estão os argumentos que incidem na formação de uma opinião pública sobre o tema. No entanto, o que será uma opinião pública? Wilson Gomes, em diversos artigos adverte para uso indistinto desta terminologia. De acordo com a teoria de Habermas a opinião pública é aquela formulada por muitos através do debate coletivo, trazendo consigo a legitimidade da liberdade da ação discursiva essencial para a democracia. Já a “opinião publicada” é aquela tornada visível através da publicação. “Naturalmente, o centro produtor de opinião publicada é a comunicação de massa e os agentes centrais do sistema são os príncipes da opinião do jornalismo e da televisão”. (GOMES, 2007, p. 14). São opiniões

divulgadas para buscar adesões e que contam com dois tipos de agentes: os “opinadores” profissionais dos próprios meios e os “especialistas” com reconhecimento social ou midiático.

Ao lado de especialistas, os leitores também contribuíram para instituir, nos jornais impressos, nas seções de editoriais, artigos e cartas dos leitores um espaço de debates e reflexões como aponta Antonio Fausto Neto (2000) em sua análise acerca da cobertura jornalística da AIDS. Nessa circunstância, os jornais se convertem em gestores do debate, a partir de suas próprias regras de funcionamento transformando-se em “terreno de luta” e indo além do papel de mediadores de representações sociais ou de interações. “Vão mais além, na medida em que promovem a disputa de sentido entre diferentes instituições e atores, segundo regras, disposições e operações inerentes às fronteiras do *habitus* e da cultura jornalística”. (FAUSTO NETO, 2000, p. 96).

Enquanto resultantes das ações encetadas pelos movimentos sociais da homossexualidade, listas e sites dedicados à temática lésbiana no ciberespaço contêm as duas características apontadas por Gomes (2007). A garantia de uma opinião pública construída através do debate público aos interessados está fixada nas regras combinadas pelos participantes das listas. Já os sites publicam opiniões que são fruto de visões e debates existentes dentro dos movimentos sociais da homossexualidade. Neles estão contidas as opiniões dos especialistas, isto é, das mulheres que vivenciam a lesbianidade.

Nem a identificação das esferas temáticas ou a ação discursiva bastam para classificar o ciberespaço como esfera pública. Um aspecto fundamental nos diversos modelos - republicano, liberal ou habermasiano elencados acima - é imprescindível para a concretização de espaço público democrático: a expressão da pluralidade que constitui a sociedade. Quando a garantia de manifestação desta diversidade é suprimida, o campo político é abafado num processo totalitário anulando o próprio processo democrático. Ainda que pesem os problemas gerados pela exclusão digital de parcelas da sociedade, o ciberespaço vem se mostrando um

local privilegiado para a troca de argumentos, inclusive por sua arquitetura tecnológica descentralizada que permite conexões entre os interessados numa escala global e instantânea.

2.5 As representações sociais na esfera pública

Se as representações sociais apresentam-se como um conhecimento prático partilhado, sua constituição não se dá na psiquê dos indivíduos, mas nas interações sociais em que eles tomam parte. Como nos diz Sandra Jovchelovitch (2000), elas não teriam nenhuma utilidade se os homens vivessem isoladamente já que são geradas para que os indivíduos possam lidar com a diversidade e a mobilidade social. Portanto, examinar a relação entre espaço público e representações sociais é crucial para entender a lógica de produção das representações. Elas necessitam de um espaço público para se concretizarem de acordo com a autora:

A vida pública, com suas instituições específicas, seus rituais e significados, é o *topos* no qual as representações sociais desenvolvem-se e adquirem existência concreta. Quando isso ocorre as representações sociais, elas mesmas, tornam-se constitutivas da vida pública. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 82).

Como as representações sociais operam na familiarização do estranho, elas constroem significados interligando a diversidade de perspectivas existentes no espaço público. Já que são formas de conhecimento estruturadas para lidar com a diferença, também são indicativas da qualidade do espaço público, pois num ambiente onde a diversidade e o dissenso são objetos de negociação é que elas têm mais sentido ao operarem como mediadoras. As sociedades totalitárias, por outro lado, são contrárias a produção deste tipo de conhecimento, pois visões diferenciadas de mundo colocam em perigo “[...] aqueles que desejam sustentar a

supremacia de uma única visão de mundo, convictos deles mesmos e da ‘verdade’ de seus propósitos”. (JOVCHELOVITCH, 2001, p. 173).

Na argumentação pública estão inseridas as representações. Elas permeiam, na linguagem cotidiana, as conversações e os argumentos sendo instrumentos de mediações. Ancoradas na tradição, expressões pejorativas e caricatas, por exemplo, traduzem representações sociais sobre a lesbianidade reveladoras de preconceitos, estigmas e discriminações utilizadas como sinônimos no senso comum justamente por traduzirem marcas de exclusão ditadas a partir das normas heterossexuais hegemônicas.

“Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo”.
Grande Sertão Veredas, João Guimarães Rosa.

3 LESBIANIDADE, DIVERSIDADE E CIDADANIA

Sistemas classificatórios fazem parte tanto do cotidiano das pessoas comuns como da ciência. Os critérios podem ser formulados pela singela oposição binária – heterossexual ou homossexual - ou conduzir a correspondências normativas - é fêmea da raça humana, portanto é mulher e heterossexual – e aceitas automaticamente. Neste capítulo parte-se da desconstrução destas categorizações para examinar a lesbianidade considerando as construções sociais feitas sobre o corpo, o sexo e o gênero. Com esta sedimentação examinam-se as diferenças e as identidades traduzidas em movimentos sociais representativos de uma minoria. Orientado por estas perspectivas, o exame da luta por uma cidadania contemplando a diversidade sexual dentro do corpo jurídico institucional irá considerar as representações sociais acerca desses direitos que deixaram a intimidade para ocupar os debates na esfera pública geral e se instalarem no ciberespaço. Ao mesmo tempo procura-se destacar a intensa relação entre as teorias e o movimento lésbico e as contínuas tensões internas e com os movimentos mais próximos como o feminista e o homossexual.

Corpo, gênero e sexualidade não são realidades naturais, mas construções simbólicas sociais e culturais mutáveis. Heilborn (1997) relativiza a concepção organicista do corpo, destacando que sua percepção está associada às compreensões produzidas por grupos sociais e culturais. Membros de diversas religiões – kardecistas, católicos, umbandistas – têm representações sociais muito distintas sobre “o estatuto da pessoa humana”. Para os primeiros, por exemplo, a crença na reencarnação faz dos seres humanos sujeitos que se desdobram no tempo em sucessivas vidas habitando corpos¹⁵ (matérias) diferentes, mas cujos atos são conseqüências desta trajetória temporal. “O corpo não fala por si próprio, se ele enuncia algo é aquilo que a própria cultura o autoriza a falar”. (HEILBORN, 1997, p. 50). As

¹⁵ Os canaques, tribo primitiva da Nova Caledônia, não possuíam a noção de corpo como revelam os estudos do antropólogo Maurice Leenhardt. Quando lhes indagou sobre sua noção de alma após o processo de evangelização dos colonizadores, recebeu como resposta que eles haviam aprendido possuir um corpo.

representações sociais sobre o corpo, nesta medida, apresentarão variações de grupos a grupos, de culturas à culturas, de épocas à épocas e determinarão os modos pelos quais será referenciado.

Se o corpo como suporte biológico tem compreensões diferenciadas, o conceito de gênero revela-se como classificação constituída num referencial binário de oposição entre o masculino e o feminino na maioria das sociedades. Tributária dos movimentos feministas surgidos a partir da década de 60, a categoria analítica gênero foi criada para instrumentalizar as lutas pela igualdade. Criticada posteriormente por operar como categorização fixa¹⁶, esta classificação mostrou-se eficiente ao questionar a dicotomia dominante do pólo masculino como dotado de valor. Louro (1997, p. 21) destaca a importância da forma de valoração e representação das características femininas ou masculinas como mais importantes do que elas próprias. “[...] aquilo que se diz ou que se pensa sobre elas é que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em dado momento histórico”.

É na história, ou melhor, na violência simbólica que Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina* (2002), identifica o predomínio masculino como produto das instituições como a família, a igreja, a escola. A violência simbólica é descrita como um processo suave e invisível para suas vítimas exercido, prioritariamente, pela comunicação e pelo conhecimento. A realidade biológica de machos e fêmeas serviu à construção social da sexualização (ou à genereficação na ótica de grande parte do movimento feminista) do mundo dividido entre objetos e comportamentos considerados ou masculinos ou femininos numa clara oposição entre si. Na prevalência da lógica de antagonismo o pólo positivo foi atribuído ao homem e, por conseqüência, às mulheres foi negado o reconhecimento das mesmas características resultando numa concepção masculina de mundo:

¹⁶ Heilborn (1997) aponta a existência de disjunção entre os gêneros numa tribo pastoral sudanesa onde a mulher infértil, após a autorizada rejeição pelo marido, compra outra mulher e com ela se casa e tem filhos gerados por um escravo de uma outra etnia. A mulher-esposa e seus filhos tratam mulher-marido como pai. Há a mudança de gênero sem vínculos homossexuais. A mulher-marido passa a integrar os conselhos de anciões, portadora agora de um estatuto masculino.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos. (BOURDIEU, 2002, p. 18).

A visão androcêntrica de mundo está presente desde a Antiguidade. Na *pólis* grega as mulheres não eram cidadãs ficando restritas à esfera do privado e do doméstico. A *pólis*, como nos recorda Arendt (1999, p. 40) era a esfera da liberdade que se concretizava pela ação política entre os seus iguais: os homens livres. A liberdade era efetivada nesta ação porque na família, o espaço onde a natureza humana se manifestava na exigência de manutenção da vida, o domínio masculino era incontestável e seu despotismo justificado. Foucault (1994, p. 24) denomina de “moral viril” as prescrições e orientações sobre o comportamento sexual existentes no período. “[...] as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo parceiras as quais convém formar, educar e vigiar quando as têm em seu poder, e das quais, ao contrário é preciso abster-se quando estão sob o poder de um outro (pai, marido, tutor)”. (FOUCAULT, 1994, p. 24).

É contra a dominação masculina que os movimentos feministas irão fundar-se e forçar mudanças. Castels (1999) inclui estes movimentos¹⁷ - ao lado das transformações na economia com maior cooptação de mão-de-obra feminina, do desenvolvimento da biotecnologia reprodutiva e da globalização – como um dos motivos de declínio do patriarcalismo. Reconhecendo a heterogeneidade do movimento perpassado por questões culturais, classistas, religiosas, étnicas, nacionais e teórico-conceituais, ele vê uma centralidade: “*Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação,*

¹⁷ Nascido nos Estados Unidos no início do século XXI, depois propagado globalmente, houve um refluxo anti-feminista conhecido como *backlash*, que questiona a ação emancipatória das mulheres operada pelas feministas como causa de infelicidade. Jornais e revistas brasileiras também veicularam esta mensagem de que a igualdade entre os sexos não traz a prometida felicidade.

o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal". (CASTELS, 1999, p. 211, grifo do autor).

Esta identidade padronizada clássica, apesar das significativas mudanças produzidas nos últimos 50 anos, é reforçada em espaços midiáticos¹⁸. O reconhecimento de “uma nova mulher” não implica no abandono de padrões hegemônicos em grande parte dos meios massivos dirigidos à mulher. Nos portais de grande tráfego do ciberespaço este enfoque está presente como no portal Terra, onde o *hiperlink* Mulher conduz aos temas beleza, bem-estar, casa, culinária, moda, noivas, horóscopo, pais e filhos, relacionamento, saúde vida profissional e o item sexo leva a um espaço reservado para adultos onde imperam notícias, vídeos e *chats* erótico/pornográficos. Já o UOL diluiu o tema em vários *hiperlinks* na página central tratando de moda, beleza, boa-forma, casa e decoração, saúde, bem estar, dieta, gravidez, crianças, adolescentes, horóscopo, cuidados com a beleza e a forma. Em ambos, o padrão de mulher é branca, urbana e de classe média.

Representações sociais e mídia são inter relacionadas sem que seja possível determinar a preponderância de uma ou outra. Ambas podem basear-se na tradição e reforçar comportamentos de papéis designados na cultura. O estudo de Poeschl (2003), realizado com casais portugueses de classe média da cidade do Porto, sobre os papéis masculinos e femininos no âmbito doméstico traz dados significativo. Apesar de sua autoclassificação como modernos e atualizados, os homens consideraram mais importante que as mulheres assumissem seu papel tradicional (o bem-estar da família é superior ao da mulher) enquanto eles deveriam possuir os traços de personalidade considerados tipicamente masculinos como liderança, iniciativa. Para eles, a mulher teria que ser paciente e compreensiva. Outro aspecto captado na pesquisa parece corroborar as observações de Bourdieu acerca da violência simbólica internalizada. As mulheres que se declaravam mais convictas das diferenças gênero

¹⁸ Sobre a presença da temática das relações de gênero nas pesquisas em comunicação, no período de 1992 a 2002, o trabalho de Escosteguy e Messa (2006) traça um painel elucidativo, mostrando a ênfase dada aos estudos da mídia impressa.

davam menor importância à contribuição masculina nas tarefas domésticas e valoravam com maior ênfase a participação nas decisões do orçamento doméstico.

Os sistemas classificatórios incluem a sexualidade também de forma binária e oposta: a heterossexualidade e a homossexualidade. Em si mesmos estes conceitos carregam, hegemonicamente, normas implícitas de comportamento de correspondência de corpo e gênero. A homossexualidade, nesta perspectiva, é vista como a anormalidade, o desvio, a doença que merece a punição.

A sexualidade possui uma história complexa no Ocidente como nos revelam os trabalhos de Michel Foucault. Ela foi construída desde o século XVIII através de incitações discursivas marcadas pela racionalidade expressas na medicina, na biologia, na psiquiatria, na crítica política e na moral. “O que é próprio das sociedades modernas é não terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*”. (FOUCAULT, 1999, p. 36, grifo do autor). A objetividade científica produz saberes que se instalam como verdades formando conceitos normativos sobre a sexualidade, o prazer e os corpos.

O casal monogâmico heterossexual continua sendo o paradigma, mas sua conduta permanece à margem, num primeiro momento, da severa investigação a que foram submetidas as outras práticas¹⁹. É uma norma silenciosa, mas rigorosa contraposta as “sexualidades periféricas”, catalogadas como perversões, vícios ou delitos. As verdades científicas sobre estes seres e suas práticas – incluídas aí desde o onanismo infantil até a pedofilia – permeiam a sociedade. Foucault desconstitui a tese de que repressão sexual existente nos códigos jurídicos ou nas prescrições religiosas seja responsável pela reafirmação de padrões normativos da sexualidade. Ao contrário, é a permanente incitação ao discurso

¹⁹ Foucault adverte que a Medicina e a Psiquiatria também penetram nesta alcova examinando os prazeres do casal catalogando patologias orgânicas, funcionais ou mentais e enquadrando os sujeitos, suas subjetividades e suas relações.

sobre a sexualidade na modernidade que cria e reafirma a heterossexualidade como norma e a homossexualidade (e outras práticas) como condutas anormais.

Formula-se assim o dispositivo da sexualidade. A concepção de dispositivo é complexa nos estudos de Foucault. Em *A Microfísica do Poder* (1996, p. 244) ele assevera que o termo é “decididamente heterogêneo” englobando discursos, instituições, organizações arquitetônicas, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais e a filantropia. “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre estes elementos”. (FOUCAULT, 1996, p. 244). Salienta ainda que a natureza das relações entre eles permita mudanças de posições e de funções dos dispositivos que podem também ser empregados como estratégias de respostas às urgências sociais.

Nada escapa a este dispositivo que opera através de sofisticados procedimentos confessionais – como a análise psiquiátrica – incitando o sujeito a produzir sobre a sua sexualidade um “discurso de verdade” que terá efeitos sobre si. O homossexual será transformado numa personagem cuja essência é a sua sexualidade como uma marca de sua natureza que orienta todas as suas condutas. “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”. (FOUCAULT, 1999, p. 44).

Navarro-Swain ressalta que estes discursos produzem corpos marcados pela naturalização da sexualidade como uma prática obrigatoriamente hetero, portanto, normatizadora. “A divisão binária dos sexos ancora o dispositivo da sexualidade e cria os corpos femininos e masculinos, mas engendra ao mesmo tempo sexualidades múltiplas anômalas que a reforçam enquanto modelo”. (NAVARRO-SWAIN, *online*). Discursos constroem corpos, gêneros e sexualidade fixando normalidades e anormalidades identitárias. No Brasil, esta identidade referencial será a do homem branco, heterossexual, de classe média urbana. Louro (2004) assinala que este padrão “não-problemático” torna-se paradoxalmente

invisível marcando mulheres, homossexuais, não-brancos, pobres, pessoas do campo, como o “outro”.

Os saberes científicos criaram, simultaneamente, duas representações sociais significativas acerca da sexualidade: a hetero e a homo. A primeira padroniza a conduta normal, aceitável, natural a ser seguida por homens e mulheres. Por contraposição, o homossexual é o anormal, é o invertido. No cotidiano, a expressão “machorra” traduz, no linguajar corriqueiro do senso comum antes mesmo que seja utilizado com a clara intenção de estigmatizar, esta inversão que o empenho científico catalogou, “fez dizer de si” através da intensa incitação discursiva de que nos fala Foucault.

Neste marcar de corpos e definição das perversões através da incitação discursiva Foucault reitera que o exercício do poder se dá num processo disseminado por toda a sociedade. O que preside a sua “análise de poder” é mostrar que as relações de poder não são fundamentadas nem no Direito nem na violência, isto é, não são unicamente contratuais ou repressivas. O poder não ocupa “um lugar, mas é uma rede de relações operando em toda a estrutura social que inclui os indivíduos como parte constitutiva “O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é o seu centro de transmissão”. (FOUCAULT, 1996, p. 183).

Coloca-se aqui uma questão sobre poder e sociedade através de concepções diversas de autores utilizados neste estudo: Habermas e Foucault. De forma decisiva ambos orientaram a compreensão das temáticas da esfera pública e da sexualidade e concordam quanto à importância de uma sociedade atuante para o fortalecimento democrático que, na contemporaneidade significa reconhecimento de diversidades sem implicar em desigualdades.

Habermas centrou suas teorias na ação comunicativa enfatizada como um processo discursivo racional para a busca do consenso e, a partir daí elaborou conceitos normativos universalistas para examinar as relações na sociedade. Foucault foge da elaboração de normas

e procedimentos prescritivos para examinar a dinâmica do exercício do poder nas diferentes relações das instituições da sociedade. Está mais preocupado em examinar o conflito do que em estabelecer normas para o consenso. O movimento examinado aqui como um dos agentes fundamentais para a transformação das representações sociais acerca da lesbianidade atua de forma a combinar a preocupação com a institucionalidade jurídica de novos elementos de cidadania, mas ao mesmo tempo preocupa-se em agir discursivamente na desconstituição da heteronormatividade que perpassa todas o corpo social.

3.1 Identidades, diferenças e subjetividades

Aparentemente esses três substantivos poderiam ser empregados como sinônimos sem nenhuma dúvida sobre sua correção. Utilizá-los conceitualmente requer cuidados teóricos, pois além de complexos são examinados sob diversas perspectivas e, particularmente nas questões da homossexualidade, atravessam significativamente os sujeitos e os movimentos sociais. Adotando o ponto de vista de que são construídos socialmente, algumas observações são necessárias ao equacionamento deste estudo acerca das narrativas lesbianas.

Os enfoques sobre a identidade, dividem-se em duas grandes vertentes: a essencialista e a construtivista social. A primeira toma como fundamental uma característica – gênero, nacionalidade, etnia, religião, sexualidade, classe social e outras – para dali formular a base fixa de identidades individuais e coletivas. A segunda irá questionar essa fixidez propondo um caráter múltiplo, diverso e transpassado por um conjunto de variáveis.

As aceleradas transformações do século XX levaram Stuart Hall (2001) a constatar a fragmentação das identidades sociais e individuais num processo de ruptura com as concepções forjadas pelo Iluminismo. Do indivíduo racional, unificado e consciente, cuja

subjetividade formava-se no seu nascimento, chegou-se ao sujeito descentrado, sem uma identidade unitária, permanente ou essencial.

[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2001, p. 13).

Se a pós-modernidade trouxe esta fragmentação identitária como os sujeitos se localizam nesta multiplicidade? Como são realizados os processos de identificação? Hall (2000) entende que através de um processo de articulação e de significação sujeito ao jogo da diferença: a existência de uma identificação surge pela diferenciação. Este processo se desenvolve através de um trabalho discursivo delimitando o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas entre ambas.

Silva (2000) observa que a identidade e a diferença não são opostas e, sim inter dependentes. O uso de uma categoria referencial se materializa em oposição à outra, como por exemplo, na assertiva “sou heterossexual”. Ao mesmo tempo em que dá pertencimento à determinada prática da sexualidade faz a demarcação com os outros indivíduos que não o são. Identidade e diferença são definidas num jogo de relações de poder, expressando as marcas da diferenciação produzida. Estabelecidos nas relações de poder (aqui compreendidas como resultante da complexa teia que perpassa toda a sociedade e não somente como obra do Estado ou das suas instituições e do corpo jurídico) os sistemas classificatórios de identidades e diferenças também são mutáveis histórica e socialmente. O padrão dos corpos femininos no Ocidente transformou-se das formas arredondas e cheias do Renascimento para as figuras longelíneas das modelos internacionais a partir dos anos sessenta do século XX. Este padrão, apesar da reiteração feita pela mídia e pela indústria da moda não é homogêneo pelos diversos segmentos sociais, etários, étnicos ou nacionais. Em alguns deles, ao contrário, é valorado um padrão antagônico expresso em comentários no cotidiano do tipo “sou gente, não sou um

cabide”, “é uma magricela com fome”. Ou na crua explicitação masculina: “gosto de carne, não de osso”.

Ao se falar em processo de diferenciação e identificação é preciso perguntar qual a importância da subjetividade que faz um indivíduo voltar-se para uma ou outra identidade dentro deste quadro de multiplicidade. Para Woodward (2000, p. 55) a subjetividade envolve os pensamentos e sentimentos imersos em contextos culturais e discursivos que dão significados a essa experiência. Assim, os conjuntos de significados construídos pelos discursos só terão eficácia se “[...] nos recrutarem como sujeitos”. Capturado pelo discurso, os indivíduos passam a se posicionar a partir deles formando a sua identidade.

A construção das identidades e as representações não são processos isolados nem social nem subjetivamente. Jovchelovitch (2000) realça que o estabelecimento de representações sociais simultaneamente envolve a proposição de uma identidade e uma interpretação da realidade já que os sujeitos ao organizarem as representações o estão fazendo para dar sentido à realidade. Nesse procedimento revelam como entendem a si mesmos e aos outros. “Não há possibilidade para a construção da identidade sem o trabalho representacional, assim como não há trabalho representacional sem um limite identificatório entre o Eu e o não-EU”. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.176). Na intersecção entre a representação de si e a representação feita do outro, do diferente, é que as identidades passam a se constituir.

3.2 A multiplicidade

As práticas amorosas e sexuais entre mulheres, que vem ocorrendo em diversas culturas e épocas, são vistas e interpretadas de formas diversas determinando visibilidade e

legitimidade correspondentes. A predominância de arranjos sociais nitidamente patriarcais, que tem como norma obrigatória a heterossexualidade, tratou de estigmatizar e reprimir essas relações. Pecado, patologia, desvio comportamental ou delito foram os argumentos empregados pelas instituições até a segunda metade do século XX, quando irromperam os movimentos homossexuais trazendo um conjunto de questões abrangendo identidade, cultura, direitos de cidadania – entre outros – para o debate público.

Existe uma identidade lésbica? Qual o significado da “saída do armário” na constituição desta identidade? Como enfrentam os estigmas e os preconceitos? Como lidam com os estereótipos? Quais as representações sociais que constituem acerca de si? As respostas a estas questões tendem a esclarecer alguns dos aspectos da condição lesbiana debatidas nas arenas temáticas da esfera pública virtual.

Ao primeiro questionamento a resposta mais acurada talvez possa ser: sim, não e talvez. Os termos “lésbicas” e “identidade” lésbica são usados tanto na academia como nas comunidades como se tivessem um sentido universalmente estabelecido e aceito. Eliason e Morgan (1998) afirmam que estas definições devem ser vistas em duas grandes categorias: as políticas e as não políticas. A primeira se subdivide entre uma identificação maior com as mulheres e outra com todos os grupos submetidos a quaisquer formas de opressão. As definições que não se ancoram na política identitária, constatadas em pesquisa entre lésbicas americanas, mostram que a lesbianidade é definida de quatro maneiras: mulheres que amam e fazem sexo com outras mulheres; como uma verdadeira essência de seu Eu; como um acontecimento inesperado e finalmente, como uma pequena faceta na identidade das pessoas.

Esta multiplicidade de definições oferecidas pelas lésbicas nos demonstra que a inexistência de um conceito único sobre identidade não esconde a identificação marcada pela diferenciação de suas práticas afetivas e sexuais. Estigmatizadas por uma conduta considerada

desviante, têm procurado questionar a pretensa normalidade como salienta Navarro-Swain (2000, p. 77):

A heterossexualidade compulsória aparece assim como um mecanismo regulador de práticas e definidor de papéis, restritos aos desenhos morfológicos e genitais, isto é, à correspondência exata entre *sexo biológico/gênero social* que o *lesbianismo e homossexualidade* em geral, desmentem. (grifos da autora).

Nas listas e sites examinados esta perspectiva está expressa em depoimentos e opiniões como essa:

Lelist: Sáb 29 de Dez de 2007 4:03 pm

Da mesma forma, que a homossexualidade não tem causa e com isso, não tem cura, a heterossexualidade tbem²⁰ não o é. Sempre que me perguntam, quando me tornei homossexual, eu retorno a pergunta, quando se descobriu hetero e vcs se fizeram este exercício, verão quão interessante serão as respostas, pois é a partir delas que começamos a desconstruir a naturalidade da heterossexualidade. O que precisamos entender é que fazemos parte desta sociedade q é machista, branca e de heterossexuais, sem falar nos produtos disto, sociedade de elite, de poder, de estruturas e isto reflete dentro de nós, nos nossos discursos, nas nossas atitudes e em tudo o que somos. E para tornar a homossexualidade natural, sem hierarquização da sexualidade, é preciso que mudemos, principalmente os nossos discursos, o discurso de quem exerce a não heterossexualidade, não reforçando a heteronormatividade. Pois não somos poucos não heterossexuais, mas somos raros não heteronormativos.

Combater a norma heterossexual implica na revelação de sua homossexualidade. O processo de “assumir-se lésbica” tem dimensões distintas no âmbito político e no pessoal. No plano pessoal, em algum momento de suas vidas, serão confrontadas com pessoas ou situações que demandarão questionamentos sobre sua exposição como lésbica. Questões como a quem revelar, quando e como fazem parte do seu cotidiano. Considerando este processo a psicóloga australiana Vivienne Cass (1984) desenvolveu um modelo para o

²⁰ A escrita online caracteriza-se pelo uso intensivo de abreviaturas como “tbm” (também), “vc” (você), “bjs” (beijos) “qdo” (quando), “msg” (mensagem) além da criação de neologismos como “linkar”, “blogar” entre outras. A informalidade das comunidades virtuais é caracterizada pelo uso intensivo desta escrita que será mantida na transcrição das mensagens neste estudo.

processo de afirmação homossexual que inclui seis estágios: confusão, comparação, tolerância, aceitação, orgulho e síntese. Incluir-se em cada um deles corresponde ao grau de importância que esta faceta vai assumindo na sua identidade total. E a passagem de um a outro estágio implica na maior identificação com o grupo e sua inserção política.

As narrativas encontradas neste estudo mostram estes estágios, assumindo características diferenciadas de acordo com o grau de politização que as listas e sites apresentam. As comunidades do ciberespaço, neste sentido, representam um local seguro para estes depoimentos criando/reforçando ou eliminando a identificação. Nestes espaços virtuais existe acolhida ao próprio estranhamento com a atração sentida por outra mulher e o incentivo à revelação para eliminar a vivência de uma dupla identidade. E o passo subsequente, o de assumir sua homossexualidade diante da família, é um dos pontos cruciais e delicados relatado em várias narrativas e corroborado nas pesquisas realizadas pelo Centro de Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM em três paradas gays no Rio de Janeiro (2003 e 2004) e Recife (2006) indicando que as lésbicas sofrem mais agressões e discriminações na família que os gays. O estudo destaca que os resultados confirmam as avaliações do movimento de que elas não são menos atingidas pela homofobia, mas tem menor visibilidade porque ocorrem na esfera doméstica como esta narrativa postada na *Lelist*:

Ajuda amiga Seg., 3 de Mar de 2008 11:08 am

Moro sozinha num apt. Me mudei há pouco mais de um mês. No último final de semana a mãe da minha namorada descobriu sobre o nosso relacionamento. Tenho 30 anos e ela 20. No sábado, quando ela descobriu ao acessar o MSN da filha e ler e-mails, foi até à casa de uma amiga nossa e tentou bater, ameaçou e cuspiu nela e ligou pro meu celular varias vezes, mas eu não atendi, então ela deixou mensagens me ameaçando, além de ter deixado mensagem offline no meu MSN, através do MSN da filha. Bem... na noite do sábado ela espancou a filha... que me procurou pedindo abrigo aproximadamente às 3h da madrugada... acolhi ... tive q tomar um calmante de tanto medo q tava e não conseguimos dormir acuidas... no domingo... saímos do apt e fomos para a internet do prédio com a finalidade de pedir ajuda a alguém... qd chegaram umas pessoas procurando por nós... então resolvemos subir ate o apt. e depois ficamos escondidas na escada do prédio, subindo e descendo, da hora do almoço ate umas 21h da noite... os

pais foram lá no apto... ela tava com medo... não queria voltar pra casa... e eu tb tava c medo... nos escondemos... levaram a policia lá pra convencer a sindica e o porteiro a abrirem o portão, levaram um chaveiro, ele abriu meu apt... entraram lá... e pra isso eles deram a desculpa q a filha era menor de idade, mas ela tem 20 anos... e q eles achavam q ela poderia ter se matado... no mesmo momento que tentavam entrar a mãe dela ligou pra minha família, q é de outra cidade, falou com minha irmã, e entre as coisas q disse... foi que ela viesse me buscar pra não acontecer o pior, além de perguntar se minha irmã sabia que eu era "sapatona". Bem... recebi ameaças por celular, pelo MSN, ela espancou a filha...o pai tentou enforcar a filha na minha frente qd nos encontrou andando na rua e a obrigou a voltar pra casa quase quebrando o braço dela. Estou na casa de uma amiga...com medo de dormir na minha casa... minha família quer q eu volte pra minha cidade... pra isso teria que romper o contrato de aluguel e pagar uma multa muito alta. Mas to pensando seriamente em ir embora da cidade... mesmo perdendo muita coisa, acabei de passar num concurso, mas não quero perder minha vida Não sei o que fazer... estou em desespero, assim como a principal vítima, minha namorada. Peço algum aconselhamento o mais rápido possível.

O temor à estigmatização pelo círculo afetivo mais próximo traz à tona as reflexões de Goffman (1988) sobre a aparência explícita e visível da diferença que torna um indivíduo desacreditado e aquela diferença que é encoberta gerando no próprio sujeito uma tensão permanente. A diferença explícita é mais facilmente estabelecida quando as lésbicas preenchem a representação social estereotipada: o tipo “sapatona”. A aparência masculinizada ancora, no senso comum, a representação social dominante sobre as lésbicas: são invertidas e querem ser homens. É aplicada novamente a fórmula de que um corpo corresponde automaticamente a um gênero e uma sexualidade determinada. Não o é. Perrin e Chetcuti (2002, *online*) apontam que esta representação é explicada de diversas maneiras pelas próprias lésbicas. Existem aquelas que adotam a postura e as atitudes masculinas como forma de ocupar um lugar; outras para desafiar os padrões de feminilidade ou ainda para tornar pública, de maneira inequívoca, a sua lesbianidade.

A estereotipia, no entanto, não se restringe ao senso comum e popular e invade a comunidade lésbica. Uma das estratégias dos grupos lésbicos é a da dissociação de sua imagem do estereótipo da masculinidade. Genericamente (há inúmeras sub-categorias) dois

grandes tipos marcam os debates: a femme – a lésbica com características do padrão feminino hetero; e a “butch” – a clássica sapatona. Seja pela necessidade de diferenciação dos estereótipos caricatos ou pela interiorização de padrões femininos ditados pelo mundo heterossexual, a realidade é que muitas lésbicas rejeitam relações afetivas com tipos mais masculinizados. O site *Um Outro Olhar* ao realizar enquete sobre o tipo preferido de mulher recebeu significativo número de comentários depreciativos em relação às masculinizadas, as “butches” (uma designação originariamente americana adotada no Brasil). Em resposta, entrevistou Butch F., que se apresenta como “carioca, 50 anos, lésbica, butch, anarquista, libertária e transgressora”, uma das responsáveis pelo *blog Uva na Vulva*, dedicado ao erotismo, ao desejo e ao prazer lésbicos.

Ser butch é ser mulher antes de qualquer coisa. É mesclar o melhor da energia feminina ao melhor da energia masculina criando um gênero de essência impar, apesar e além de aparências ou comportamentos normalmente MAL-conceituados como sendo exclusivos do SEXO masculino.

Butches não são e nem querem ser ou parecer homens. Não são transexuais /transgêneros. Transgressoras sim. É preciso entender que essa energia que convencionamos chamar de masculina não é exclusividade só de homens.

Sexo, SEXUALIDADE e gênero são coisas completamente distintas. Quem disse que toda butch é ativa ou que toda femme é passiva? Essa obrigatoriedade não existe. Na cama cada uma procura sua identidade, que nem precisa ser fixa e nem ter necessariamente nada a ver com o gênero nem mesmo com o sexo genético de ninguém. Conheço homens completamente passivos na cama e mulheres que são ativíssimas.

O *blog*, onde o tema é analisado como preconceito dentro do preconceito, sustenta a existência de um preconceito classista já que a “butch” rejeitada apresenta características masculinas “relacionada aos homens da classe operária, sem o refinamento e a elegância da masculinidade da elite”. As que adotam comportamentos (inclusive no vestuário) assemelhados aos homens elegantes e refinados e que assumem uma aparência andrógina são objetos de desejo.

A internalização de padrões femininos e masculinos ditados pelas normas heterossexuais também é tratada no fórum de discussão do site *Manual da Lésbica Contemporânea*:

Wed Mar 05, 2008 1:28 am

Agora passando para relacionamentos: uma mulher mais feminina só se complementa por uma mais masculina? Pense bem na pergunta... Essa é a visão do mundo hetero, que imagina que estamos sempre tentando imitar o modelo de casal hetero em nossas vidas. É claro que uma mulher feminina pode, sim, sentir atração por uma mais masculina. Só precisamos nos lembrar de que isso nunca é regra. A combinação correta que pode ou não funcionar pra vc é só vc quem sabe. Feminina-masculina, feminina-feminina, masculina-masculina, feminina-neutra, andrógina-masculina, feminina-drag king, e por aí vai... Não se limite pela cabeça dos outros. Siga sempre a sua. Finalmente, sobre as unhas: já conheci muitas lésbicas masculinas, com unhas curtinhas, mas suuuuper bem cuidadas, roupa estilosa elegantíssima, perfume imaculado e classe pra esbanjar. Masculinidade e falta de vaidade não são sinônimos, assim como nem toda feminina vive sempre dias de princesa.

Também a *Lelist* realizou uma pequena enquête interna , em fevereiro de 2006, com resultados interessantes. À pergunta –“ você se sente atraída por uma mulher masculinizada?” 20% das votantes concordaram; 30% delas disseram não e outras 20% mostraram indiferença. Como quarta opção de resposta havia a sentença: “Um certo "ar" masculino cai bem.. mas não muito” que recebeu 24 % dos votos. Imersas num contexto social e histórico, as lésbicas podem criar novas representações sociais abarcando sua multiplicidade como também reproduzir os estereótipos (ou criar novos) que combatem. É através do debate que os argumentos vão se tornando visíveis na esfera pública virtual. Pontos de vista, expressos informalmente, não indicam a ausência de uma razão discursiva a orientá-los. Eles emergem das interações simples e cotidianas na “linguagem comum ordinária” de acordo com Habermas (1997) e são levados adiante nas arenas parciais aproveitando o intercruzamento, quase instantâneo, oportunizado pela tecnologia digital.

3.3 Identidades coletivas, minorias e movimentos sociais

Compreendida como um passo para a formulação de si como agente político na sociedade, a identidade coletiva sedimenta aspectos mínimos comuns capazes de aglutinar a diferenciação que as caracteriza. No caso das lésbicas em particular, a ausência deste coletivo determinaria menor autonomia e protagonismo nos movimentos sociais. Numa tentativa de compreender melhor seu significado elas também serão aqui vistas pelo ângulo do ímpeto transformador das minorias. Percorrer este itinerário deverá esclarecer a passagem das identificações subjetivas individuais até o encaminhamento coletivo para alterações no corpo jurídico do Estado para o reconhecimento de um estatuto de cidadania que não discrimine a homossexualidade.

Internamente, a formação da identidade coletiva é um processo social dinâmico em que a partilha de valores e crenças dão coesão a um grupo e criam significações para a realidade social. Prado (2006) afirma que ela tanto regula como é regulada pelos sentimentos de pertença, pela definição de práticas de grupo e pelo partilhamento de interesses, crenças e valores. A identidade coletiva, pois, está em contínua elaboração tanto pelas demandas internas como por aquelas oriundas da sociedade em geral. É nestas relações, isto é, que inclui a designação dada a este grupo, que a identidade coletiva torna-se um instrumento capaz de provocar a mudança.

Estes valores e crenças têm caráter simbólico expresso em uma história, uma memória, em mitos e símbolos comuns que reforçam o pertencimento. Wasserman (2002) observa que as pessoas constroem suas identidades nas experiências, vivências e afetos da vida cotidiana relacionando-as com grupos e comunidades que possuem uma história coletiva em que a

valoração de mitos, símbolos e heróis são, muitas vezes, produto de uma luta política árdua dentro dos projetos de poder que permeiam a sociedade.

No caso das lésbicas, a identidade coletiva está diretamente vinculada aos movimentos feministas e aos da homossexualidade com uma história em busca de autonomia e visibilidade. Inicialmente é importante destacar que estes movimentos entrelaçam, desde os anos 60, teorias e ativismos. O feminista, onde as lésbicas tiveram intensa participação desde seu início, centrou-se no exame e denúncia das desigualdades políticas, econômicas, jurídicas e sociais caracterizando a opressão masculina. Num segundo momento, o gênero passou a ser utilizado como categoria analítica constituinte da identidade da mulher²¹. O gênero passa a ser examinado como constituinte da identidade da mulher perpassada por diferenciações étnicas, religiosas, culturais e de classe dentro de uma mesma sociedade. A crítica central a este enfoque é de que realça o viés heterossexual hegemônico.

No movimento homossexual, cujo marco simbólico é Stonewall²², elas encontraram ambiente para o debate sobre sexualidade mas todas as demandas e questões das mulheres foram obliteradas diante de uma visão masculina de mundo. Consolidou-se a crítica ao heterocentrismo das feministas e ao falocentrismo dos homossexuais provocando a busca de autonomia. Assim como os outros dois movimentos também elas se orientam pelo intercruzamento de teorias e movimento sendo possível identificar, de acordo com Jules Falquet (2004), três grandes linhas na atualidade: a lésbico-feminista, a radical e a separatista.

A primeira critica as feministas pela ausência de reflexão acerca da heterossexualidade, porém defende a solidariedade política das mulheres - como classe de sexo - numa luta contra o heteropatriarcalismo. Esta linha é tributária do pensamento da americana Adrienne Rich no artigo *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, de

²¹ Este conceito está ligado ao termo “gender” usado em distinção a “sex” criado por teóricas anglo-americanas..

²² No dia 28 de junho de 1969, cansados das batidas policiais ao bar Stonewall In, em New York (USA) aos habituais freqüentadores gays do local resistiram às prisões num enfrentamento direto com os policiais. Imediatamente grupos lésbicos e gays organizaram atividades públicas contra o preconceito e a discriminação.

1980, para quem a lesbofobia é uma arma contra todas as mulheres utilizada pelos interesses econômicos masculinos. Para a radical, tendência marcadamente francesa, as lésbicas escapam da apropriação privada masculina ao descumprirem a função social de gênero numa relação de servidão que implica em obrigações pessoais (procriação e deveres conjugais) políticas, ideológicas e econômicas, mas não se livram da apropriação coletiva, o que as vincula à classe das mulheres e implica lutas conjuntas. Com extrema relevância na França, deve suas bases teóricas à antropóloga Monique Wittig na obra *La pensée straight*, publicada em 1980 e hoje se organiza em torno da revista canadense *AmazonesD’Hier, Lesbiennes d’aujourd’hui*. Já a separatista, originariamente americana, defende a criação de espaços físicos ou simbólicos exclusivos tanto para a luta política como para a convivência e se desenvolveu a partir da obra *The Lesbian Nation*, de Jil Jonston. Essas tendências, às vezes convergentes na luta política cotidiana, são questionadas por formularem um modelo lésbico, branco, ocidental e de classe média. Aparecem estudos e formam-se grupos ativistas sob perspectivas de classe, cultura e etnia.

Ainda é importante destacar o surgimento da teoria “queer”, a partir da segunda metade dos anos 80 com os trabalhos de Judith Butler e Teresa de Lauretis, numa perspectiva pós-identitária e que atualmente orienta um amplo campo de estudos. O termo - o sujo, o estranho, o esquisito – é fruto de uma combinação de significados com a palavra “queen” – literalmente rainha com a conotação de “viado”- ambos provenientes da gíria inglesa e que designa todas as sexualidades desviantes: homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, drags. Dirigindo suas críticas aos discursos orientados pela posição binária da sexualidade, os teóricos propõem uma mudança epistemológica que rompa com esta lógica e seus efeitos de hierarquização, classificação e exclusão.

Uma abordagem desconstrutivista permitirá compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. (LOURO, 2004, p. 45).

Apesar da influência e da repercussão desta teoria, inclusive nos discursos de muitos segmentos lésbicos brasileiros, a política identitária ainda é predominante mesmo que não seja estável nem homogênea. Busca-se marcar uma identidade coletiva como um referencial das especificidades para internamente dar coesão e pertencimento e externamente instrumentalizar as negociações com o restante dos movimentos sociais. Esta identidade coletiva é que lhes assegura tornarem-se atores políticos na esfera pública.

Ela também será primordial na elaboração de novas representações sociais acerca da lesbianidade. Howarth (2002) destaca que grupos estigmatizados desenvolvem estratégias diferenciadas de mudar as representações sociais negativas acerca de si, mas que a re-elaboração dos conceitos hegemônicos e a da própria rejeição são cruciais neste processo. Tornadas públicas as novas representações sociais que as lésbicas constroem acerca de si incluem um repertório - combate à heteronormatividade, fim da padronização de tipos, denúncia da exclusão de direitos – são forjadas na identidade coletiva que as instrumentaliza dentro do movimento social e, individualmente, lhes fornece suporte para a melhoria da auto-estima.

A reafirmação da identidade coletiva pode conduzir ao enclausuramento em comunidades fechadas, criando territórios restritos – os guetos - como locais, grupos ou o ciberespaço. Nos grandes centros urbanos os guetos incluem bares, boates, livrarias, lojas, condomínios residenciais ou bairros e neles as demonstrações de afeto, por exemplo, não causam o repúdio a que estão expostos nos demais lugares já que as regras heterossexuais concretizam-se a todo o momento e em todos os locais. Os grupos, de socialidade ou de ativismo, reforçam o pertencimento e representam o lugar seguro da experimentação coletiva. No ciberespaço, entretanto, estar presente com esta identificação não pressupõe apenas voltar-se para o próprio mundo lésbico: estar na rede significa estar disponível à leitura/visualização

de muitos. As vantagens e desvantagens em freqüentar continuamente estes guetos, especialmente as festas em clubes gays e lésbicos, são salientadas no *Manual da Lésbica Contemporânea* onde são vistas como “um mundo dentro do mundo”:

O mundo dentro do mundo não é o rebuceteio *per se*. É um pequeno universo de valores deturpados e lugares limitados, onde as pessoas vêm com normalidade coisas que não deveriam ser vistas. É como uma dimensão paralela, como um universo à parte. Depois de certo tempo nele, você parece se sentir em casa. O sentimento de liberdade e a idéia de que nada é proibido podem ser inebriantes. É o mundo dentro do mundo que acaba originando o rebuceteio. Lembre-se de que há um universo bem maior longe das baladas e das mulheres: você tem responsabilidades, um futuro, uma carreira. Você é mais do que a sua sexualidade. (MANUAL DA LÉSBICA CONTEMPORÂNEA, *online*).

As identidades coletivas cumprem papel importante como destaca Castels (1999) ao desafiarem homogeneidade da globalização ao colocarem centralmente a singularidade e o controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. A partir desta premissa, o autor as distingue, considerando formas e origens, em identidades legitimadoras, de resistência e de projeto. A primeira é introduzida pelas instituições dominantes para expandir e reafirmar sua posição tendo como exemplo os movimentos nacionalistas. A segunda se origina da estigmatização da sociedade em relação a uma característica essencial dos indivíduos como a religião, a nacionalidade étnica, o território. Entre os movimentos que assumem a defesa desta essencialidade estão os fundamentalismos religiosos, os nacionalismos étnicos, as comunidades territoriais e algumas tendências do movimento homossexual.

É na inclusão dos movimentos da homossexualidade entre as identidades de projeto que encontro respostas adequadas à compreensão da atuação das lésbicas. Essas identidades, inicialmente surgidas como de resistência, no transcurso de sua atuação terminam colocando em cheque princípios fundamentais da sociedade. É o caso das feministas e dos homossexuais que enfrentam a família patriarcal e “[...] toda estrutura de produção, reprodução, sexualidade

e personalidade sobre a qual todas as sociedades historicamente se estabeleceram”. (CASTELS, 1999, p. 24).

As lésbicas desafiam duplamente as bases do patriarcalismo na recusa em satisfazer o tradicional papel de gênero e na quebra do exercício da heterossexualidade. Ser mulher plena, no conceito hegemônico, implica em aceitar um papel que inclui a procriação e a reprodução dos padrões da família hetero a ser transmitida aos filhos. Mesmo que novos arranjos familiares sejam rotineiros na sociedade contemporânea – informalidade das uniões, divórcios, etc. - e as pesquisas genéticas criem novas possibilidades para a maternidade a norma aceita social e juridicamente é a do casal hetero.

Nesta medida é que trazem à tona o impulso transformador característico das minorias que ocupam um lugar diferenciado nas sociedades como qualifica (SODRÉ, 2005, p.15):

Lugar ‘minoritário’ é um **topus** polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. (grifo do autor).

Na concepção de Sodré, quatro itens caracterizam as minorias e podem ser aplicados às lésbicas. Um deles é a vulnerabilidade jurídico-social das minorias que não estão institucionalizadas nem contempladas nas políticas públicas. É o caso da legislação dos direitos de família voltados para o casal heterossexual (matrimônio, herança, seguridade social, adoção, etc.) e do atendimento à saúde desconsiderando suas especificidades. Outro é sua contínua formação de uma identidade coletiva que se apresenta *in statu nascendi* e alimenta-se do “ânimo e da força” inerentes a esta condição.

Uma terceira característica - a luta contra-hegemônica sem objetivo insurrecional de tomada do poder – está presente. Este combate lhes exige a presença na esfera pública. Seus objetivos na adoção desta tática – uma constante dos grupos ativistas, entendendo-se como todos aqueles grupos envolvidos em ações de transformação, seja social, política, ambiental

ou outra – são de conquistar o reconhecimento de práticas sexuais diversas às hegemônicas criando mecanismos legais impeditivos de atos discriminatórios. Uma quarta característica – o uso de estratégias discursivas – vem acompanhando o movimento lésbico desde seu período inicial ocupando espaços públicos, a mídia em geral e o ciberespaço.

Impulsionadas por este ímpeto transformador, as lésbicas integram os novos movimentos sociais que surgem a partir da década dos anos 60 na esfera pública. Eles introduzem novas demandas, marcam sua presença através de ações coletivas e, insatisfeitos com as complexas hierarquias internas de poder existentes em organismos tradicionais como os sindicatos e partidos, criam formas mais horizontais e compartilhadas de organização interna e de participação. Paulatinamente, qualificam-se como atores políticos no processo democrático tendo papel importante na sociedade civil. Habermas ao reavaliar suas concepções sobre a esfera pública estabelece sua função:

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam das esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. (HABERMAS, 1997, p. 99).

Movimentos sociais com objetivos políticos, como é o caso das lésbicas e suas lutas pela equalização de direitos no corpo jurídico brasileiro, expressam-se na esfera pública através de ações coletivas. De acordo com Scherer-Warren (2006) os movimentos sociais criam redes complexas entre si baseados na identificação entre um projeto e outro e na definição de objetivos contra um adversário comum. A tecnologia digital permite que estes movimentos também constituam redes no ciberespaço agilizando suas ações expressas numa modalidade de ciberativismo, que a autora denomina de coletivos em rede.

No movimento lésbico, as redes com outros movimentos sociais são articuladas através da identificação de princípios comuns e se expressam no ciberespaço com

chamamentos às ações coletivas através de mensagens como esta postada na lista *AB-L*, uma das entidades do movimento lésbico:

Dom, 23 de Jul de 2006 10:30 am.

Pessoal: Recebemos esse documento de recomendações para a Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância. Sugerimos que a ABGLT, ABL e ANTRA²³, bem como as organizações afiliadas, assinem.

A solidariedade, destacada por Scherer-Warren como uma das características da rede, também se manifesta na mesma lista através da organização de uma ação coletiva no próprio ciberespaço para denunciar dezessete comunidades racistas na rede de relacionamento *Orkut*.

Ter, 28 de Nov de 2006 9:58 am.

Repassando...

Não vamos dar IBOPE entrando, mas vamos denunciar no

<http://www.denunciar.org.br/twiki/bin/view/SaferNet/WebHome>

AJUDE A DENUNCIAR.

3.4 Autonomia e Visibilidade

Até formarem um movimento próprio as lésbicas brasileiras percorreram um caminho que vai da integração aos grupos feministas e posteriormente aos gays sempre na busca de afirmação da identidade própria. Na trajetória, perpassada por inúmeras tensões, a promoção de ações coletivas específicas conjuga-se com a busca da visibilidade nos ambientes midiáticos, entre eles o ciberespaço, e de alianças táticas com outros movimentos, em especial, os da homossexualidade. Outro traço marcante nesta história é a transformação gradativa dos grupos em organizações não-governamentais.

²³ A ANTRA é a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros fundada em 1992, em Porto Alegre, fixando o dia 29 de janeiro como sua data nacional da visibilidade. O movimento possui site na Internet no endereço: <http://www.antrabrasil.com/>.

Na década de 70, o movimento feminista dava seus primeiros passos inserindo-se na luta pela redemocratização do país com forte presença de mulheres ligadas à organizações de esquerda ainda na clandestinidade. A pauta das duas publicações mais significativas - o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* – voltava-se para temas gerais como as eleições, o movimento pela anistia e campanhas contra a carestia e por creches. Os temas específicos, como destaca Leite (2003) enfocavam os direitos reprodutivos, o trabalho, a violência doméstica e a família. A abordagem da sexualidade era predominantemente elaborada a partir de uma ótica hetero.

No movimento homossexual, iniciado a partir da criação do Grupo SOMOS, em 1978 como registra Facchini (2005) elas irão se abrigar. O grupo integra a chamada primeira onda do movimento com um perfil anti-autoritário, comunitarista e fortemente ideológico (partidário ou não). Já dois anos após sua fundação acontece a primeira divisão – uma constância no movimento homossexual brasileiro - e as lésbicas formam o Grupo de Ação Lésbico Feminista que, na década de 90 ao se transformar numa ONG, mudou o nome para Rede de Informação *Um Outro Olhar*, mantenedor do site examinado neste estudo e o mais antigo organismo de todo o movimento lésbico brasileiro.

A epidemia da AIDS alterou a atuação dos grupos ativistas homossexuais que deram prioridade ao binômio saúde/doença nos anos 80. Preocupados com a ausência de políticas públicas efetivas na prevenção da doença e na ajuda aos soropositivos eles pressionaram o Estado para sua implantação. Aos poucos, grande parte dos grupos transformou-se em organizações não governamentais, recebendo financiamentos estatais para o desenvolvimento de projetos de prevenção e assistência que os órgãos governamentais não assumiam. Este modelo institucionalizado, hoje predominante no movimento, garantiu sustentabilidade (apesar da intensa disputa pelos financiamentos nacionais ou internacionais) e conduziu à formalização de estruturas internas e à profissionalização técnica.

Três características são fundamentais no movimento homossexual desde meados dos anos 90 até o momento: organização através de ONGs, autonomia identitária dos diversos segmentos (gays, lésbicas, travestis, transgêneros) e a preponderância da busca da equalização de direitos civis. O movimento lésbico como ator político (multifacetado em orientações e posturas) insere-se neste quadro tendo se efetivado a partir do I Seminário Nacional de Lésbicas –SENALE²⁴, realizado por iniciativa do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ em 1996. Os temas abrangiam sua atuação como sujeitos políticos (poder e democracia), maternidade, família, violência nas relações afetivo-sexuais entre lésbicas, drogas, juventude, políticas públicas e controle social, saúde, bissexualidade, direitos humanos e discriminação racial.

Almeida (2007) aponta a aproximação do movimento brasileiro com a tendência lésbico-feminista, mas ressalta que vem sendo marcado pelo personalismo das lideranças, pela formação e dissolução de grupos a partir de choques afetivo-sexuais de seus membros, pelo pragmatismo e pela competição na busca de financiamentos.

O centralismo decisório, a forte dependência estatal e internacional para o funcionamento das organizações, a dificuldade de produzir novos ‘quadros políticos’, os conflitos de classe social no interior dos grupos, os conflitos identitários e as dificuldades para a renovação das práticas e dos modos de ação coletivos, constituem outras características que em maior ou menor medida, caracterizam os grupos, influenciando na sua capacidade de vocalização de demandas e na pressão política que conseguem exercer na cena pública brasileira. (ALMEIDA, 2007, p. 26).

Atualmente um expressivo número de grupos²⁵ atua de forma genérica e segmentada por classe e etnia como o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas -

²⁴ Em 2008 o sétimo encontro está previsto para ocorrer em Brasília (DF) sucedendo os realizados em Salvador (BA), Betim (MG), Aquiráz (CE) e São Paulo (SP) e Recife (PE).

²⁵ A inexistência de dados sistematizados e consistentes torna difícil precisar o número de grupos, associações e organizações não -governamentais identificados com a lesbianidade. Levantamentos ainda incipientes indicam a concentração de atividades no eixo Rio - São Paulo, mas registram a presença do movimento em quase todos os estados brasileiros.

CANDACE, a Sociedade Lésbica Feminista Mulheres de Keto Ojú Oyá dirigida às lésbicas negras da periferia e a ACARMO LBT Negritude. Duas entidades buscam uma atuação nacional: a Articulação Brasileira de Lésbicas – AB-L e a Liga Brasileira de Lésbicas – LBL .

A constante proliferação de grupos no movimento homossexual deve-se também a uma política identitária voltada às especificidades de cada segmento. Estas especificidades, como nota Facchini (2005), organizam sujeitos políticos na ação coletiva. A expressão “sopa de letrinhas”, usada corriqueiramente para referenciar a insistência de cada segmento em ver-se diferenciado, traduz a tendência de categorizações essencialistas que terminam por tratar a sexualidade como “como uma pluralidade de diferenças estanques” como ressalta a autora.

Autonomia implica em visibilidade também midiática como demonstra a inclusão do item “a mídia e a visibilidade lésbica” nas pautas dos encontros nacionais do SENALE. A relação da mídia com movimentos sociais e minorias é um campo conflituoso que exige das lésbicas a elaboração de estratégias na perspectiva apontada por Berger:

[...] os Movimentos e Organizações sabem que necessitam do sistema de informação para se fazer ouvir e dialogar com a sociedade. Por isso, encenam suas reivindicações, as tornam fotografáveis, teatralizam suas questões para chamar a atenção, primeiro, da imprensa e garantir nela seu espaço e, então, entrar na pauta das conversações sociais”. (BERGER, 2006, *online*).

Uma estratégia elaborada para mostrar-se na cena midiática foi a instituição do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, o 29 de agosto, data de encerramento do I SENALE. Ainda não é um evento significativo tendo recebido pouca atenção da mídia, pois não reúne expressivo número de participantes nem apresenta o espetáculo festivo e multicolorido das massivas paradas gays. Não é um evento massivo, mas tornou-se uma bandeira de ação política coletiva que já conseguiu incluir a data no calendário oficial de vários municípios brasileiros, após aprovação nos legislativos, e aguarda votação na Câmara Federal. A

visibilidade exclusiva nestas paradas é uma estratégia cuja eficácia – o registro na mídia massiva – varia de acordo com o grau de articulação e da capacidade mobilizadora dos grupos nos municípios onde elas se realizam.

Cabe destacar a presença do Estado nas políticas de visibilidade do movimento homossexual a partir do lançamento do programa Brasil sem Homofobia (ANEXO A), resultante de articulação entre a sociedade civil e governo, em 2004 e coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que mobilizou os ministérios para “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais.” (PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p. 11). O Ministério da Cultura, através da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, vem financiando as paradas em todo o país pela seleção de projetos apresentados em editais públicos orientando-se pela disseminação destes eventos pelo país.

A estratégia de publicação de materiais próprios – panfletos, cartilhas específicas, etc – vem sendo mantida. No ciberespaço existem sites de entidades e ONGs lésbicas como o da *ALEM* (Associação Lésbica de Minas)²⁶, *COLERJ* (Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro Elizabeth Calvet)²⁷, *M.O. L. E. C. A* (Movimento Lésbico de Campinas)²⁸ e *Um Outro Olhar*²⁹. Há também o portal *Comuniles*³⁰, um dos projetos contemplados com financiamento do Programa Brasil Sem Homofobia, abrigando sete diferentes grupos entre eles a *LBL* e *AB-L*. Há sites independentes como o *Manual da Lésbica Contemporânea*³¹ e o *PlanetaLes*³², e revistas como a *Labris*³³ e a *Apaixonadas*³⁴ até sites de bares como o *Boteco Ousar*³⁵. A blogosfera

²⁶ <http://www.alem.org.br/>

²⁷ <http://www.coisademulher.org.br/>

²⁸ <http://www.moleca.org.br/>

²⁹ <http://www.umoutroolhar.com.br/>

³⁰ <http://www.comuniles.org.br/>

³¹ <http://www.manualcontemporaneo.com/>

³² <http://www.planetales.com.br>

³³ <http://labris.org/>

³⁴ <http://www.apaixonadas.net/artigos/lesgal11.html>

³⁵ <http://www.botecoouzar.com.br>

lésbica ainda é incipiente, mas já começa a tomar corpo com o *Uva na Vulva*³⁶, o *Consciência Lésbica*³⁷, o da compositora lésbica Vange Leonel³⁸ entre outros. Contabilizar as listas de discussão e comunidades de relacionamento nos portais é uma tarefa difícil pois os critérios de busca indicam, reiteradamente, espaços mantidos para a venda de material pornográfico voltados ao público masculino.

Estar presente nos espaços midiáticos tradicionais – uma classificação genérica para incluir impressos, televisão e rádio privados – é fundamental para o movimento. Apesar das mudanças observadas na teledramaturgia brasileira, a lésbica ainda é majoritariamente enquadrada dentro dos padrões estereotipados. Reis e Maia apontam que ao inserirem o direito à diversidade sexual como um princípio de direitos humanos, o movimento dificulta uma argumentação pública contra a sua homossexualidade. “Um argumento construído por meio do apelo à igualdade e à justiça ergue-se com um vigoroso poder de convencimento”. (2006, p. 50).

3.5 Novas representações sociais da cidadania

Tradicionalmente o conceito de cidadania está ligado ao reconhecimento, pelo Estado, de direitos e deveres dos integrantes de seu território numa afirmação de igualdade formal universalista. T.H.Marshall (1967) classificou estes compromissos mútuos em:: direitos civis – garantias de igualdade e de liberdade individuais - alcançados no século XVIII; direitos políticos – garantias plenas de participação e exercício do poder – conquistados no século XIX; e direitos sociais - garantias de bem-estar e segurança de acordo com os padrões prevalentes na sociedade - a partir do século XX. Os movimentos sociais surgidos na segunda metade do século XX questionaram o princípio da universalidade tais direitos demonstrando

³⁶ <http://www.uvanavulva.com.br/>

³⁷ <http://consciencialesbica.blogspot.com/>

³⁸ <http://vangeleonel.blogspot.com/>

que este conceito está ligado às concepções dominantes. Os negros americanos, em sua luta dos anos 60, tornaram claro que os direitos civis formais da constituição lhes eram negados na prática porque havia um consentimento tácito em sua sociedade sobre a condição subalterna de sua etnia.

As mulheres já haviam operado a mesma desconstituição através da luta sufragista, pois lhes era negado o pleno exercício de direitos políticos pelo voto considerado o instrumento primordial para a consolidação das democracias modernas e garantia essencial de cidadania. Os movimentos feministas dos anos 60 impulsionam mudanças nas leis civis e sociais que lhes concedam, na prática, os mesmos direitos concedidos aos homens. Estes dois movimentos sociais demonstraram que os direitos civis, políticos e sociais estavam perpassados pelas concepções masculinas e segregacionistas de suas sociedades.

O movimento homossexual deu início ao desnudamento do caráter hetero que impregna o princípio da universalidade da cidadania na sociedade. Direitos concedidos às parcerias heteros como casamento, herança e pensões na perda do companheiro, adoção lhes são negados³⁹ compondo a base das reivindicações de cidadania. Na esfera pública política ela se consubstancia no encaminhamento – tanto por ações judiciais como por propostas nos parlamentos – de mudança do estatuto de cidadania vigente.

Essa demanda traduz a passagem da transgressão a inserção na sociedade, ou como prefere Weeks (1998), de cidadania. Para o autor o primeiro momento, entre os anos 60 e 70, foi caracterizado por constantes reinvenções, de desafios às instituições e tradições através de demonstrações públicas, da camaradagem coletiva na ação política que serviram para afirmação da identidade coletiva e individual manifestando a diferença para denunciar a exclusão. Ali já estavam presentes a busca pela inclusão e aceitação da sua diversidade

³⁹ A ABGLT relaciona 37 direitos assegurados aos casais heterossexuais e negados aos casais homossexuais:

exigindo respeito e reconhecimento por uma cidadania plena necessária no reconhecimento, pela sociedade, das diferenças. Busca assim a cidadania sexual.

“O cidadão sexual reivindica transcender os limites da esfera pessoal tornando-se público, mas tornar-se público é um movimento necessário e paradoxal para proteger a vida privada e as escolhas pessoais numa sociedade mais inclusiva”(WEEKS, 1998,p.37)⁴⁰ .

A busca de equalização de direitos apesar de majoritária não é, contudo, uma estratégia aceita integralmente por diversos setores do movimento homossexual. Entre o segmento lésbico-feminista surgem críticas vigorosas questionando o caráter deste estatuto de cidadania que deverá garantir direitos e deveres. Os Estados, segundo elas, possuem um estatuto de cidadania heterossexista e masculino e buscar a equalização dentro destes parâmetros irá reforçar estes princípios. Outra crítica é que essas reivindicações tem se baseado na equalização de direitos de relacionamento/matrimônio e as conseqüentes responsabilidades e benefícios dentro da estrutura patriarcal. Este modelo de cidadania seria limitador pois é focado nas relações de casais em detrimento de outras formas de relacionamento trazendo contradições aos projetos de liberdade e autonomia. “[...] representa a integração de lésbicas e gays num sistema de casais originalmente fundado em normas heterossexuais e genereficadas”. (RICHARDSON, 2000, p. 267)⁴¹

Apesar das críticas a tendência atual é a desta equalização de direitos de casais. De forma a abarcar outras reivindicações, como a criminalização de práticas discricionárias, essas reivindicações tem sido levadas à esfera pública como lacunas que maculam os estatutos dos direitos humanos. Na prática, os movimentos vêm se orientando por elaborações teóricas globais deste enfoque combinada com ações locais. Parker e Garcia (2006) alertam para as

⁴⁰ “The sexual citizen then makes a claim do transcend the limits of the personal sphere by going public, but the going public is, in a necessary but nevertheless paradoxical move, about protecting the possibilities of private life and private choice in a more inclusive society”.

⁴¹ “ it represents the integration of lesbian and gay men into a couple-based system of rights originally founded on heterosexual and gendered norms”.

dificuldades apresentadas por essa estratégia que depende da solidariedade de outros movimentos sociais. As diferenças culturais sobre os direitos humanos e a sexualidade causam constrangimentos e podem atrapalhar ações locais desarticulando as propostas e a solidariedade internacional.

Diferenças culturais atravessam também as representações sociais sobre os direitos humanos como salienta Doise (2003). Entendidas como representações normativas de princípios de concordância universal, elas têm significados diferentes para grupos sociais semelhantes em diversas sociedades. Geralmente, os cidadãos dos países ocidentais tendem a categorizar os países de Terceiro Mundo, os islâmicos, os chineses ou a União Soviética como violadores sistemáticos dos direitos humanos, mas não condenam com a mesma insistência as infrações em seus próprios países.

No Brasil a vinculação entre direitos da sexualidade e direitos humanos é adotada pelo movimento homossexual em geral orientando as ações na esfera pública. O próprio sistema jurídico brasileiro, tem dado sentenças favoráveis a adoção de filhos por casais homossexuais, a guarda da prole em caso de morte ou separação dos parceiros, o recebimento de heranças pelo reconhecimento de uma relação estável. Isso demonstra que concepções sedimentadas estão ruindo e novas começam a se manifestar, expressas através do *direito democrático da sexualidade*, proposto pelo juiz federal Roger Raupp Rios, que os inscreve dentro dos princípios fundamentais dos direitos humanos, considerando-os questões identitárias e inserindo-os nos princípios de liberdade e igualdade, valores que pautam a construção e as práticas da cidadania. Entre estes valores, segundo o autor, também se inclui o direito à diferença onde os direitos sexuais de gays e lésbicas devem ser encarados como uma manifestação da diversidade cultural.

No desenvolvimento desta estratégia tem sido fundamental a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais –ABGLT, fundada em janeiro de 1995,

hoje transformada em uma rede nacional de 203 organizações sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e Aids. Em sua carta de princípios está expresso que irá atuar na promoção da auto-estima e na construção da cidadania de gays, lésbicas e travestis considerados passos importantes na luta pelos direitos humanos que garantem o avanço democrático.

A maioria do movimento lésbico reforça as ações da ABGLT junto ao parlamento, às instâncias dos executivos e ao poder judiciário e dela recebe apoio, informações e orientações. Junto ao parlamento nacional a ABGLT vem concentrado sua atuação pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 122/2006 que criminaliza a homofobia⁴². Uma de suas táticas são as e-campanhas dispostas no site⁴³ com moções de apoio (um modelo padrão é ofertado para circulação *offline*), abaixo-assinados individuais e outro coletivo direcionados aos parlamentares. Sistemáticamente a entidade envia mensagens às listas de discussão com informações atualizadas acerca de processos tramitando no Congresso ou de decisões do poder judiciário.

As políticas públicas merecem uma atenção especial do movimento lésbico reforçada pela realização, em maio de 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, organizada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República nas diretrizes propostas pelo Projeto Brasil sem Homofobia. O encontro nacional, precedido por conferências estaduais obrigatórias, deverá propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e para um plano nacional de promoção de cidadania GLBT do governo federal.

⁴² Até o momento 75 municípios brasileiros incluíram a proibição de discriminação sexual em suas leis orgânicas.

⁴³ <http://www.abgl.org.br>.

*“Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje*

*Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé*

*Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer*

*Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut “
Pela Internet, Gilberto Gil*

4 COMUNICAÇÃO MEDIADA POR COMPUTADOR

Na abordagem comunicacional do ciberespaço, a interação social e a constituição de significados nestes processos mostram-se cruciais ao entendimento da formação e circulação das representações sociais, elas também estão presentes nestas instâncias. Imbricados, os processos são constitutivos das práticas sociais gerando novos sentidos nas trocas entre os sujeitos nas esferas temáticas construídas no ambiente da tecnologia digital. Na análise do objeto deste estudo, cujo caminho exige interfaces teóricas, as reflexões de autores sobre a configuração do campo de estudos da comunicação orientam o percurso.

Ao indagar quais os objetos deste campo, Vera França (2001) alerta serem aqueles construídos num processo de conhecimento científico a partir de teorias e metodologias acumuladas. Ainda embrionário se comparado a outros das Ciências Sociais, trabalha com diversidade e temas em constantes mutações e com uma heterogeneidade de aportes teóricos oriundos de outras disciplinas, colocando-se a exigência de sistematização maior das teorias para que a comunicação se estabeleça, definitivamente, como um campo de saber. Preocupação compartilhada por Braga (2001) que desaconselha circunscrever o objeto apenas como estudo dos meios já que conduz a uma visão redutora da comunicação, mas acautela para os perigos da adoção de uma concepção por demais abrangente que considere o objeto comunicacional como qualquer tipo de relação entre sujeitos.

O autor encontra na interação comunicacional, isto é nos processos simbólicos e práticos que organizam as trocas entre os seres humanos bem como suas ações e objetivos, a trilha para que o objeto do campo seja revelado. A partir desta percepção, enquanto as demais áreas do conhecimento problematizam a comunicação em função de seus interesses específicos, o caminho das pesquisas na área é o de problematizar os fatos “no ângulo comunicacional” presentes nas interações sociais. A sociedade majoritariamente mediatizada

contemporânea, não é consequência de dispositivos tecnológicos, mas uma exigência da própria sociedade em ampliar, difundir e agilizar as interações sociais.

Dois vetores concorrem para a relevância das questões comunicacionais na contemporaneidade: o reconhecimento da importação das 'interações' em todas as áreas de conhecimento e atuação social; e o fato de que tais interações se tornam crescentemente mediatizadas. (BRAGA, 2004, p. 13).

O ângulo comunicacional, segundo França (2002) estaria definido a partir de um modelo analítico relacional que abarca o processo de produção e compartilhamento de sentidos entre os interlocutores e se realiza na produção de discursos inseridos num contexto. Esta configuração proposta pela autora permite entender a comunicação como um processo circular em que a inter relação entre seus elementos traduz sua dinamicidade e seu lugar como instituidora de sentidos e de relações. Isto é, não é apenas um lugar de onde os sujeitos dizem algo, mas também assumem papéis e se constroem socialmente, têm experiências partilhadas de mundo. Neste contexto relacional, a autora identifica no intercruzamento de dois conceitos fundamentais – o das mediações e o das representações sociais - um núcleo de potencialidades:

A comunicação é esse processo em que imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo das relações; esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Portanto, o lugar da comunicação (das práticas comunicativas) é um lugar constituinte – e o olhar (abordagem) comunicacional é um olhar que busca apreender esse movimento de constituição. (FRANÇA, 2004, p. 23).

Esta mesma identificação é compartilhada por Jovchelovitch, para quem a os processos que dão forma e transformam as representações sociais “[...] estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, rituais e processos produtivos; as artes e padrões culturais, em suma as mediações sociais”.

(JOVCHELOVITCH, 2000, p.80). Essas mediações, em suas formas públicas, geram as representações sociais construídas através das interações sociais pelo compartilhamento de significados que as tornam também mediadoras.

A este estudo interessa examinar como se processa este intercruzamento no ciberespaço, a partir das características da Comunicação Mediada por Computador. Para tanto, é necessário empreender um caminho que esclareça o entendimento de ciberespaço, a comunicação aí estabelecida, destacando características específicas a fim de localizar locais onde as trocas constituem sentidos compartilhados, sedimentam novas representações sobre a lesbianidade e a cidadania ao operarem como esferas temáticas virtuais.

A primeira consideração a ser destacada é sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico na sociedade. Objeto de análises de várias escolas teóricas, a constatação é que inovações tecnológicas introduzem estágios no desenvolvimento capitalista numa relação de causa e efeito. Foi assim com o advento da máquina a vapor e o tear mecânico, com a eletricidade e os motores a combustão, os sistemas de comunicação, como o telégrafo e o telefone, a energia nuclear e a química pesada após a II guerra Mundial. Ernest Mandel, em sua obra, *O Capitalismo Tardio*, liga tais momentos às fases sendo a primeira a inaugural (início da Revolução Industrial) tendo como resultado o capitalismo concorrencial; a segunda (a da eletricidade) que origina a fase expansionista e, a terceira (a da automação e energia nuclear) à fase tardia, quando o sistema capitalista atinge áreas até então fora do mercado e que tornaram-se essenciais para a manutenção do próprio sistema. Esta fase contemporânea corresponde à introdução do trabalho intelectual na esfera produtiva, em larga escala:

A era da terceira revolução tecnológica é necessariamente uma época de fusão da ciência, tecnologia e produção, numa escala jamais vista. A ciência podia se tornar efetivamente uma força produtiva direta. Na produção cada vez mais automatizada, deixa de haver lugar para operários não qualificados e empregados de escritórios. Uma transformação maciça e generalizada do trabalho manual em trabalho intelectual não é só possibilitada pela automação, mas se torna econômica e socialmente essencial. (MANDEL, 1982, p. 151).

Neste quadro se insere a tecnologia da informação digital que inaugura variantes na comunicação. Atualmente combinam-se na rede a presença de grandes corporações e o uso livre e descentralizado, sem que um tenha impedido efetivamente a presença do outro. Gomes (2005) alerta para os desdobramentos desta realidade ressaltando que esta convivência dual poderá ser substituída por uma tipologia ainda mais complexa e flexível. Castels (2007) ressalta que os grandes conglomerados reconhecem a força das chamadas redes sociais formadas por movimentos sociais, minorias, ativistas, sites de mídia independente e, lentamente, fazem aquisições enquanto continuam permitindo que os usuários permaneçam utilizando as mesmas regras “livres” de uso.

Um embate já imaginado pelo escritor de ficção científica William Gibson, criador do termo “*cyberspace*”, em seu romance *Neuromancer* (1984), descrevendo um espaço formado por várias redes de computadores por onde todas as informações circulavam. Conectados a estas redes através de chips implantados em seus cérebros, os humanos penetravam no útero da civilização – a Matrix - em busca de informações essenciais para sua sobrevivência⁴⁴. Exceto pelos implantes cerebrais da simbiose homem-máquina, a realidade já havia suplantado a ficção. Desde 1957, o desenvolvimento da microeletrônica resultara na produção do primeiro circuito integrado em silício plano, o chip, propiciando o desenvolvimento da miniaturização. Desde 1969, o Departamento de Defesa do governo americano operava uma rede eletrônica de comunicação, a ARPANET. Em 1974, foi concluído o protocolo de interconexão em rede, o TCP-IP e, os microcomputadores APPLE chegavam ao mercado dois anos depois. Trafegar informações transformadas em sinais digitais através de uma rede interconectada de máquinas processadoras era menos uma mirada ao futuro e mais uma narrativa acerca do desenvolvimento tecnológico já em curso.

⁴⁴ A trilogia cinematográfica Matrix, escrita e dirigida pelos irmãos Larry e Andy Wachowski, foi claramente inspirada no romance de Gibson.

Sim, mas o que é afinal o ciberespaço? Onde se situa a comunicação mediada por computador? A descrição tecnológica acerca da fusão entre a microeletrônica e as telecomunicações através da digitalização constituindo redes telemáticas⁴⁵ é insuficiente. As conceituações são múltiplas e as recorrentes metáforas de qualificação como um “espaço”, um “sítio” (*site*) revelam que no mundo digital conectado existem “acontecimentos”. Neste estudo, o ciberespaço é inicialmente delimitado tecnologicamente como a inter conexão de computadores abrigada na Internet congregando atualmente em torno de 1,3 bilhão de usuários em todo o mundo⁴⁶. Há uma rede das redes que, num único suporte técnico, contém diversos dispositivos para interações comunicativas, tornando-se a espinha dorsal do que se convencionou denominar de Comunicação Mediada por Computador⁴⁷, que implica tanto em sociabilidades como em interações massivas.

O desenvolvimento da comunicação mediada por computador trouxe novas configurações para as interações sociais, mas cuja compressão espaço temporal já se manifestara anteriormente em outros meios. J.B.Thompson (2001) salienta que as inovações tecnológicas criam novos tipos de relacionamentos sem o partilhamento do mesmo ambiente espaço-temporal, tendo originado as interações mediadas e as quase-mediadas. A primeira delas se expressa através de cartas e telefones num uso interpessoal e a segunda é estabelecida pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão) com a produção de formas simbólicas para inúmeros receptores, num sentido único. Sem se deter nas comunicações na era digital, Thompson (2003), ressalta que as formas variadas do novo ambiente podem produzir interações mediadas ou quase-mediadas. O e-mail estaria no primeiro caso, mas dispositivos como grupos de notícias, *chats* e *blogs* são mais abertos “Pero

⁴⁵ As redes telemáticas possuem diversas configurações e variações tecnológicas. Podem ser redes locais, Extranets, Intranets, *peer to peer*, móbile.

⁴⁶ Os institutos de pesquisa mundiais, por uso de metodologias e critérios diferenciados, apontam números divergentes. No entanto indicam entre 1 bilhão e 1,3 bilhão.

⁴⁷ A CMC é um conceito bastante elástico para abranger estas ações tanto no ciberespaço, como em redes locais.

a diferencia de la cuasi interacción mediática también pueden tener rasgos dialógicos específicos, tales como el chat a tiempo real, ordenar y/o bajar material de sitios de internet o contactarse vía email” (THOMPSON, 2003, p. 278). Estas definições orientam, preliminarmente, o enfoque a ser dado para comunidades virtuais e sites lesbianos.

Lemos (2002) classifica o ciberespaço como um ambiente de comunicação, de emissores descentralizados, sem direcionamento prévio de fluxo e que continuamente oferece novos instrumentos acolhendo também as mídias de massa como a televisão, o rádio e os jornais.

Menos do que uma nova mídia como os mass media (jornais, rádio, TV), devemos pensar o ciberespaço como um ambiente midiático, como uma incubadora midiática onde formas comunicativas surgem a cada dia (chats, ICQ, fóruns, e-mail, blogs, web, etc.). (LEMOS, 2004, p. 14).

Neste ambiente, além das novas manifestações estão presentes também, em versões incorporando os novos recursos ou não, as mídias tradicionais como os as versões eletrônicas de jornais, rádios e programas de televisão. A criação constante de novos dispositivos permite interações sociais midiáticas, interpessoais, síncronas e assíncronas. Desde o primeiro deles, o correio eletrônico, surgiram listas de discussão, sites de relacionamento, salas de conversação *online*, diários pessoais textuais e fotográficos, serviços de conversações instantâneos, simuladores de realidades virtuais, como o Second Life⁴⁸ interligam-se produzindo novas possibilidades no uso da tecnologia. Neste ambiente onde circulam vídeos, sons, filmes, animações gráficas, a linguagem textual ainda é dominante.

⁴⁸ Second Life (Vida Paralela) é um ambiente tridimensional simulador da vida real, onde os participantes criam seus avatares participando de jogos, interagindo em comunidades ou compras no comércio eletrônico. Estatísticas da empresa proprietária do software indicavam 6,65 milhões de usuários ao final de maio. MSN e ICQ são serviços de mensagens e conversações *online*. RSS é um serviço de atualização instantâneo de conteúdos junto ao usuário.

Três peculiaridades são comuns aos diversos dispositivos existentes na Comunicação Mediada por Computador: a multiplicidade de emissores/receptores, o intercruzamento e uma nova territorialização. A primeira delas introduziu a possibilidade de uma comunicação multidirecional num modelo todos-todos, alterando o contexto do modelo anterior, produzido centralmente e massivamente distribuído.

Contudo, a publicação na rede não se traduz em visibilidade automática (SERRA, 2002; FRAGOSO, 2007). Se nos veículos massivos a seleção é exercida na escolha dos materiais, isto é na sua “entrada”, a rede contém os mecanismos de filtragem: os sistemas de busca. Fragoso (2007) pontua que desde os primeiros *search engines* (motores de busca) critérios e metodologias foram se alternando para a busca de conteúdos, mas atualmente há uma concentração em quatro grandes: *Google*, *Ask.com*, *MSN* e *Yahoo!* que se inserem na tendência de formação dos conglomerados de telecomunicações e Internet. Como o hábito de navegação mais difundido é o de busca através destes portais, mesmo de sites já familiares ao internauta, a oferta de endereços/conteúdos fica limitada aos critérios definidos (e mantidos sob sigilo) destes portais⁴⁹. De acordo com a autora, apesar de não comprometerem a liberdade de expressão na Internet, eles funcionam como filtros digitais tendo a confiança dos usuários o que garantiria “[...] a condição final para que a Web reverta para um modelo de distribuição verticalizado, cujo funcionamento tende a ser ainda mais centralizado e tendencioso que o dos meios massivos de comunicação”. (FRAGOSO, 2007, *online*). A operação desses instrumentos torna-se uma mediação automatizada restringindo a concepção inicial de alargamento dos contatos entre emissores e receptores. As alternativas utilizadas pelos movimentos sociais e minorias, para ultrapassar essas restrições vão desde indicações de

⁴⁹ Portais de busca como o Google e o Yahoo alteraram inclusive a busca por notícias introduzindo softwares, parametrizados pelo usuário, que realizam varreduras nos sites noticiosos. Esta inovação estaria desafiando os critérios de noticiabilidade determinados pelos jornais. Para aprofundamento do tema, ver o artigo de Matt Carlson, *Order versus access: news search engines and the challenge traditional journalistic roles*, disponível em : <http://mcs.sagepub.com>. *Media, Culture Society* 2007; 29; 1014.

sítios afins através de inclusão de *links* nos sites próprios, divulgação em listas de discussão, correios eletrônicos, *blogs*, *fotologs*, comunidades de relacionamento e outros dispositivos.

A segunda característica, o intercruzamento, refere-se à mobilidade e a instantaneidade na migração das informações⁵⁰. A base digital permite que uma notícia divulgada num portal da imprensa circule em *blogs*, inspire a fotografia em um *fotolog*, migre para comunidades de relacionamento, seja debatida numa lista de discussão, enviada ao *Orkut*, ou tenha destino definido pelos correios eletrônicos individuais. Ou ainda, inspirar um vídeo que irá para o *You Tube*. A iniciativa da produção destas informações e sua difusão são traçadas pelos interessados em sua propagação, sem ingerência centralizada pela rede. Retomando os conceitos habermasianos quanto à porosidade entre as esferas públicas parciais, estes intercruzamentos ajudam a promover a disseminação de informações para iluminar os argumentos. Um exemplo desta circularidade, entre muitos, encontra-se na mensagem postada na *Lelist*, uma das listas estudadas nesta dissertação, indicando que uma reportagem publicada na versão *online* da revista semanal foi postada na lista, enviada para outra lista temática e, deste retornou à primeira, contendo avaliações sobre o conteúdo:

*Re: Fwd: (LISTAGLS) Revista Época. Seg, 29 de Nov de 2004 5:16 pm.
Muito oportuna a reportagem. No momento, estamos próximos da votação do projeto de lei que pretende dar incentivos governamentais para o "tratamento" de homossexuais que desejem deixar de sê-lo, o que é, claramente, uma iniciativa preconceituosa e torta de nossa bancada evangélica! Vale a pena ler!Abs, xxxxx*

*Em Lelist@yahoogrupos.com.br priscila galvão escreveu: Seg, 29 de Nov de 2004 12:26 pm
VIDA MODERNA Libertando-se do armário. Sergio Viula, um dos criadores do grupo que defende a "cura" da homossexualidade, se assume como gay e diz que tratamento é uma farsa.
<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT868192-1664-1,00.html>*

⁵⁰ A base digital vem transformando equipamentos como a telefonia móvel e fixa, meios massivos (televisão digital, rádio e vídeos digitais) permitindo que a interconectividade se estabeleça de várias formas e aumente a migração de informações textuais, sonoras ou imagéticas.

Por último, o território e o tempo transfiguram-se no ciberespaço que, ao oferecer a conectividade global, a simultaneidade e a instantaneidade como regras inerentes à técnica digital, altera as noções de proximidade e distância. Lemos (2003) pontua que todos os artefatos técnicos de comunicação já desenvolvidos – a escrita, o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão – traduzem ações de emissão de informações para além do espaço e do tempo. O que a tecnologia informacional de comunicação produz é a sensação de vivência de um tempo real, imediato que transgride os limites do espaço físico-geográfico.

A sociedade da informação é marcada pela ubiqüidade e pela instantaneidade, saídas da conectividade generalizada. Vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal marcada pelas tecnologias digitais telemáticas onde o tempo real parece aniquilar, no sentido inverso à modernidade, o espaço de lugar, criando espaços de fluxos, redes planetárias pulsando no tempo real, mundo. (LEMOS, 2003, p.3).

Essa desarticulação espaço-temporal é destacada por Castels (1999) como característica da sociedade contemporânea reformulada pelo paradigma da tecnologia da informação e as conseqüentes transformações sociais, políticas e econômicas daí advindas. O tempo da rede não é delimitado pela ordem cronológica dos acontecimentos, mas pelos usos, pelos fluxos comunicacionais/informacionais. Bancos de dados, incluídos em quase todos os dispositivos disponíveis, permitem a construção de uma memória a ser consultada para reatualização/confrontação de temas variados. Forma-se uma nova temporalidade: o tempo intemporal ocasionado pela confusão sistêmica na ordem seqüencial dos acontecimentos. A desordem pode se manifestar tanto na busca da instantaneidade, comprimindo a ocorrência dos fenômenos, como pela introdução de descontinuidade nas seqüências temporais, determinadas pelos usos estabelecidos. “A eliminação da seqüência cria um tempo não-diferenciado o que equivale à eternidade”. (CASTELS, 1999, p. 489).

No que tange à territorialidade, a rede configura duas realidades: o transbordamento das fronteiras geográficas e a instauração de um torrão virtual. A superação dos limites espaciais através da comunicação global, faz com que o ciberespaço opere uma metamorfose no conceito de território que passa a ser definido por laços como interesses, objetivos, desejos e necessidades. Estar próximo, conhecer, informar-se, aprender, participar, buscar e manter amigos, ter vínculos políticos ou ideológicos – e tantas outras atividades humanas – prescinde da geografia. Fundam-se novos territórios criados a partir dos significados atribuídos pelos que deles tomam parte. Silva (2001), ressalta que um território é povoado por símbolos e significações que o individualiza e especifica em relação aos espaços vizinhos.

O território é, pois, fruto da construção de sistemas de representação” [...] “dever-se-á cada vez mais sublinhar que são os elementos simbólicos representativos de um território que lhe dão identidade. Esta idéia permite pensar a existência de territórios na Internet, enquanto espaços ou territórios de fluxos de informação e comunicação que geram representações partilhadas. (SILVA, 2001, p. 6).

Estas caracterizações comuns aos diversos dispositivos servem de base para olhar as mediações e as interações do/no ciberespaço. Dada à complexidade e a heterogeneidade de instâncias existentes, como nos alerta Fragoso (2003) a aplicação de um “conjunto uníssono de características” ou de relações com a vida dentro ou fora da rede torna-se improdutiva. As apropriações do ciberespaço realizadas por indivíduos, grupos, entidades, empresas e movimentos sociais não são invenções da tecnologia. Ao contrário, elas trazem as experiências já vivenciadas historicamente e são re-inventadas, recriadas e assumem novas dimensões. Duas delas serão examinadas a seguir: as comunidades virtuais e os veículos próprios, isto é, os sites e portais produzidos e mantidos por lésbicas.

4.1 Comunidades virtuais: a socialidade

Entre os dispositivos existentes no ciberespaço, as comunidades virtuais têm se configurado – e entre elas, especialmente as listas de discussão específicas - como arenas temáticas periféricas que possibilitam o debate argumentativo. Nem todas, entretanto, preenchem integralmente e de modo contínuo, as regras de ação discursiva propostas por Habermas como a universalidade, racionalidade, a não coerção e reciprocidade. Com essa ressalva, serão vistas a seguir algumas concepções de comunidades virtuais que mobilizam enfoques e tipologias. Busca-se, a partir delas, entender como tais comunidades formadas por indivíduos e movimentos homossexuais contribuem tanto como uma esfera temática como instrumento de vinculação identitária onde novas representações sociais são delineadas.

A primeira designação de comunidade virtual é costumeiramente atribuída a Howard Rheingold, em seu livro *The Virtual Community* (1993) que as define como espaços em que as pessoas trocam experiências através de computadores em redes, partilham interesses, são ligadas por um sentimento comunitário e mantenham relações perenes. Esta conceituação embasa a distinção feita por Lemos (2002) entre agregações eletrônicas e comunidades virtuais. Os mesmos dispositivos eletrônicos da rede – *chats*, listas de discussão, *newsgroups*, *websites* – podem marcar as duas categorias. No primeiro tipo os participantes não se sentem envolvidos, e o espaço telemático tem um caráter efêmero e desterritorializado. Já as comunidades virtuais têm outro significado.

[...] são aquelas onde existe, por parte de seus membros, o sentimento expresso de uma afinidade subjetiva delimitada por um território simbólico, cujo compartilhamento de emoções e troca de experiências pessoais são fundamentais para a coesão do grupo. (LEMOS 2002, *online*).

Diversamente da comunidade idealizada por Ferdinand Tönnies, que a identifica pela proximidade de laços afetivos criados na família e numa territorialidade próxima como as aldeias, as comunidades virtuais organizam-se a partir de adesões aos objetivos da sua

constituição⁵¹. De modo geral, as comunidades virtuais são definidas como espaços telemáticos em que a participação é impulsionada pela escolha. Para efetivamente tornar-se uma comunidade é preciso que seus participantes tenham o sentido de pertencimento, dividam interesses e objetivos comuns e promovam efetiva interação social entre si. É pela interação entre os membros de uma comunidade que se instaura o que Lemos (1999, 2002a, 2002b) e Palácios (1996) denominam de cibernsocialidade.

A sociabilidade gerada pela Comunicação Mediada por Computador insere-se dentro de uma abordagem que indaga sobre a disposição entre a atuação dos meios e as relações da vida social considerando as práticas cotidianas. Neste sentido, a sociabilidade não se refere diretamente aos meios de comunicação ou a sua ação, mas como esclarece França (1995), aos “impulsos que fundam a dinâmica social”. A comunicação passa a ser concebida como participante da configuração do social.

O conceito de sociabilidade deve-se a Georg Simmel. Diferindo do entendimento da teoria clássica das ciências sociais acerca dos processos de aprendizado da vida social como resultantes da imposição de padrões externos e sedimentados sobre as condutas individuais, Simmel (1983, apud MAIA, 2002c) entende que os indivíduos se socializam impulsionados por interesses variados - religião, negócios, os afetos, o erotismo - formando uma unidade onde esses interesses comuns tornam-se realidade. Este processo – *a socialização ou sociação* - é de ajustamento de indivíduos isolados numa forma de existência comum e solidária onde são estabelecidas negociações de entendimentos e ajustes na vivência cotidiana. Estes interesses, bases da sociedade, é o “conteúdo” das interações sociais que assumem “formas” diferenciadas na força de agregação. Tais formas podem se tornar autônomas como é o caso da “sociabilidade”, uma maneira lúdica que a sociação pode assumir como se fosse um jogo

⁵¹ Para exame das comunidades virtuais nas redes sociais a partir dos laços sociais estabelecidos ver a tese de doutoramento de Raquel Recuero, *Comunidades em redes sociais na Internet*. PPGCOM/UFRGS.

social. Maia (2002c) ressalta que na concepção de Simmel, o jogo é modo no qual as pessoas desempenham a sociedade.

A atenção dedicada por Simmel às interações sociais simples está presente em teóricos contemporâneos preocupados em compatibilizá-las com procedimentos políticos e normativos mais amplos. Segundo Maia, ela se manifesta no conceito de sociedade descentrada de Habermas (1998), onde o autor procura examinar as interações sociais para compreender a articulação entre o Estado e os sistemas funcionais numa tensão permanente com o mundo da vida (o campo da organização social) gerando o consenso normativo a partir da ação comunicativa. De acordo com a autora, Habermas sustenta que:

[...] a regulamentação das sociedades modernas opera através de uma integração sistêmica, segundo recursos representados pelo poder econômico e administrativo e, também, pela solidariedade social gerada pelo poder comunicativo. (MAIAC, 2002, p. 14-15).

Este enfoque de sociabilidade indica diretrizes para pensar a comunicação como imersa e constitutiva da experiência cotidiana. Num momento em que a presença do espaço midiático invade a vida corriqueira, novas experiências se realizam através dos meios. Para França (1995), a sociabilidade traz a preocupação de examinar os laços criados pela prática comunicativa. “Os meios foram incorporados na vida do dia-a-dia e eles tanto interferem nas nossas atividades e na construção do sentido como são invadidos e atravessados pelas atitudes prosaicas que edificam a vida cotidiana”. (FRANÇA, 1995, p. 64).

Michel Maffesoli trará nova contribuição ao estudo das interações simples construindo uma lógica em que as comunidades e a sociabilidade contemporâneas são resultantes de “uma pulsão de estar junto”. Isto é, pela necessidade de identificação dos indivíduos onde a “partilha sentimental de valores, de lugares ou de ideais” é o elo fundamental de coesão.

A sociedade assim compreendida não se resume numa mecanicidade racional qualquer. Ela vive e se organiza, no sentido estrito do termo,

através dos reencontros, das situações, das experiências no seio dos diversos grupos que pertence cada indivíduo. (MAFFESOLI, 2000, p. 24).

Há comunidades virtuais que se fundam na perspectiva da solidariedade, como é o caso da *Lelist* examinada neste estudo, mantendo uma fluidez nas relações, mas solidificando os laços comunitários através da permanência e da ampliação constante de participantes. A solidariedade é construída através da partilha de narrativas assemelhadas de seus cotidianos, no encaminhamento de ajuda concreta para os casos específicos, reforçando a identificação do grupo. Outras, como a *AB-L*, revelam-se instrumentos dos movimentos sociais caracterizando o ciberativismo, com objetivos de organização e encaminhamento das demandas sentidas e apresentadas pelas lésbicas e relatadas como o preconceito, o estigma, a discriminação. As comunidades virtuais e os sites inserem-se dentro de três ângulos interligados de análise da presença temática da homossexualidade propostas por Alexander (2002): variedades de representação, formação de comunidades e os movimentos sociais.

4.1.2 As listas de discussão: solidariedade e ativismo

Entre as comunidades virtuais, estão as listas de discussão, gerenciadas através da Internet, que permitem comunicações assíncronas através do correio eletrônico com a distribuição de todas as mensagens aos participantes. Coordenadas por um administrador, elas podem ser abertas – prescindem de aprovação para participar – ou fechadas com o que é caso das duas estudadas nesta pesquisa – cabendo ao administrador o exame e aprovação dos pedidos. Estas e outras regras básicas oferecidas pelas empresas mantenedoras destes serviços, partem de um quadro de escolhas do administrador e depois são automatizadas. Cada lista, porém, pode agregar novas regras a serem aplicadas. A *Lelist*, por exemplo, expressa que a responsabilidade legal e cível das mensagens é de seus autores, eximindo os administradores

inclusive pela inscrição de menores “por total impossibilidade técnica de verificação das reais identidades”. E ao finalizar a apresentação, a administradora recomenda: “[...] lhe pedimos que observe as normas básicas de conduta em uma lista, em especial a cordialidade e o respeito à divergência”.

Apesar de se configurarem como comunidades eletivas, onde a adesão é buscada por seus integrantes, a participação e a interação são heterogêneas. Segundo Tidwell (1999), os participantes podem ser classificados em quatro níveis, sendo os primeiros aqueles assíduos que enviam mensagens constantes e participam dos debates. Um segundo grupo é formado pelos que lêem regularmente as mensagens, mas eventualmente enviam suas considerações num entra-e-sai da discussão. Num terceiro nível estão os leitores/apagadores, isto é, aqueles que dão uma rápida olhadela no material e rapidamente apagam as mensagens. E, por último, os desistentes que abandonam definitivamente a lista após um breve exame. Nas duas listas observadas foi possível identificar os dois primeiros tipos de participantes com um núcleo central que mantém os debates e introduz novos temas, secundarizado por participações eventuais. Na *Lelist*, os laços de pertencimento são construídos passo a passo através de temas e subtemas que abrangem amores, preconceitos, cuidados especiais com a saúde, denúncias e todos os assuntos que permeiam o cotidiano das participantes. A seguir, os parâmetros de interesse/objetivos comuns, pertencimento e interação social como critérios mínimos da existência de uma comunidade virtual, são examinadas nas narrativas de listas e sites aqui estudados.

a) Objetivos/interesses comuns:

Já na página pública de abertura da *Lelist* há uma declaração dos objetivos a que se propõe bem como é ressaltado que as divergências não podem ultrapassar os limites da cordialidade.

Esta é a Leslist, uma lista de discussão criada por e para lésbicas. Ela se propõe a ser um espaço voltado para a discussão e reflexão sobre temas inerentes à homossexualidade feminina, tais como Direitos Humanos, Cidadania, União Civil, Educação Sexual, e outros assuntos que venham a ser propostos pelos membros” [...] “Desejamos a você uma estada agradável e proveitosa entre nós e lhe pedimos que observe as normas básicas de conduta em uma lista, em especial a cordialidade e o respeito à divergência.

Ao definir e manter ao longo de nove anos os debates em sub-temas que estão ligadas às lésbicas, mas que dependem de ações *offline* para sua concretização, inclusive com alterações no corpo jurídico-institucional do estado brasileiro, a *Lelist* possui um projeto a longo prazo. Palácios (1996) já advertia que o caráter presenteísta da sociabilidade contemporânea expresso em muitas comunidades virtuais não excluía um projeto de futuro, mesmo pontual e restrito a uma temática. O tópico da união civil, por exemplo, retorna periodicamente à pauta com trocas de informações sobre sua regulamentação noutros países, acompanhamento das votações de projetos no Congresso, convocações para manifestações públicas e informações sobre o registro em cartório da união estável. Várias mensagens indicam sites da Internet onde estão disponíveis os modelos jurídico-legais para registro em cartórios.

Na mesma medida em que os tópicos acordados como de interesse comum são respeitados e debatidos, são rechaçados os comportamentos em desacordo com as normas fixadas. A inclusão de mensagens como oferta/busca de encontros amorosos é combatida como um desvirtuamento do espaço da comunidade.

Seg, 8 de Set de 2003 8:33 pm.

Como vê, os objetivos da lista são bem definidos e entre eles NÃO SE INCLUI SER UM SERVIÇO DE CLASSIFICADOS PESSOAIS ou DE PROSPECÇÃO DOS EMAILS DE SEUS/SUAS INTEGRANTES. Listas de discussão propiciam que pessoas com alguma característica, algum interesse comum se conheçam e, caso assim o desejem, se aproximem e, com o tempo se conheçam e, em alguns casos, passem para o real, aí desenvolvendo uma amizade, namoro e até casamentos (a Lelist já reuniu vários casais de mulheres que estão juntas e felizes há anos!) Mas, repito, essa NÃO é a finalidade da lista. E, portanto, essa busca explícita pela "cara metade" DEVERÁ SER FEITA FORA da lista, para não desvirtuá-la. Contamos com a colaboração de tod@s.

b) Pertencimento/Identidade

Pertencimento, construção/reafirmação identitária e múltiplas representações da homossexualidade são aspectos interligados e potencializados no ciberespaço que criam novos desafios como ressalta Alexander (2002a, p. 82). “Pelo menos uma coisa é certa: homossexuais do mundo todo usam a Internet para se revelarem e representar a diversidade de suas experiências, de uma maneira que está desafiando as noções estáticas de identidade e de identidade política”⁵² De acordo com o autor, a Internet é um espaço de vivências da homossexualidade sem as barreiras da vida real, mas também um meio de conexão entre os homossexuais capaz de criar um senso de comunidade que ultrapasse as suas diferenças e divergências.

A lista de discussão torna-se, assim, um território simbólico constantemente reapropriado nas trocas de mensagens sem a imposição do comportamento heteronormativo. Nussbaumer (2005a, p. 73) ao analisar duas listas gays reflete que naquela de faixa etária média mais elevada predomina o “desejo coletivo de efetuar transformações em uma esfera ampla, na sociedade, na qual é preciso se inserir criticamente”. Já noutra, composta de em sua maioria por jovens, as transformações almejadas circunscrevem-se a uma esfera mais individual, cujo sentimento é compartilhado pelo grupo. Munt, Basset e O’Riordan (2002)

⁵² “at least one thing is certain: queers from around the world have used the Internet to reveal and represent the diversity of their experience in ways that are challenging to static notions of both identity and identity politics” .

ressaltam que as comunidades virtuais servem de espaço de negociações identitárias individuais através da construção coletiva que auxilia seus membros a assumirem-se lésbicas na vida *offline*.

Na *Lelist*, o afeto e o prazer são revelados, partilhados e discutidos. O pertencimento é vivenciado como demonstram mensagens em dois momentos do aniversário da lista. O primeiro ano é marcado pelo entusiasmo da sua criação.

Dom, 30 de Jan de 2000 4:57 am

PARABÉNS, LESLÍSTICAS!!! Vocês estarão testemunhando dia 30 o primeiro aniversário dessa lista!!! Como presente, resolvi colocar aqui o e-mail de registro que o e-Groups mandou dizendo que a lista estava criada! Quem quiser saber mais sobre a história da lista, pode me escrever!! Beijinhos a todas!!

30 de Jan de 2000 1:13 pm

A *Lelist* tá fazendo um ano hoje? Taí, eu não sabia da data exata. É muito bom saber disso!!! Falando por mim, - apesar de acreditar que a maioria das meninas concorda comigo, só posso dizer que, desde que entrei, em 26/4, vi esta lista crescer muito - éramos 52 e hoje, 9 meses depois, somos 143 mulheres, espalhadas, não só pelo Brasil, mas também pelos Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Inglaterra, e Japão. Com elas aprendi, amadureci e cresci MUITO. Aqui, conheci pessoas maravilhosas, ri, chorei, me emocionei, discuti, concordei, discordei, fiz amizades que, espero, permaneçam por toda a vida, namorei, enfim... Vivi!

Nove anos depois, as manifestações são marcadas pela reafirmação da lista como um território proveitoso na condução das vivências individuais e pelo reconhecimento de sua representatividade para o coletivo lésbico.

Qua, 30 de Jan de 2008 9:59 pm

De fato é um bom momento este. São nove anos de trocas, de proximidades, de alegria. Sabem, uma lista de discussão é uma das formas que tenho de aprender, de perceber o mundo e a complexidade dos pensamentos das pessoas. A diversidade dos olhares. Ler cada uma de vocês se colocando na lista me foi importante. Momentos de identificação, momentos de oposição dos pensamentos, mas é com a diversidade de opinião e de percepção que posso construir um todo. E isto a lista me oferece. A proximidade com as pessoas, com aquelas que moram muuuuito longe mas que dizem tão de perto coisas para eu aprender e aquecer meu coração. Foi numa lista que conheci meu amor. Foi numa lista que voltei a viver - estava saindo de uma longa trajetória de dor como viúva. Foi numa lista que fiz novas amigas.

E foi na Lelist que pude conhecer mulheres e seus pensares, que pude ler e perceber muitas coisas de forma diferente. Meu pensamento e minha percepção não são cristalizados e graças a Lelist pude conhecer opiniões e visões e pensamentos inteligentes, sofisticados, diferentes dos meus. Agradeço a todas por tantas lições e olhares ricos.

A importância da lista é destacada também como um local de resistência e organização das lésbicas como destaca outra participante:

Qua. 30 de jan de 2008-10:11pm

Essa lista, a Lelist, para mim se tornou um valioso instrumento de conversas, comentários, discussões, experimentações. [...] a Internet surge então como uma aliada para as 'minorias' permitindo uma democratização de acesso aos meios de comunicação como também nos permitiu pauta-los de acordo a nossa agenda. Temos uma preciosidade em mãos. Não podemos abdicar disso! [...] É primordial que alimentemos a lista com nossas opiniões, dúvidas, discussões, visões, experiências...é fundamental manter a lista como palco de pessoas e idéias livres. [...] SOMOS e EXISTIMOS. Somos 'Lésbicas da Silva' com muito orgulho”.

c) Interação/sociabilidade/ solidariedade

O sentimento agregador fixado pelas trocas cotidianas propicia o desenvolvimento de solidariedade entre os participantes que, pode ser estendido a outras ações virtuais ou na vida real. Palácios (1996) destaca o renascimento da solidariedade observável em grande parte das comunidades seja pela troca de informações ou em intervenções pontuais voltadas para um dos membros da comunidade. No entanto, as tensões também fazem parte das comunidades. Primo (2005) critica a separação maniqueísta entre conflito e cooperação que conduzem “uma visão parcial e equivocada” dos processos de interação social.

[...] sugere-se que seja adotada uma visão desencantada da cooperação, vendo-a não como uma seqüência cumulativa de ações altruístas, mas como um laborioso processo de interação a partir de diferenças. Ou seja, os embates a partir do contraditório não são obstáculos à cooperação, nem são os desequilíbrios uma barreira ao desenvolvimento intelectual e à

comunicação. Pelo contrário, são a própria condição que faz mover tais processos. (PRIMO, 2005, p. 22).

Justamente esta construção está presente na *Lelist* em vários momentos, abrangendo também as delicadas relações afetivas da vida *offline*. A troca de vinte mensagens entre onze participantes no tópico “Amor na Net” mostra através de narrativas de vivências, o grau de solidariedade, de conflito e cooperação estabelecidos. A mensagem original narra o início de “paquera virtual” e seu desenlace provocado por demonstrações de ciúme e insegurança da possível parceira.

Segunda-feira, 26 de novembro de 2007 10:37

Bom dia meninas! Ocorreu comigo um fato, que gostaria de compartilhar com vcs, e pedir sua opinião a respeito. Entrei na semana retrasada em uma sala de bate papo da UOL. Conheci uma menina muitíssimo interessante do interior de SP. Trocamos MSN, telefone e começamos a conversar tds os dias. Logo no segundo dia, ela começou a dizer que estava apaixonada e que me queria, achei estranho, mas cortei, afinal como se apaixonar se nem olhou a pessoa nos olhos??? Adoro a Net, mas não abro mão do contato visual e físico, sem contar o auditivo claro.

Após detalhar o encantamento e a identificação entre as duas, a autora da mensagem relata a intromissão em sua vida familiar e os transtornos causados em apenas uma semana. Então, ela indaga às participantes:

[...] pensei que tinha acertado na loteria. Gostaria de saber a opinião de vcs nesse sentido. Será possível encontrarmos pessoas sãs pela internet? Até que pto uma paquera virtual tem o direito de se sentir ‘dona’ da pessoa? Até que pto alguém pode se apaixonar sem haver contato físico, verbal e visual???? Tds as pessoas da net são possessivas? Onde fica a liberdade humana? Gostaria de saber de suas experiências na net, ouvir (ler) opiniões e receber conselhos.

Instigadas, cerca de sete participantes entram no debate sendo que três delas narram suas experiências positivas nos amores virtuais, marcando a importância do ciberespaço em suas vidas:

1. Ter, 27 de Nov de 2007 7:58 am

Eu conheci minha esposa há 5 anos no bate papo da Uol. Quando nos conhecemos, ficamos amigas e nossa amizade durou 3 anos pois na época ela era casada com outra mulher e eu tinha namorada. Após nossos relacionamentos terminarem, decidimos nos conhecer pessoalmente e rolou uma atração incrível. Passados 3 meses, ela veio morar comigo (largou tudo na capital pra vir morar no interior) e estamos há quase 2 anos juntas. A família dela me adora e a minha à dela. Nós nos amamos muito. Por tudo isso, creio que um namoro virtual possa dar certo sim. Bjus e boa sorte.

2. 26 de Nov de 2007 11:48 am

Conheci minha companheira na net, e tb já fiz muitas amizades. Só tenho que agradecer a este instrumento de comunicação, pois estou com meu amor há 2 anos e seis meses, ela é super ciumenta e eu tb não fico muito atrás, mas nossa história é muito louca mesmo.

3. Ter, 27 de Nov de 2007 3:47 pm

Também conheci minha companheira num chat do Terra. Na primeira semana de bate papo ela veio a minha cidade me conhecer ... Louco amor... um mês depois mudou para minha cidade de mala e cuia e com seus dois filhos. Enfrentamos juntas muitas dificuldades...Estamos a 7 anos muito bem casadas...Amor virtual?
Claro que dá certo!!!

Outras mensagens também relatam experiências semelhantes, enquanto a solidariedade também se estabelece através do incentivo a novas tentativas na rede:

Ter, 27 de Nov de 2007 3:54 pm

Apesar do TRAUMA dê uma chance à virtualidade, soma com a realidade depois, gata. Bjs.

Seg, 26 de Nov de 2007 9:48 pm

Não desacredite no amor virtual ; ele existe sim!

Reparos ao comportamento da própria denunciante são postados contendo questionamentos à sua conduta no frustrado namoro *online*:

Seg, 26 de Nov de 2007 11:43 am

Será que você não embarcou depressa demais? Veja bem, estou dizendo isso por intuição, não que a culpa seja sua. Acredito que o amor e outras coisas boas da vida são possíveis pela net porque acredito na força das palavras, mas química mesmo só acontece pessoalmente.

Seg, 26 de Nov de 2007 9:48 pm

Há pessoas que tem uma excelente intuição e você demonstrou isto quando a outra pessoa já de início disse estar apaixonada e você achou isto estranho. Só que você não deu atenção ao fato (..) Se este seu suposto amor foi embora, outros virão!

Apenas, da próxima vez tenha um pouco mais de cautela e procure ouvir o que sua intuição diz.

Em sucessivas respostas e esclarecimentos, o reconhecimento às ponderações é manifestado:

Ter.27 de Nov de 2007 1:05 pm

Apesar de não conhecer vcs pessoalmente, acho que somente amigas de verdade "esfregam" certos erros na nossa cara... Apesar de ter ficado chateada com isso, preciso me interiorizar um pouco, e rever certos conceitos que tenho tido até o momento.

No mês seguinte, nova mensagem à lista revela um desfecho inusitado pra o caso:

Sex, 28 de Dez de 2007 3:00 pm

Acho que algumas de vcs lembram, sou aquela que tc na netcom uma menina, e ela teve uma crise de ciúme por causa de um recado no orkut, eu me revoltei... Trouxe a questão aqui para vcs, recebi mil conselhos e decidi dar uma segunda chance. Bom, nos conhecemos pessoalmente, descobri alguém maravilhosa por trás daquela ciumenta... Rsrtrs... E num é que o ciúme dela até que é gostosinho??? Bom. Ela tb aprendeu a controlar mais...essa parte eu já tinha contado anteriormente, mas foi só pra atualizar quem não tá acompanhando e ajuda-las se lembrarem do caso bom, o fato é que estamos muito felizes, vamos passar esse feriado inteiro juntas... Com a filha dela e a minha... Que têm a mesma idade... Rsrtrs... Depois de 2 meses tc já estamos pensando em morar juntas inclusive... Estamos montando a logística disso... Pk será uma gde mudança pra td mundo... Ainda mais que ela mora no interior e eu aqui na capital.

O conflito como parte do processo de cooperação, de que nos fala Primo, já estabelece que a solidariedade na solução de problemas afetivos é desejada pela participante e efetivada

pela comunidade. Há um entendimento mútuo que a *Lelist* é um espaço de soluções de problemas individuais, onde a função do coletivo é a de oferecer caminhos/opiniões/análises. A comunidade tem legitimidade para intervir em assuntos íntimos e seus membros sentem-se seguras para solicitarem tais ajudas. Munt, Basset e O’Riordan (2002, p. 136) afirmam que a natureza virtual das comunidades na Internet “[...] destacam sua construção utópica que se desdobra estrategicamente para cimentar lealdade e engendrar pertencimento e solidariedade”.⁵³

Quando o olhar se dirige ao ciberativismo é preciso buscar outro ingrediente, além dos já citados, para analisar as listas de discussão como comunidades virtuais: seu uso na luta política⁵⁴. Lemos (2001) identifica três grandes categorias de ciberativismo: conscientização e informação; organização e mobilização e iniciativas mais conhecidas por “hackertivismo”, isto é, ações diretas sobre o funcionamento técnico da rede. Destas atividades se utilizam incluem-se grupos, organizações não-governamentais, entidades diversas e indivíduos envolvidos com demandas acerca de temas como sexualidade, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reforma agrária, comunicação e informação, arte e cultura. Moraes (2001) ressalta que seus interesses estratégicos podem ser de curto, médio e longos prazos e ter abrangência internacional, nacional, regional ou local. Para Castels (2003), a rede é mais do que um instrumento útil aos movimentos sociais atuais (que a tornaram sua mídia privilegiada pela instantaneidade, baixo custo e conexões globais) caracterizados pela horizontalidade organizativa interna, projetos globais e ações locais e articulações pontuais entre diferentes projetos.

⁵³ “...highlights its utopic construction, which is deployed strategically to cement loyalty and engender belonging and solidarity”.

⁵⁴ O espectro ideológico na Internet é amplo. Estão presentes neonazistas, skinheads, racistas, defensores da tortura assim como partidos e organizações de esquerda.

As possibilidades de articulações políticas aliadas às questões organizativas do movimento transformam a lista da Articulação Brasileira de Lésbicas⁵⁵, *AB-L* num instrumento que reforça, renova e inova suas atividades. Ela é um organismo político de uma linha do movimento lésbico brasileiro mais inserido nas articulações gerais da homossexualidade cuja lista de discussão reflete estas interações e as interconexões com movimentos/instituições e organismos internacionais. Cabe destacar a presença simultânea de ativistas da *AB-L* em várias listas dedicadas à homossexualidade, garantindo assim a circulação das pautas comuns de forma paralela. Marcadamente, os temas se fixam em denúncias de preconceito, na troca de informações, na organização de atividades públicas, em encaminhamento de ações judiciais, no acompanhamento da aplicação de políticas públicas e nas mobilizações em torno de votações nos parlamentos sobre alterações no corpo jurídico-institucional.

Com os interesses e objetivos fixados na página inicial – “*AB-L-Reverberando para mudar- Lista da Articulação Brasileira de Lésbicas, aqui vamos articular nosso planos, objetivos e metas!*” – a lista mantém intercâmbio regular com outras entidades.

Qua, 26 de Out de 2005 10:46 am

Prezad@s Listeir@s A próxima conferência mundial da ILGA - Associação Internacional de Lésbicas e Gays, terá lugar em Genebra de 27 de março ao 3 de abril de 2006 e será organizada por uma coligação de grupos suíços de LGBTs. (...) “Teremos mais informações nas próximas semanas”. Estamos preparando um site específico com todas as informações sobre a Conferência.

Beto de Jesus Secretário da ILTGA para América Latina e Caribe

A identificação com a luta global pela inclusão de direitos da diversidade sexual pelo viés do dos Direitos Humanos propicia a troca regular de informações com ativistas de outros

⁵⁵ A ABL tem um domínio próprio identificado por www.orgulho.org.br, mas seu conteúdo reduzido e desatualizado é acompanhado de um aviso permanente de que está em construção, revelando-se um espaço virtual de baixo tráfego e relevância.

países. É o caso de relatos sobre os encontros lésbico-feministas latino--americanos e caribenhos :

Seg, 10 de Jan de 2005 4:17 pm

Notícias do VI Encontro Lésbico Feminista Latino Americano e do Caribe. Con plenarias, talleres, presentaciones de lésbicas creadoras que trataron las preocupaciones sobreidentidades, la cuestión de la igualdad de derechos, las relaciones de pareja y la salud sexual, se realizó el VI Encuentro Lésbico Feminista Latinoamericano y del Caribe, del 24 al 28 de noviembre último. [...] Este fue un espacio de convergencia de lésbicas de diversos países. [...] Las organizadoras sí trataron de asegurar la diversidad de opiniones en las mesas de exposición cuyos temas centrales fueron movimiento lésbico y globalización, alianzas del movimiento lésbico con otros movimientos sociales, sociales y con el movimiento LGBT, y ciudadanía y derechos humanos. *Violeta Barrientos*

Entre os diversos tipos de ciberativismo, o método de campanhas “organizadas” na rede ou “realizadas” nela são táticas intensamente utilizadas pelos movimentos sociais. Assinaturas de petições, boicotes, cartas pessoais e envio de e-mails padronizados organizam atividades locais ou internacionais de modo global. As petições, como pontua Earl (2006), têm sites especializados na oferta de espaço para diversos tipos de campanhas, organizadas por entidades e movimentos ou até por indivíduos. A lista *AB-L* acolhe e incentiva tais iniciativas como a petição assinada por ativistas de diversos países e entregue ao presidente da Nicarágua para descriminalização da prática homossexual. Apelo neste sentido foi redirecionado para a lista:

Seg, 17 de Set de 2007 9:00 am

Si deseas apoyar ésta acción de solidaridad con los Derechos Humanos em Nicaragua, te invitamos a seguir el vínculo que aparece a continuación. Puedes leer la carta y, si así consideras, puedes apoyar con tu nombre y firma. Es necesario que escribas una dirección de correo electrónico válida: <http://www.petitiononline.com/nicaragu/petition.html>.

Esta intensa troca de informações e relatos demonstra a solidariedade e também a estratégia preponderante entre os movimentos da homossexualidade: políticas globais e ações locais para encaminhamento de demandas como o combate à homofobia e a busca de direitos sociais iguais a dos heterossexuais no corpo jurídico institucional dos estados-nação.

Por último resta destacar que o anonimato, um recurso permitido pela adoção de *nicknames*, é possibilitado nas duas lista. Na de ativismo esta modalidade é ocasionalmente utilizada em endereços eletrônicos pelos quais já são publicamente conhecidos em atividade públicas *offline*. Já na *Lelist* há um uso mais intenso de apelidos como “Carlinha Pezinho”, “Janona_25”, “krika1953”, “mlouise_2003”, “flor_do_asfalto”, “L. MFH” e “sarashiva01”. Contudo, o anonimato não parece indicar a ocultação e/ou falsidade na identidade dos participantes mais permanentes, pois costumam informar idades, endereços, profissões e outras características de sua vida *offline*. A prática é assemelhada à registrada por Nussbaumer (2001) “as identidades assumidas parecem extensivas às do ambiente *offline*, mesmo que se apresentem como simples *nicks*”. O uso dos pseudônimos é mais intenso entre as recém-chegadas à lista e à medida que sentem acolhidas e seguras, eles ficam restritos apenas aos endereços eletrônicos. O ambiente da comunidade propicia o fortalecimento dos laços de pertencimento continuamente reavivados pela intensidade das narrativas pessoais que reavivam experiências semelhantes.

4.2 Os alternativos na rede: os sites

Se as comunidades virtuais lésbicas transformam-se em arenas temáticas de debates marcados pela sociabilidade e pelo ativismo, os sites mantidos por estas mulheres revelam seus argumentos acerca da lesbianidade e dos preconceitos e, ao questionarem a heterossexualidade hegemônica, apresentam novas representações sociais sobre a sua condição. Sites próprios constituem-se, dessa forma, a expressão da opinião publicada

daquelas que buscam mudanças no senso comum ao tornarem-se protagonistas, ao invés de personagens dos espaços midiáticos tradicionais.

A emissão descentralizada no ciberespaço propiciou a proliferação de sites e portais com a temática da homossexualidade mantidos por indivíduos, organismos, entidades, grupos, associações, movimentos sociais e por empresas dedicadas ao segmento de consumo gay. Na diversidade deste ciberespaço serão examinados neste estudo um site ligado ao movimento lésbico e outro mantido por um grupo de amigas lésbicas interessadas em apresentar uma visão desprendida dos debates políticos e teóricos. A constituição de um território comunitário transcendendo as barreiras do preconceito e da homofobia e aberto à livre manifestação da sexualidade vem estimulando a existência de uma multiplicidade de variações identitárias, políticas e ideológicas dentro do espectro GLBT. Se a homossexualidade na vida cotidiana pode tornar-se despercebida, na Internet a preocupação é torná-la visível, marcante. Alexander (2002b) nota vários traços comuns nestes sites: similitude no design, visão essencialista da identidade homossexual, constância de narrativas autobiográficas (especialmente sobre a decisão de assumir-se como homossexual) e circularidade de *links* para páginas afins com as mesmas características. A grande maioria deles trazem os símbolos do movimento como o arco-íris ou os triângulos rosa e preto⁵⁶. A mesma orientação seguem os sites lésbicos, mas demonstram tendência a maior politização dos temas pela inclusão de debates e *links* para páginas ativistas, feministas ou lésbicas. O autor ressalta que esta diferença demonstra aproximação do pensamento feminista, mas não as impede de enfatizar, prioritariamente, sua identidade homossexual.

A abordagem em identidades fixas - gays, lésbicas, trans, travestis e bissexuais – revelaria a propensão de reproduzir os guetos da vida *offline* sem contribuir para a formulação de uma comunidade de uma comunidade homossexual global que poderia ampliar sua

⁵⁶ Os movimentos gay e lésbico se reapropriaram dos triângulos rosa e preto, um sinal utilizado pelo regime nazista para marcá-los, como um tributo àqueles que foram perseguidos e mortos na época.

repercussão no ciberespaço. “[...] a replicação de guetos nos espaços virtuais podem servir apenas para reforçar diferenças ao invés de promoverem a comunicação entre estas fronteiras”.⁵⁷ (ALEXANDER, 2002b, p. 99).

Esta contradição entre um território seguro de afirmação da homossexualidade e a reprodução do distanciamento entre as várias orientações do movimento também revela as diferenciações culturais, sociais e econômicas. Heinz et al. (2002) ressaltam a similaridade dos problemas e soluções expostos em portais homossexuais americanos, japoneses, chineses e alemães, mas salientam que são elaborados para audiências nacionais. Constatação semelhante à de Friedman (2007) num estudo acerca de sites ativistas de lésbicas latino-americanas, que aponta uma perspectiva regional ou nacional maior do que os interesses internacionais. A autora também ressalta que a formação de guetos não se aplica nos sites dos movimentos e organizações não-governamentais: “Ao invés de criarem guetos virtuais, os site lésbico-feministas e as pessoas estão ocupadas em solidificar suas identidades e transpor algumas fronteiras”.⁵⁸ (FRIEDMAN, 2007, p. 798).

No entanto, se os *hiperlinks* disponíveis não remetem a articulações globais os temas internacionais aparecem através de reprodução de notícias e informações. O site *Um outro Olhar online* sistematicamente realiza esta tarefa ao divulgar informações sobre outros países.

Fundação lança guia de sexo lésbico

A Fundação Gay e Lésbica de Manchester, na Inglaterra, uma comunidade que trabalha, na área de saúde, visando combater a homofobia e empoderar as pessoas, publicou um guia e um panfleto com o título *Beating about the bush* (Ficar enrolando, fazendo rodeios) sobre sexo lésbico que visa fornecer informação básica sobre sexo e saúde sexual para mulheres que transam com mulheres. Para baixar o guia, [clique aqui](#)

⁵⁷ “...the replication of ghettos in online spaces may serve only to reinforce differences as opposed to fostering communication across those differences”.

⁵⁸ “Rather than creating virtual ghettos, lesbian feminist websites and individuals are busy strengthening their identities and transversing (some) borders ”.

O site é a presença virtual da Ong *Rede de Informações Um Outro Olhar* atuante na área de saúde e de direitos de mulheres e minorias sexuais através de dois eixos. Um deles é centrado em informação, educação e comunicação e o outro se volta para intervenção comportamental com organização de cursos, palestras e oficinas. Ele expressa a versão tecnologicamente contemporânea das publicações por movimentos sociais, partidos políticos e organismos do movimento popular formando o que se convencionou denominar genericamente de “veículos próprios”. A imprensa lésbica brasileira teve dificuldades em manter regularidade e apresenta raros títulos, entre eles o fanzine *ChanacomChana*, que teve 12 números publicados entre 1978 a 1981 uma iniciativa do Movimento Lésbico Feminista. Nos anos 80 ainda circulam os boletins *Iamaricumas*, mantido pelo grupo de mesmo nome no Rio de Janeiro; o *Amazonas*, publicado pelo Grupo Libertário Homossexual da Bahia; *Xerereca*, de um grupo independente carioca e o *Ponto G*, editado pelo Grupo Lésbico da Bahia. Ainda neste período um grupo de lésbicas paulistas forma a rede e edita, inicialmente na forma de boletim e transformada em revista, o título *Um Outro Olhar*. Dificuldades financeiras e divisões internas impedem o desenvolvimento da imprensa lésbica que ainda inclui, nos anos 90, os seguintes periódicos já encerrados: *Gem*, *Deusa Terra*, *Femme e Libertária*. A Ong Movimento D'Ellas encerrou sua publicação *Folhetim* e, ao final de 2007, iniciou a distribuição de um boletim eletrônico pelo correio eletrônico⁵⁹.

Já o site *O Manual da Lésbica Contemporânea* só possui uma história construída a partir de setembro de 2007 na Internet. Organizado na lógica de um diário, o site propõe-se a tratar a condição lésbica de uma maneira “lúdica” através das narrativas centrais das mantenedoras com auxílio de colaboradoras que contribuem num fórum *online*. O objetivo é criar “um verdadeiro manual, que ensine tudo o que é necessário saber para evitar os tão

⁵⁹ Este levantamento das publicações é de responsabilidade da coordenação do site *Um Outro Olhar*.

freqüentes atropelos emocionais da vida no mundo gay”. Se a identidade lésbica do site é explicitada, a das autoras é resguardada através de apelidos como menciona:

Quem Somos?

Primeiramente, Helena Moraes e Beatriz Almeida não são nossos nomes verdadeiros. O motivo para tal já foi devidamente citado no Capítulo 1, e resume-se à auto-preservação. Não somos enrustidas ou vivemos no armário, nem sequer na cristaleira. Apenas somos pessoas com carreiras profissionais em campos não tão abertos à diversidade. Helena e Beatriz são pseudônimos criados por nós duas, melhores amigas há 6 anos, para escrevermos o Manual. Atualmente, este conta com cerca de 10 integrantes ativas e algumas ex-colunistas, que apesar de inativas ainda moram em nossos corações e têm suas palavras marcadas no conteúdo do site.

É justamente nas narrativas permeadas de conselhos e relatos de variadas experiências em assumir ou não uma identidade lésbica que o site mostra profunda relação com a vida cotidiana. Ele se apresenta como o outro lado da moeda do ativismo e, quer estar próximo de seu público de faixa etária mais jovem.

Entre os dois há distinções de formas de interação comunicativa com suas audiências. O primeiro configura-se mais como difusor de informações sem abrir mão da participação através de *hiperlink* específico onde estão disponíveis curtas mensagens recebidas desde 2004. As enquetes, feitas *online*, sobre temas como as práticas sexuais, direitos, relacionamento amoroso e parentalidade têm seus resultados tabulados e divulgados com alguns comentários recebidos. As perguntas dirigidas à articulistas especializadas em direito civil, família são apresentadas como guia de orientações. A dinâmica do *Manual* é completamente distinta. Junto ao site é mantido um fórum de discussão que se constitui numa comunidade. Nele é que as responsáveis pelo site localizam os temas relevantes à sua audiência. Em tom leve e brincalhão é estabelecida a interação contínua entre as duas instâncias com aproveitamento quase instantâneo dos recursos tecnológicos da rede.

*“Todo o dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã
.....
Toda noite ela diz pra eu não me afastar
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pra eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor”
Cotidiano, Chico Buarque de Hollanda.*

Neste capítulo é definido o tipo de estudo, os procedimentos de pesquisa e são apresentados os sites e listas selecionados.

5.1 Análise das narrativas

Metodologicamente esta pesquisa foi orientada por uma proposta qualitativa que contemplasse o estudo intensivo da emergência de novas representações sociais acerca da lesbianidade e da cidadania. A palavra tem sido o principal meio de circulação das representações sociais e meio essencial ao debate argumentativo, tornando-se um elemento significativo de unidade para verificar os dois processos. Nos dispositivos do ciberespaço, onde estes fenômenos se manifestam, as palavras são postas textualmente para relatar fatos e tecer argumentos. O estudo nos levou a acompanhar o cotidiano dos atores sociais para verificar a elaboração de novos sentidos dados aos conceitos hegemônicos sobre a sexualidade na sociedade. No dia-a-dia uma prática corriqueira é a de contar, narrar experiências, reafirmar ou combater opiniões através delas. Escolhemos então como ferramenta o modelo de análise das narrativas capaz de mostrar tanto a subjetividade dos envolvidos como a objetividade das atividades organizativas nos movimentos.

A prática narrativa, como ressaltam Maronna e Areu (2007), é uma forma de conhecimento e organização do mundo que produz sentido. É na produção dos novos sentidos gerados na esfera pública virtual que esta pesquisa concentra-se para verificar as representações sociais geradas pelas protagonistas de nova história da lesbianidade. No universo da temática quatro pontos destacaram-se nos ambientes examinados: o processo de assumir a homossexualidade para si mesmas e diante dos outros; o enfrentamento da discriminação e preconceito; a busca de equiparação de direitos concedidos aos

heterossexuais e a construção da identidade coletiva. Em cada um deles a utilização da análise das narrativas (GANCHO, 2003; MOTTA, 2004; BRETAS, 2006a, 2006b) mostrou-se um instrumento capaz de acompanhar o desenvolvimento dos argumentos e identificação dos representações sociais que vão sendo criadas.

No mundo da vida, de onde emergem os temas que ocupam a esfera pública, o cotidiano é o espaço da socialidade das pessoas comuns permeado por narrativas – fictícias, míticas ou factuais – individuais ou resgatadas da memória coletiva que atravessam o presente para reforçar ou combater os argumentos. Elas estabelecem relações entre o passado, o presente e o futuro e, como nos diz Motta (2004, p. 6) encaixam “[...] significados parciais em sucessões, explicações e significados mais estáveis”.

Esses significados mais estáveis constantes nas narrativas exprimem o processo de ancoragem das representações sociais. Além desta característica, Jovchelovitch vê nos laços criados pelas narrativas entre a banalidade do cotidiano e as situações inesperadas o mesmo propósito das representações sociais, que através dos processos de ancoragem e objetivação, familiarizam o desconhecido “Quando sujeitos sociais organizam eventos em uma trama, eles o revestem de significados, valores e afetos que são o material substantivo das representações sociais”. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 148).

O cotidiano não é apenas atravessado pelas narrativas: ele também as produz. Dos relatos de experiências no trato com o preconceito, a inexistência de direitos prosaicos como a legitimação das uniões, a violência e os afetos conjugais brotam novas representações sociais da lesbianidade no ciberespaço. O ato de contar de si e do mundo as torna protagonistas da história de uma identidade coletiva onde se vêem refletidas e que lhes socorre na elaboração da suas individualidades. Há nesse procedimento, o que Motta (2004) denomina de intencionalidade provocando a aproximação entre o narrador e seu público para construção de um significado comum.

A análise busca verificar como se produz sentido através de expressões narrativas, **como construímos significações e como construímos nossa argumentação** através da expressão narrativa da realidade. (grifos do autor). (MOTTA, 2004, p. 12).

Ao concretizar esta intencionalidade, o narrador escolhe no repertório da linguagem os códigos, os recursos e articulações que lhe interessam para melhor cooptar a adesão ao seu discurso. A principal estratégia das lésbicas é a de demonstrar que o exercício de sua homossexualidade não justifica a discriminação. Se as relações homoafetivas foram enquadradas como desviantes e anormais através da incitação discursiva como nos mostra Foucault, elas elaboram os “contra-discursos” como os qualifica Navarro-Swain (2000) para desconstruí-los. Nas estratégias do discurso narrativo no ciberespaço combinam-se os artefatos mencionados por Motta (2004), mas as conformações tecnológicas de cada dispositivo irão definir limites destas combinações. Nas listas de discussão, um ambiente habitualmente desprovido de imagens, a construção textual é primordial para o convencimento enquanto nos sites a composição de cores, imagens, vídeos e símbolos torna-se um elemento central em alguns casos ou de reforço do conteúdo textual.

Narrativas, sejam novas ou fábulas repetidas, devem ser examinadas dentro do contexto social, cultural e histórico onde estão sendo utilizadas. Seu texto, de acordo com Motta (2004), e as significações geradas são a forma que assume a relação entre atores sociais vivos num processo de troca entre sujeitos. Nesta pesquisa os novos sentidos se corporificam em novas representações sociais construídas em sites e comunidades virtuais lésbicas dirigidas ao público brasileiro na primeira década do século XXI.

A insistência na referência das lésbicas como pessoas comuns, o que me conduziu às narrativas do cotidiano, prendem-se às reiteradas manifestações de que são pessoas comuns e múltiplas como as demais. Essa é a estratégia discursiva fundamental que utilizam para

quebrar o estigma e na elaboração de nova representação social sobre si.. A partir desta constatação, as concepções de Bretas (2006b) sobre as narrativas do cotidiano das pessoas comuns no ciberespaço são preciosas para a compreensão dos objetos deste estudo.

As pequenas narrativas formadas no encadeamento das mensagens trocadas em comunidades virtuais as tornam sujeitos do processo comunicativo num ambiente midiático lado a lado de grandes corporações. As novas formas de experimentação das práticas comunicativas inauguradas pela tecnologia digital provocaram também mudanças em seus cotidianos que passam a abarcar tanto o virtual como o digital. A noção de mídia, capaz de captar o novo processo, combina esses elementos:

A noção de mídia que orienta nosso trabalho é traduzida pela idéia de dispositivo, cuja complexidade ultrapassa a perspectiva meio enquanto suporte de transmissão, abarcando fatores intervenientes de diversas ordens. Compreende uma perspectiva relacional, destacando as interações propiciadas pela Internet e verificando as posições dos interlocutores na construção de argumentos que aí se implicam. (BRETAS, 2006b, p. 9).

As narrativas revestem-se então de um conteúdo que extrapola sua própria forma – o relato de eventos numa temporalidade encaminhando a um desfecho – para assumir a função de transformar sentidos. Ao contarem de si nas mensagens elas estão se posicionando, individual e coletivamente, através dos atos de fala. Munt, Basset e O’Riordan (2002) afirmam que o produto textual age socialmente sobre o escritor e o leitor e cada mensagem representa um fragmento que, relacionado com os demais produz um discurso, um ato de fazer “coisas com as palavras”, utilizado intensamente pelas lésbicas nas comunidades virtuais ao relatarem suas experiências. Nelas estão embutidos os conceitos caros tanto às lésbicas comuns e às ativistas e sedimentam os argumentos esgrimidos na esfera pública política e nas arenas temáticas virtuais.

5.2 Procedimentos de pesquisa

A pesquisa foi dividida em três momentos: definição dos dispositivos existentes no ciberespaço brasileiro a serem estudados, elaboração de critérios de escolha a partir da definição com a seleção dos materiais e a análise das narrativas.

5.2.1 Definição dos dispositivos técnicos

Dois parâmetros foram considerados: dispositivos que contivessem a exposição argumentativa e apresentassem interações comunicativas. Esta decisão orientou-se pelo objetivo de examinar o ciberespaço como uma arena pública virtual em que novas representações sociais sobre a lesbianidade e a cidadania estivessem sendo gestadas. A fundamentação teórica nos concedeu ferramentas para identificar as lésbicas como protagonistas desses processos, tornando imperativo verificar como elas estavam realizando as operações capazes de efetivar tais mudanças.

Existem inúmeros dispositivos técnicos na Internet com trocas comunicativas, porém sem constituir-se em sua essência como é o caso das comunidades virtuais. Novo recorte se impõe diante da diversidade tipológica das comunidades disponíveis. Os *chats*, onde a interação é em tempo real, revelaram-se comunidades frágeis com participações eventuais e pouca exposição de argumentos. Mesmo naqueles orientados pela temática da lesbianidade, a preponderância pela busca de parceiras para encontros sexuais *offline*, sexo virtual ou futuros relacionamentos afetivos restringe a temática.

As comunidades de relacionamento, como a rede *Orkut*, são espaços públicos sem restrições à participação, possibilitando o atravessamento constante de mensagens ofertando

materiais pornográficos, produtos e serviços que tornam difícil a troca argumentativa. Os *blogs*, que também permitem a participação pública através dos comentários, são ainda número reduzido sobre a temática e com participações eventuais e pouco significativas.

As listas de discussão revelaram-se comunidades virtuais mais estáveis com regras definidas e passíveis de alteração por decisão coletiva. Elas são arenas temáticas com o intercruzamento de argumentos narrativos que compõe um quadro representativo dos interesses das lésbicas. Nas trocas de mensagens encadeadas são criadas situações de confronto e entendimento que costuram o sentimento de pertença de iguais na diversidade e na multiplicidade que caracteriza o chamado “mundo lésbico”.

Apesar da importância das comunidades virtuais, a rede oferece muito mais para a estratégia de visibilidade adotada pelas lésbicas. A emissão descentralizada e a distribuição globalizada favorecem a criação, a manutenção e a difusão de sites exclusivos sobre o tema de forma ampla e global. Verificar como eram tratados os assuntos mais sensíveis à identidade lésbica, que contribuem tanto nas representações sociais e numa nova cidadania, em sites exclusivos da temática mostrou-se importante para compor um painel mais representativo.

5.2.2 Critérios e seleção dos materiais

As definições preliminares conduziram à fixação de critérios à medida que as teorias e a pesquisa empírica no ciberespaço foram mesclando-se. O recorte do objeto mostrou duas instâncias diversas e inter-relacionadas: o indivíduo e o movimento. Ambas compõem a esfera temática de que nos fala Habermas (1997), mas enquanto numa surge o cotidiano dessas mulheres diante do preconceito, na afirmação da sexualidade, nos envolvimentos amorosos e

na disparidade entre seus direitos e o dos heterossexuais, a segunda encaminha ações coletivas junto à esfera pública política.

As listas de discussão foram então classificadas em socialidade e ativismo, determinando os seguintes critérios na escolha dos materiais:

1) Socialidade

- tempo de atividade indicando permanência e representatividade;
- número significativo de membros;
- existência de regras contratuais expressas para o debate;
- diária troca de mensagens indicativas de fluxo comunicativo;
- narrativas de vivências cotidianas

2) Ativismo

- representatividade no movimento lésbiano;
- diária troca de mensagens indicativas de fluxo comunicativo;
- existência de regras contratuais expressas para o debate;
- encaminhamento organizativo das demandas;
- atuação junto aos poderes institucionais.

Sob a mesma perspectiva das listas os critérios de seleção também consideraram a forma de tratamento dos temas, o engajamento no movimento e a identidade tratando exclusivamente da lésbicanidade.

Estes critérios determinaram, no caso das listas, a inscrição e acompanhamento da pesquisadora entre junho de 2006 e fevereiro de 2008. No entanto, o período analisado nas narrativas não é correspondente pois foi o utilizado o banco de dados que armazena todas as mensagens trocadas nas listas desde sua criação e constitui sua memória. Foram escolhidos os assuntos mais preponderantes e recorrentes observando-se o encadeamento das mensagens

que formam a narrativa geral. As duas listas foram informadas dos objetivos da associação da pesquisadora e, após consultas aos seus moderadores foi acordado o anonimato dos autores das narrativas a serem analisadas.

Os materiais selecionados para análise são os seguintes:

Listas:

- *Lelist* (<http://br.groups.yahoo.com/group/lelist/>)
- *AB-L* (<http://br.groups.yahoo.com/group/AB-L>)

Sites:

- *Manual da Lésbica Contemporânea* (<http://www.manualcontemporaneo.com>)
- *Um Outro Olhar* (<http://www.umoutroolhar.com.br>)

5.2.3 A descrição das representações

A ferramenta adotada permite averiguar como se desenvolvem a construção das novas representações sociais no ciberespaço. Toda a narrativa é composta de cinco elementos de acordo com Gancho (2003): **a história, as personagens, o tempo, o lugar e o narrador**. Neste estudo estes elementos são verificados considerando também os recursos técnicos de cada dispositivo tecnológico.

Nas listas de discussão as mensagens compõem a grande narrativa dos vários tópicos do tema geral da lesbianidade. Mas serão analisados pequenos trechos que formam alguns destes tópicos. Eles se desenrolam com um **enredo** iniciado pela exposição dos fatos, das personagens e alguns casos do tempo e do espaço que situam a história. O conflito O **conflito**, o elemento estruturador da história, se desenvolve em cada uma destas micro-narrativas até seu **clímax** com um desfecho. As **personagens**, em grande parte são protagonistas da história

e **narradoras** contando experiências atualizam suas experiências. Encadeadas, as mensagens misturam o **tempo**: ora é aquele da memória, ora é o do presente vivido e ora é aquele reatualizado e transformado pela contribuição de narrativas de outras personagens no debate. Da mesma forma, o **ambiente** sofre estas intervenções nas listas de discussão. Cada narrativa analisada neste estúdio tem um **assunto** (a concretude da história) um **tema** (a abstração que dali se depreende) finalizando com uma **mensagem** ao leitor.

Nas listas de discussão as narrativas sobre um mesmo tema tem várias narrativas paralelas de experiências assemelhadas. Juntas elas compõe um painel de exposição de argumentos a serem utilizados no cotidiano offline das participantes. Nesta esfera temática virtual elas vão construindo novas representações da homossexualidade feminina. Nos sites, as publicações digitais próprias, os argumentos são expostos, também numa grande narrativa, para contrapor-se à visão hegemônica da sociedade. Elas criam significados sociais que ajudam a alterar preconceitos e estigmas. As personagens, reais ou fictícias, expressam o dia-a-dia onde acontece a trama real do mundo da vida em que assumir-se lésbica significa ficar exposta aos julgamentos ditados pelas regras da heterossexualidade.

Na memória coletiva que vai sendo tecida pelas opiniões, pelos símbolos, histórias de personagens e ídolos identificados com esta proposta, são traduzidas as identidade lésbica marcadas por assumirem a diferenciação que lhes é imposta. Já os relatos do ativismo demonstram como o combate à homofobia é encaminhado em ações coletivas para alcançar direitos que reconheçam a diversidade. Em seu conjunto as pequenas narrativas vão compondo a esfera pública virtual.

*“Pero el niño futuro
nos dirá algún secreto
cuando juegue en su cama
de luceros.
Y es fácil engañarle;
por eso,
démosle con dulzura
nuestro sueño.
Que el topo silencioso
del presentimiento
nos traerá sus sonajas
cuando se este durmiendo”.*

El Presentimiento, Federico Garcia Lorca.

6 NARRATIVAS LÉSBICAS NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

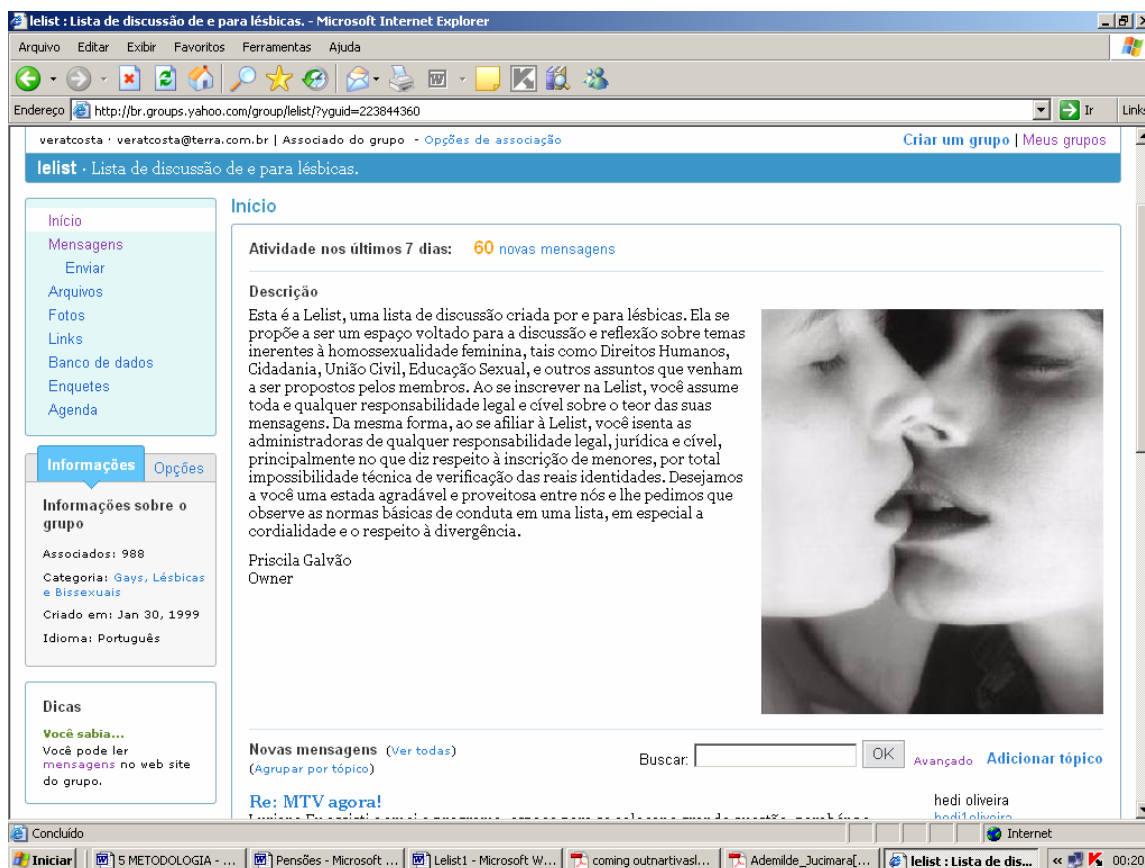
Neste capítulo são apresentados os resultados das análises realizadas nas duas listas de discussão, *Lelist* e *AB-L* e nos dois sites, *Manual da Lésbica Contemporânea* e *Um Outro Olhar* selecionados para o estudo.

6.1 LELIST: a solidariedade contra o preconceito

Criada em 31 de janeiro de 1999 para ser uma “lista de discussão de e para lésbicas”, a *Lelist* é uma comunidade de 940 associados, tem alguns ativistas do movimento homossexual masculino. Abrigada no diretório de grupos do portal Yahoo, têm movimentação consistente – média mensal de 340 mensagens – chegando a 41.371 ao final de janeiro de 2008. As regras de participação foram escolhidas entre os modelos ofertados pelo próprio portal. Ela está visível na categoria de Gays, Lésbicas e Travestis, tem associação mediante aprovação do responsável pela lista, e permite livre postagem de mensagens dos associados. Os endereços de e-mails não podem ser ocultados pelos associados. Priscila Galvão, atual coordenadora da lista, esclarece no texto de abertura que o espaço se destina à discussão e reflexão sobre temas inerentes à homossexualidade feminina como direitos humanos, cidadania, união civil e educação sexual, ficando aberta a outros assuntos. A lista também está no *Orkut*⁶⁰ e possui camisetas com modelos próprios para desfiles e paradas. A lista consolidou e aproximou suas participantes que mantêm encontros esporádicos, tendo também camisetas com a logomarca criada por uma delas (ANEXO B). Em página virtual do portal Yahoogroups são mantidos arquivos digitais contendo fotos, informações, cartilhas e outros dados de interesse da comunidade virtual (ANEXO C).

⁶⁰ <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=30792566>

Figura 1 “LELIST”



Em seus nove anos, a *Lelist* transformou-se numa comunidade sólida com participantes de todos os estados brasileiros (algumas no exterior) que buscam partilhar experiências e trocar solidariedade. Aquelas que contribuem mais assiduamente são mulheres acima dos 30 anos, de perfil profissional variado e de classe média. Muitas mantêm longos casamentos, têm filhos (adotados ou de relacionamentos heterossexuais anteriores) e assumem a identidade lésbica. Debates sistemáticos com argumentos e contra-argumentos constroem senão o consenso, o entendimento partilhado dos temas fixados pela mensagem de abertura da lista repercutindo nas interações sociais *offline* das participantes. Entre argumentos,

desabafos, ponderações, críticas e conselhos são gerados os laços de solidariedade que impulsionam o apoio constante. E que já resultaram em alguns casamentos.

Vários assuntos são recorrentes na história da comunidade e, entre eles, a destacam-se a exclusão social e a mídia. Discriminação, estereótipo, estigma, preconceito e lesbofobia são sinônimos usados para exprimi-los. Sob dois parâmetros – conteúdos dos títulos e conteúdos internos das mensagens – a busca no banco de dados da *Lelist* explicita a relevância deste tema como demonstra a tabela abaixo. Os dados, bem como as narrativas aqui examinadas, referem-se a todo o período de existência da lista permitindo avaliar pequenas micro-narrativas formadoras da história da lista.

TABELA 1-

Ocorrência dos termos na lista no período 1999/2008o

	Título	Conteúdo
Discriminação	193	2742
Estereótipo	17	657
Estigma	04	270
Lesbofobia	34	87
Preconceito	330	4040
Total	578 msg	7796 msg

Num tom humorado, uma mensagem serve de prólogo a esta análise e resume o caráter das novas representações sociais desejadas: mulheres comuns que amam mulheres.:

Dom, 4 de Jan de 2004 2:37 am

Eu não sou um estereótipo

[...] Ah.... por último quero dizer que não sou um rótulo, não sou um modelo – um estereótipo....e acredito que todas aqui não querem carregar um estigma de sapa, entendida, moranguinha, machorra.....seja lá o nome que se der....Porque eu tenho dias de salto agulha altíssimo, mas não dispense os meus tênis também!! Adoro todas vocês... Beijocas em Toneladas: Um ano cheio de amor e cumplicidade

Dada à significação sinonímica dos diversos vocábulos foi escolhido um deles para ilustrar a análise. Em apenas quatro mensagens trocadas em três dias consecutivos, mantendo o título “Preconceito”, forma-se a narrativa cujo **tema** é o preconceito na cidade do interior, o **assunto** é medo em revelar-se à família e a **mensagem** é a solidariedade. A **protagonista** é a autora da mensagem inicial, uma cearense interiorana, de 24 anos, filha de um homem público da cidade. Em seu desabafo, relata uma história local que toma como argumento para esconder sua condição:

Seg, 15 de Mai de 2006 9:14 pm

Preconceito! Preconceito!

[...] No domingo, estava conversando com meu pai e ele estava triste com uma situação q ocorrera com um amigo dele. Esse amigo dele tem uma filha +/- da minha idade. Então, a filha foi pra uma festa com uma amiga e qdo retornaram, q foram dormir, esqueceram a porta do quarto aberto. Então, começaram a namorar, a trocar carícias e o pai dela passou e viu td. P ele, foi a maior decepção q tivera na vida. Ele falou q ã tinha mais filha, que ele sempre deu td q ela queria, mas ela ã queria proceder, queria era ser sem-vergonha e a expulsou de casa e ela foi morar em outro estado. E meu pai comentou o seguinte: "como é q pode uma coisa dessas? um homem desses de moral, não merece uma coisa dessas, sempre deu o melhor pros filhos. Olhe só o q os filhos fazem os pais passar?". Em fim... td isso mexeu mt cmg e me deixou mt triste em ver q nem minha própria família me apoiaria em uma situação dessas... Só gostaria de dividir minha angústia com vcs... bjs e boa semana a tds”.

No dia seguinte as personagens secundárias se apresentam estabelecendo vínculos com a protagonista e oferecendo ajuda. A primeira propõe a utilização de outro dispositivo do ciberespaço - serviço de mensageria *online* – para comunicação direta e instantânea:

Ter, 16 de Mai de 2006 9:18 pm

Re: [Leslist] Preconceito! Re: [Leslist] Preconceito!

Meu nome é xxx. Já estou na lista há algum tempo e sempre vejo historias como essa serem contadas... Fico muito triste ao ver garotas como vc enfrentando problemas como esse. Passei por coisa parecida tb e sei bem como a tua cabeça deve estar. Estou morando em Fortaleza há algum tempo já e se vc quiser conversar um pouco com alguém que conhece um pouco a tua historia e esta por perto me add no MSN _Fica com Deus. Um grande abraço a todas as garotas da lista

No desenvolvimento do enredo, surge uma **personagem** diferenciada – a ativista – oferecendo ajuda e solidariedade. Sua mensagem contém uma pequena narrativa autobiográfica estabelecendo identificação e construindo, para a protagonista, um novo significado para a dificuldade: a superação.

Qua, 17 de Mai de 2006 10:05 am

Re: [Leslist] Preconceito! Re: [Leslist] Preconceito!

Olá companheira, moro em Fortaleza e milito no movimento LGBT's da capital. Aqui existe um grupo muito bom chama - se LAMCE (LIBERDADE ENTRE MULHERES DO CEARÁ), é um grupo que além de compartilhar as angustias das militantes atuam em defesa de nossos direitos. Camarada ha um tempo atrás fui processada por CORRUPÇÃO DE MENORES, pela mãe de uma ex - namorada, foi difícil, vale salientar que na época tinha 19 e minha companheira 17, ou seja um a mais e um a menos que 18 enfim, passei por todos os constrangimentos possíveis, expulsa de casa, demitida do emprego, depor na delegacia do menor...Enfim! Hoje tudo mudou, passei por tudo só , com ajuda dos fieis amig@s, tenho respeito da minha família, e milito na causa. O que posso lhe dizer que estou aqui e se vc precisar conversar pode contar, se quiser o contato do Lamce podemos fazer contato, fique bem e saiba que tudo passa...Saudações Socialistas e Feministas.

A **mensagem** final deste pequeno **enredo** – cujo **desfecho** não foi comunicado à lista por nenhuma das envolvidas (a apuração realizada nas mensagens enviadas por todas à lista embasa esta afirmativa) – está na última manifestação, transcrita abaixo, da série, Nela, uma quarta personagem identifica na história de vida da ativista a conduta modelo a ser seguida por todas: perseverança e luta. Nela está implícita outra faceta das representações sociais elaboradas: a prática da homossexualidade como um direito individual que merece ser respeitado e reconhecido socialmente.

Qui, 18 de Mai de 2006 3:18 pm

Re: [Leslist] Preconceito!

Não podia deixar de parabenizar a você pela coragem, pela garra pela luta para fazer com que nosso universo entendido fique melhor. Pessoas como você merecem todo nosso respeito. Sabemos que não é fácil a luta contra uma sociedade arcaica. Não é fácil lutar contra uma sociedade machista. Um grande abraço desta mineira que admira todas as mulheres que lutam para ser pelo menos respeitadas em suas escolhas.

Justamente o sentimento de pertença criado concede às participantes a liberdade de utilizar expressões e conceitos combatidos pelo movimento lésbico, como o termo “escolha”. Um pequeno manual, elaborado pela extinta ONG Pró-Conceito dedicada ao monitoramento da mídia, alerta que os termos opção, preferência ou escolha são “problemáticos” podem sugerir que a homossexualidade é uma doença. A expressão indicada é orientação sexual.

A importância da mídia na formulação de novas representações sociais ou na sua transformação é essencial sendo avaliado em várias narrativas. A informação e a ficção televisiva recebem a maior atenção por sua repercussão social. No conjunto a mídia é considerada uma potencial aliada que deve ser constantemente monitorada. Os enquadramentos do jornalismo, seguidamente, transformam a mídia em **antagonista** da visibilidade positiva que desejam projetar. Superficialidade ou o reduzido registro de suas manifestações públicas como as caminhadas e marchas em torno do Dia da Visibilidade Lésbica são assuntos recorrentes. O monitoramento se traduz em ação direta como esta narrada numa mensagem à lista. Nela está o **fato**: a ação da protagonista; o **tema**: a reportagem publicada pela revista Galileu em dezembro de 2007; o **assunto**: o uso inadequado de terminologia; o **enredo**: a iniciativa da **protagonista-narradora**; seu **desenvolvimento**: a carta enviada com os argumentos; o **clímax**: a resposta recebida e o **desfecho** é o relato final à comunidade. Sua **mensagem** final indica a necessidade de intervenção junto à imprensa para alterar os enquadramentos desabonadores.

Qua, 6 de Fev de 2008 2:52 pm

AMigas, Mulheres, Companheiras e companheiros ENcaminho para vcs a resposta que recebi da Revista Galileu pela carta que enviei a esta revista que se diz científica, pelo uso incorreto da palavra homossexualismo.

Resposta da revista

Tue, 5 Feb 2008 14:38:37 -0300

Agradecemos muito pelo seu e-mail. Nele você nos chamou a atenção para o termo homossexualismo, que deveria ser substituído por

homossexualidade. Esclarecemos que sua mensagem foi encaminhada aos nossos editores. Somos muito gratos pela sua colaboração. Um grande abraço. Luiz Francisco A. Senne. Secretário de Produção.

Mensagem enviada à Revista Galileu:

Caros e caras jornalistas da redação de Galileu: O termo homossexualismo, assim com o sufixo ismo, há muito não é utilizado para definir o ser homossexual. A informação correta, contemplando a evolução, os avanços científicos e sócio-culturais são, tenho certeza a prática da revista Galileu. O uso do sufixo "ismo" não é uma simples questão de semântica, é uma questão de correção (qualidade, atributo do que é correto). Conforme deve ser do conhecimento desta redação, em 1985, ao ser revisado o CID-10, Código Internacional de Doenças, 10ª edição, o homossexualismo deixou de ser considerado distúrbio mental, e também foi excluído pelos cientistas do DSM IV, Manual de diagnóstico e estatísticas, da categoria de transtornos mentais. Assim, deste momento em diante, o homossexualismo perde o sufixo ismo, que caracteriza uma patologia, e ganha o sufixo dade, que determina uma qualidade, estado de ser. Portanto quero ressaltar que, o que aqui digo, não tem nada a ver com regras gramaticais, mas tão somente sobre o fato de que durante séculos o termo "homossexualismo" na verdade estigmatiza os homossexuais. Favor evidenciar isto junto aos seus revisores, e colocar em prática o manual que a ABLGT distribuiu entre a mídia de nosso país. Este país tão ferreamente ligado ao preconceito, e a desinformação.

O enquadramento de uma matéria publicada na editoria *Comportamento* da Revista Veja, em março de 2004, sobre a tendência de troca de carícias entre as adolescentes foi criticamente analisada na comunidade.

Ter, 9 de Mar de 2004 8:01 pm

Eu, pessoalmente não gostei desta matéria pq acho que eles banalizam a questão do gostar, enfatizam que é um modismo. Eu vou é mandar um e-mail prá Veja protestando. Será que estou errada??? Mas entendi assim até comentei o assunto com o meu pai, e ele concordou comigo. (Não sou assumida)Bjs

Qui, 11 de Mar de 2004 3:35 am

A maioria destas revistas semanais, como a Veja, trata destes assuntos com a usual superficialidade. De qualquer forma, eles observam que foram necessárias muitas mudanças para que algumas meninas 'experimentassem', sem maiores traumas. Claro que fizeram generalizações grosseiras, como esta: *O lesbianismo pressupõe um desejo intenso de uma mulher por outra. Não é o caso dessas meninas.* Uma coisa que realmente me incomodou foi o fato de que todas as possíveis reações dos pais levaram o leitor a pensar que ou os pais acham que é algo passageiro e que não irá desviar sua filha da esperada (normal, santificada) heterossexualidade, ou ficam preocupadíssimos. Faltou a presença daqueles pais que vêem a homossexualidade como uma variante da heterossexualidade e acham

válidas as experiências da adolescência para que sua filha descubra o que ela realmente quer. Cadê? Claro que existem, mas a matéria nem tocou na possibilidade. Ficou uma coisa assim, meio: 'Não se preocupem, leitores, assinantes: é coisa que dá e passa, sem maiores conseqüências.

As telenovelas que enfocam a lesbianidade incitam debates na comunidade diante da repercussão massiva que provoca na sociedade. *Mulheres Apaixonadas*, transmitida em 2003 pela Rede Globo de Televisão, colocou em cena um jovem casal de meninas – Clara e Rafaela – que ocupa dois momentos do debate. Em maio, quando a trama ainda estava pouco desenvolvida, a comunidade cria sua narrativa com dezessete **personagens** num **enredo** de **dois assuntos**: a lesbianidade e as mudanças no preconceito de geração a geração. Provocadas por uma iniciante na lista, as **narradoras** manifestam -se:

Qui, 15 de Mai de 2003 7:21 pm

ola eu tenho acompanhado a novela sim. Não tenho visto nada além do que eu esperava, é evidente que o autor não vai comprar uma briga com a sociedade e mostrar a nossa verdadeira identidade.Beijinhos

A mesma avaliação é compartilhada pela segunda narradora, mas com ressalvas:

Sex, 16 de Mai de 2003 1:14 pm,

Olá e Seja Bem-Vinda!!!! naum vejo mto a novela naum, mas pelo o pouco q eu vejo, a relação das duas é tratada superficialmente, sem nenhuma questão mai profunda. Beijos, nem pensar... Já foi falado pelo autor... Novela, já viu, né??? A Globo mostra o q quer mostrar... Naum espere mta coisa naum... Mas só pelo fato de se mostrar isso em uma novela em horário nobre, já é uma gota no imenso oceano da luta homossexual...

Ainda dentro do desenvolvimento do enredo da narrativa comum, outra mensagem reafirma os comentários e relata o impacto da novela junto à própria mãe a quem ainda não se revelou:

Sex, 16 de Mai de 2003 4:31 pm

A novela não está mostrando muita coisa, mas a minha mãe ainda fica indignada quando vê. acho legal pois ela está vendo que a suposição que ela faz de mim não é tão estranha assim!

Aquelas, cujas mães sabem mas não aceitam, a novela causa incômodos:

Sex, 16 de Mai de 2003 6:03 pm

pior de tudo eh quando aparece aquele menino (rodrigo, filho do médico) dando em cima da clara/rafaela eminha mãe solta aquela frase básica: "tá vendo, isso eh q eh o certo !" eu mereço...rs..

O enredo *online* é sacudido por um **conflito** e introduz novo **assunto** inesperado já que não era objetivo intencional da narradora.:

Sáb, 17 de Mai de 2003 9:10 am

Acredito que os jovens sejam mais relevantes nesse ponto de vista (me refiro aos jovens normais e não a esses pitt boys ignorantes e marginais). As pessoas demais idade têm dificuldades ainda de aceitar. E outra coisa que notei é que sempre que o homossexualismo é abordado em novelas ou séries, geralmente usam mulheres, usam um casal lésbico e não um homo. As mulheres teriam mais aceitação.

Cinco mensagens subseqüentes ligam as mudanças das representações sociais da homossexualidade à questão geracional fazem questionamentos sobre o conservadorismo identificado entre os jovens:

Dom, 18 de Mai de 2003 9:01 am

“[...] Quanto à idade das pessoas mais preconceituosas, não sei não. Mesmo depois de ter parado de dar aulas, tenho conhecido adolescentes bem conservadores... Ainda estamos em uma fase de transição e no ambiente em que pessoas de 12, 15, 17 anos vivem hoje ainda há bastante homofobia. E, às vezes, pessoas mais velhas tiveram mais tempo de rever sua forma de pensar e sentir o mundo, e de questionar alguns preconceitos”.

Outras mensagens relatam a rejeição dos jovens em faculdades, escolas, bares e locais públicos. O desenvolvimento da trama televisiva é acompanhado ocasionalmente, mas seu final é comentados com várias mensagens revelando desconforto pela timidez no tratamento da lesbianidade dada a ausência de cenas homoafetivas mais significativas – as personagens Clara e Rafaela não trocam carícias mais íntimas durante a trama – escondendo a prática da sexualidade. O debate envolveu quinze participantes e apresentou dois enfoques sobre a visibilidade proporcionada na novela. Um questionou os benefícios da exposição:

Ter, 3 de Fev de 2004 8:24 pm

Mas acho que aquele selinho poderia, sim, ter acontecido antes do final! Que o namoro poderia ter sido só um pouquinho mais maduro e explícito... sem precisar chocar ninguém..tendo a achar que perdemos uma grande oportunidade de avançar um pouco mais e com essa atmosfera do *quase*, corremos, o risco das pessoas acharem que enquanto não estiver explícito, enquanto não estiver na rua ou perto delas, tudo bem... e isso pra mim não é conquista...

Já outro, mesmo reconhecendo os argumentos contrários, ressalva a oportunidade oferecida dentro da engrenagem comercial que pauta os produtos de entretenimento de massa:

Ter, 3 de Fev de 2004 8:59 pm

Mas, também acho que, antes de nos revoltarmos com a novela, autor e emissora, temos que ver como reagem a opinião pública e os patrocinadores, que são os que realmente mandam. Existe todo um fator financeiro que influi muito na questão, como sabemos. Na maioria das vezes, fica muito difícil que "somente" 10% do público exija um filão maior, se boa parte dos outros 90% é formada por reacionários e lutam contra, com todas as suas forças. Eles são a maioria, então temos que ir nos contentando com migalhas num primeiro momento, sob pena de nem termos chances de lutar se eles, os donos do dinheiro, desistirem.

A esperança na contribuição das telenovelas na mudança de preconceitos e estigmas é reacesa pela trama de *Senhora do Destino* transmitida pela mesma rede de televisão no ano seguinte. A trama de Jeniffer e Eleonora é acompanhada com atenção, inclusive com gravações domésticas e enviadas àquelas que não puderam assistir capítulos decisivos. A “saída do armário”, a revelação à família, a formação de uma nova família pelo casal e a adoção de um bebê são comentados periodicamente. A cena da relação sexual, insinuada, entre as duas personagens tem maior repercussão e instala um debate significativo. Examinadas em seu conjunto, as quarenta e duas mensagens trocadas compõe o **enredo** pontuando pelo conflito e pela cooperação entre as narradoras em todo o seu **desenvolvimento**.

Sex, 26 de Nov de 2004 5:54 pm

achei a cena sem graça, não teve nada de diferente das demais cenas já exibidas.....gostaria de ver a cena real.....se alguém pudesse comentar o fato!!

Sex, 26 de Nov de 2004 6:16 pm

A cena real na novela das 8????? No Brasil????? De qualquer forma ,concordo com que já li ao longo do dia, em outras : que talvez a intenção do autor tenha sido justamente contrapor a delicadeza. a sutileza da cena das 2 com a explicitude e crueza das cenas de sexo envolvendo casais hetero na novela, como as da personagem da Renata Sorrah, por exemplo Pessoalmente, achei que o autor /diretor acertaram em cheio Beijos

Sex, 26 de Nov de 2004 6:51 pm

Gente, uma coisa de cada vez, nè?Não adianta querer passar do ostracismo total para um tratamento nu e cru de TODA a realidade de uma relação homossexual. Acho que a cena de ontem, não deixando nenhuma dúvida de que houve uma noite de amor compartilhada entre as duas, um grande avanço.Devagar e sempre!

Sex, 26 de Nov de 2004 1:26 pm

O ruim é isso, que ainda hoje seja preciso ter "justificativas" para que cenas como essas possam ir ao ar!(Ao contrário do que costuma acontecer, TODAS as cenas de casais apareceram nesse capítulo, inclusive as delas, que perto das outras não tiveram nada de mais).

A estratégia discursiva de uma nova **narradora** ao relacionar maior realismo com pornografia estabelece novo sentido para a visibilidade e ganha a adesão.

Sex 26 de Nov de 2004 2:32 pm

Pelo visto, parece que há algumas que fazem a apologia do "sexo explícito" entre mulheres na novela das 8... Pessoalmente, não compreendo o objetivo, e repudio veementemente essa hipótese, que não passaria de uma exposição para o público careta e "vouyeur", ávido para tornar o tema escandaloso e distorcer a realidade do que é o amor entre duas mulheres.O que está em jogo aqui afinal? O "AMOR" entre duas mulheres, ou o "SEXO"? Tudo bem, se nós virmos o sexo como consequência desse amor, nada mais natural. Nos grandes filmes de amor da história do cinema, se todas se lembrarem, mesmo entre heterossexuais, o "sexo explícito" foi dispensável, foi acessório, para além de algumas cenas mais ou menos íntimas, não por falso pudor ou moralismo, mas sobretudo por uma questão estética, opção artística, e por uma razão fundamental : É DESNECESSÁRIO. Se como todas escreveram as meninas confessaram mutuamente o seu amor, assumiram-no perante a família e o consumaram sexualmente - o que o diretor deixou claríssimo ao filmar as duas na cama - o que é que queriam mais? As duas nuas numa exposição ostensiva da sua intimidade? Discordo totalmente. A intimidade é mesmo isso: íntima, e a intimidade entre duas mulheres é (desculpem os homens) muuuuuuito especial.

Sex, 26 de Nov de 2004 11:05 pm

Pensei muito a respeito do que vc escreveu. Concordo plenamente. Minha opinião era completamente contrária a sua, talvez por ter uma necessidade

enorme de fazer algo, de ver as coisas se transformarem por aqui. No entanto, tua análise me fez refletir e perceber as coisas de um outro ângulo. Beijos e obrigada.

Três anos depois (2008), a possibilidade de novo casal lésbico na novela *Duas Caras*, também da mesma rede, provoca desabafo e alertas:

Dom, 18 de Nov de 2007 1:07 pm

A presença de personagens glttb em novelas já se tornou um fato corriqueiro. Já não somos "invisíveis" como há anos atrás. O que condiz mais com a realidade, afinal estamos em todos os segmentos da sociedade, Contudo.. deixo aqui duas observações/reflexões: - Se por um lado, não somos mais retratados exclusivamente como desequilibrados marginais, por outro, o estereótipo ainda persiste - Não somos mais ignorados pela mídia, mas viramos um espécie de "pé de coelho", uma "carta marcada", cuidadosamente guardada na manga dos autores de novelas, em sua busca incessante dos hipervalorizados pontinhos no ibope". Damos ibope, agora! E, segundo a notícia, a personagem lésbica será uma stripper e viverá cenas tórridas com outra mulher. Vai dar um "upgrade" no ibope ou não vai ?!

As mensagens da lista, encadeadas por temas e assuntos, reafirmam a comunidade de socialidade e solidariedade com troca de argumentos num linguajar simples, muitas vezes permeado pelo senso comum. A liberdade de expressão, o respeito à divergência, e a busca de entendimento caracterizam a *Lelist* como arena temática virtual da lesbianidade. Nela são elaboradas novas representações das relações homoafetivas femininas vistas como um direito a ser respeitado. Nesta perspectiva a visibilidade midiática, no noticiário ou na teledramaturgia, é essencial para romper os preconceitos. Portanto, na troca de argumentos elas buscam para a lesbianidade uma face visível na afirmação da sua diversidade.

6.2 “MANUAL DA LÉSBICA CONTEMPORÂNEA”: saindo do armário com cautela

Figura 2: “Manual da Lésbica Contemporânea”



Apenas quatro dias no formato de blog bastaram para que as duas responsáveis pelo *Manual da Lésbica Contemporânea* decidissem transformá-lo num site. É que uma pequena nota na coluna Bolacha Ilustrada, mantida por elas no portal MixBrasil⁶¹ (provocou um número de visitas além da capacidade técnica de tráfego do mantenedor do blog.. No dia 18 de setembro de setembro de 2007, Beatriz Almeida e Helena Moraes lançaram o site de design simples que abusa das cores lilás e roxo, com links internos para colunas e um fórum de discussão criado simultaneamente. Dele provém as outras cinco colaboradoras voluntárias envolvidas na manutenção e atualização do site.,os conteúdos e orientações para o tratamento dos assuntos contribuindo para a popularidade do *Manual* com uma média de 30 mil visitas mensais.

De todas as narrativas emerge uma faceta das novas representações sociais que as lésbicas criam de si: desconstituir a lesbianidade como um fator identitário essencial. No

⁶¹ <http://mixbrasil.uol.com.br/mp/index.shtml>

cotidiano esta orientação inclui diversas regras e, entre elas, a de evitar transformar-se num estereótipo e a de vivenciar exclusivamente os espaços homossexuais em busca de identificação, de parceiros sexuais ou relações afetivas mais duradouras. O último capítulo do *Manual* resume este argumento:

“Não adianta fugir do mundo. Eventualmente, você vai se deparar com ele. É impossível ser uma lésbica contemporânea e não freqüentar, ainda que ocasionalmente, um point gay badalado. Você corre risco de fazer parte do mundo por osmose. Apenas tenha o cuidado de lembrar sempre de quem você é. Não fuja da sua essência e tente ser algo diferente: não funciona, não lhe fará bem e só criará em você uma frustração imensa por tentar ocultar sua verdadeira face. Esconder-se atrás de falsos estereótipos criará em você aversão à intimidade, deturpará seus valores e fará com que você perca seus referenciais pessoais.”

“O mundo gay não é uma forma de apaziguar a sua dor”

“O mundo dentro do mundo não é o rebuceteio *per se*. É um pequeno universo de valores deturpados e lugares limitados, onde as pessoas vêm com normalidade coisas que não deveriam ser vistas. É como uma dimensão paralela, como um universo à parte. Depois de certo tempo nele, você parece se sentir em casa. O sentimento de liberdade e a idéia de que nada é proibido podem ser inebriantes. É o mundo dentro do mundo que acaba originando o rebuceteio.”

“Lembre-se de que há um universo bem maior longe das baladas e das mulheres: você tem responsabilidades, um futuro, uma carreira. Você é mais do que a sua sexualidade.”

O **tema** central das narrativas é a “saída do armário”, desde o momento da dúvida sobre a sexualidade até à relativização da lesbianidade como determinante da identidade, desenvolvido como uma grande narrativa em sete capítulos num tom confessional e brincalhão pelas **narradoras protagonistas**: Beatriz e Helena. Cada um destes capítulos trata de um **assunto**, contem **enredo** e **trama**, **personagens secundários** e traz uma **mensagem**. As narrativas são experiências vivenciadas que servem de argumentos para as sugestões e conselhos ao seu público - cerca de 80% dele na faixa entre os 15 e os 29 anos de acordo com uma pesquisa informal elaborada pelo Manual – que constitui uma comunidade atuante no

fórum de discussão anexo além de outra menor no site de relacionamento Orkut⁶². E, assim como as demais comunidades analisadas, mantém encontros do grupo mais próximo de colaboradoras. Já na há um alerta que as narradoras adotam pseudônimos porque, apesar de assumidas, desejam preservar o anonimato em certos círculos mostrando coerência com orientações que vão distribuir nos diversos capítulos. O objetivo do Manual é servir de guia para as lésbicas nos “freqüentes atropelos emocionais da vida no mundo gay” de forma leve e brincalhona:

“Gostaríamos, antes de qualquer coisa, de esclarecer que nosso objetivo é inteiramente lúdico. Nada do que iremos falar daqui por diante é baseado em estudos ou pesquisas científicas, apenas em experiências pessoais nossas, ou de nossos amigos e conhecidos. No final das contas, é apenas um resumo bem humorado de nossas aventuras pessoais e visão do meio gay que, no final das contas, é bem mais amplo do que parece. Beatriz e Helena.”

Os capítulos trazem os seguintes assuntos: 01- Eu sou Gay – Bônus: Convertendo; 02 – Reconhecendo as Aliadas; 03 - Saindo do Armário Sem Ser Vista, 04- Melhorando a sua Auto-Imagem; 05 - Criando um Círculo de Confiança (Parte I e Parte II) ,06- Modernidade: E-Raxas e 07- Um mundo dentro do mundo.Em todos eles as duas narradoras são protagonistas de experiências – positivas e negativas - que servem de argumentos aos conselhos emitidos nas mensagens finais.Cada capítulo tem a contribuição intercalada de ambas demarcada pelos destaques “ Beatriz fala...” e “Helena fala...” para esclarecer a autoria do texto.

No terceiro capítulo o **assunto** é a saída do armário junto à família, aos amigos e aos colegas de trabalho com um texto de Beatriz retomando a narrativa do primeiro capítulo onde contava seu primeiro namoro lésbico:

“Uma vez terminado o meu namoro, comecei a freqüentar “chats” lésbicos no Mirc (sim, faz tempo) e a ir para barzinhos com o meu “casal amigo”. Já

⁶² <http://www.orkut.com/Profile.aspx?uid=13939750594529358890>

estava outra vez namorando rapazes, mas sentia falta de conversar com meninas a respeito de meninas.

Nossa, ainda posso me lembrar o frio na barriga, a mistura de arrepio e angústia que senti quando fui pela primeira vez à boate gay e vi todos aqueles homens e mulheres se beijando, com os go-go-boys dançando no palco. Logo na minha noite de estréia em boates GLS, eu reconheci e fui reconhecida por:

Meu ex-professor de matemática do cursinho. A bibliotecária do colégio em que eu estudara no primário. A esposa do melhor amigo do meu ex-namorado, muito bem acompanhada por uma jornalista de quase 1,80m!

Foi duro me adaptar, até que eu a conheci.

M Y R N A

A primeira mulher lésbica que tinha as características que eu admirava num homem. Bonita, bem sucedida, inteligente e completamente louca! Menos de três semanas após nos conhecermos, eu estava, outra vez, perdidamente apaixonada por uma mulher! Eu queria andar de mãos dadas na praia, beijar no meio da boate, ir de “primeira dama” pras festas do trabalho dela. E, acreditem, eu fiz tudo isso e muito mais, tendo, inclusive, que fugir correndo de uma rave para não ser esfolada por um grupo de homens tarados que insistiam em entrar no meio do nosso beijo.

E foi assim que eu sai do armário....”

O **enredo** inicia pela **exposição** das dúvidas acerca da sua sexualidade – namora rapazes e deseja ficar com as meninas – e expõe o **conflito interno** da protagonista. No desenvolvimento da história surge a **complicação** - característica das narrativas – na busca de sua afirmação lésbica: o encontro com pessoas que julgava hetero e que também a classificavam como tal. Em seguida o **clímax** do processo de sua identificação como lésbica: a nova namorada com que enfrenta até mesmo a violência. O **desfecho** está na frase final ela enfim assumiu sua lesbianidade.

A narrativa é parte de sua estratégia de estabelecer identificação com as mulheres que passam pelo mesmo processo, dando legitimidade para justificar os argumentos a serem expostos em todo o capítulo:

“Bom, eu comecei este capítulo contando um pedaço da minha história para que vocês entendam tudo o que NÃO se deve fazer para sair do armário sem ser vista. Assumir-se gay para si mesma é uma coisa, assumir para o mundo todo é muito mais complexo do que parece. Mesmo que você seja absolutamente decidida sobre a sua sexualidade, é interessante que você pondere todas as conseqüências acarretadas ao se “assumir oficialmente” antes de dar o próximo passo”.

Beatriz realça a importância da auto-identificação como lésbica mas alerta para as consequências da visibilidade pública estabelecendo a seguir cinco regras para evitar desgastes: buscar qualidade nos relacionamentos; não exceder na bebida quando estiver com a namorada em locais públicos héteros: não transformar a boate gay num motel porque aquele mundo é recheado de “fofoqueiros”; não citar namorados fictícios e sem esquecer o ciberespaço, recomenda cautela na exposição no Orkut, em blogs e fotologs.

A narrativa de Beatriz é sucedida pela de Helena reforçando o sentido que desejam criar para a saída do armário:

“A expressão “sair do armário sem ser vista” consiste não em se tornar uma eterna enrustida, mas em se assumir para si mesma e traçar metas. É você tentar organizar a grande bagunça emocional que carrega em mente, e projetar seus atos de hoje num futuro de amanhã. Assim, você poderá levar uma vida de respeito e não carregará o fardo que imagina aguardá-la”.

Ao final do capítulo torna a enfatizar:

“Não é porque você é gay que vai sair por ai desfilando com a bandeira do arco íris. Quem você leva pra cama é problema seu! Mesmo que você se assuma gay, discricão é a alma do negócio. Se você não quiser ser desrespeitada, não desrespeite. E tenha sempre em mente que você é muito mais do que as suas preferências sexuais.”

A família, que as lésbicas apontam como o local de maior incidência de discriminações e agressões de acordo com as pesquisas de CARRARA (2003, 2004,2006) merece um tópico especial. Helena expõe o enredo transformando seu público em **personagem** da narrativa num **ambiente** que tende a tornar-se **conflituado** pela revelação da lesbianidade: “Ao sair do seu armário, onde vc estaria? Em casa. A saída do armário começa em casa, e é na sua casa que você tem que pensar em primeiro lugar”. Antes da decisão de revelar-se definitivamente à família, Helena aconselha evitar mudanças bruscas de comportamento:

E qual o problema? O problema é que você acabou de sair do armário e ainda está definindo quem vai ser, os lugares que freqüentará, os amigos que terá... não é interessante ter que lidar com conversas familiares delicadas neste momento. Mantenha a harmonia dentro de casa durante o

início, você vai precisar do colo da sua mãe... sair do armário é difícil e desgastante para quem já tem os pré-conceitos da sociedade anexados ao superego gigante do subconsciente”.

À figura materna Helena atribuí as características e comportamentos padronizados no senso comum:

“Não minta para sua mãe. Todas as mães sabem quando os filhos mentem. É feito o gaydar, elas passaram 20 anos observando você... nem elas mesmas sabem como identificam uma mentira sua, mas elas o fazem. E se você começar a mentir diariamente, a sua mãe fará da sua vida um inferno – ou ficará louca e enlouquecerá você junto.”

Quanto à tornar pública a homossexualidade no local de trabalho, a prudência é o argumento fundamental de Helena utilizado numa narrativa ficcional que, simultaneamente faz de si e de seu público, as personagens do pequeno **enredo**.

“É segunda-feira pela manhã: onde você estará?! No trabalho/faculdade/colégio. E aí? Você precisa sair contando para todo mundo?
 - Fulano, me dá as anotações de bioquímica, por favor?
 - Aqui, Helena!
 - Por sinal, eu sou lésbica, tá?
 Não!!
 Você não anuncia que é gay, não tatua o arco-íris na testa e pinta o cabelo de rosa. Sossega! Você vai levar, profissionalmente, a mesma vida que levava antes.”.

O objetivo é conquistar adesão à neutralidade de comportamento sobre a homossexualidade para preservação profissional das lésbicas. Helena propõe uma estratégia discursiva: “Mantenha-se calada. Caso a sua opinião seja solicitada, limite-se a dizer “sou a favor de toda forma de amor”, ou “amor é sempre amor, desde que haja respeito”. Estas sim são respostas da lésbica respeitada”.

A mensagem é que a defesa pública da lesbianidade, no local de trabalho, reduz a respeitabilidade profissional. A postura defendida é uma maneira de contornar o que Foucault (1999) ressalta: os saberes científicos marcaram a homossexualidade como anormalidade, tornando-a essência do sujeito para definir toda a sua conduta. As representações sociais do

senso comum ancoram-se nesta concepção de anormalidade marcando os sujeitos como errados, invertidos. São pessoas com as culpas de caráter como salienta Goffman (1963), portanto, os atributos valorados costumeiramente nos locais de trabalho como competência, eficiência, energia, criatividade e iniciativa lhes são negados já que a “anormalidade” as retira, automaticamente, os demais atributos positivos. Esse capítulo foi colocado no fórum – a sua comunidade virtual – originando diversas mensagens que encadeadas constituem o **enredo** de novo **assunto**: Tolerância e aceitação. Estabelece-se um debate com os argumentos buscados em materiais do próprio movimento. Enquanto algumas denunciam a tolerância como atitude preconceituosa, outras a apontam como desejável fazendo apontando que a aceitação significa algo de ordem íntima a ser reconhecida pelas lésbicas. Uma colaboradora escreve: ‘Se não quiserem me aceitar porque sou lésbica, tudo bem. Eu não PRECISO da aceitação de ninguém! Mas EXIJO respeito’.

O site deixa claro sua mensagem como modelo de comportamento: cautela. Regras e dicas expostas são baseadas em experiências procuram mostrar que os passos para assumir uma identidade lésbica – para si mesmas e de maneira pública - devem ser examinados e adotados a partir de condições emocionais de cada uma. A bandeira do ativismo, tão cara a outras comunidades, não é apontada como primordial no combate ao preconceito.

6.3. AB-L: a cena do ativismo

A lista da Articulação Brasileira de Lésbicas, a AB-L, é uma comunidade de ativistas que se utilizam do ciberespaço para ações organizativas – estratégicas e pontuais – abrangendo desde propostas a serem encaminhadas à esfera pública política até o planejamento e a aplicação de cursos de qualificação de lideranças. Criada em maio de 2004, reúne 106 associados – entre pessoas físicas e grupos - que precisam de aprovação das moderadoras, inclusive para o envio da primeira mensagem (até o final de fevereiro de 2008

foram enviados 3.407 e-mails). Distribuindo informações ou recebendo denúncias e propostas à lista, composta também por homossexuais masculinos, é um instrumento de ampliação da rede política da entidade com outros grupos pelo país.

A história da AB-L está ligada ao Movimento D'Ellas, uma Ong criada em março de 1993, dentro do segundo momento do movimento homossexual brasileiro que busca a profissionalização de seus ativistas, elabora projetos e implanta atividades regulares. A maior parcela de sua sustentação provém de recursos públicos como a manutenção do Centro de Referência em Direitos Humanos GLBTTA, no Rio de Janeiro, que realizou mais de 500 atendimentos em 2007 prestando orientações jurídicas e assistência psico-social. A lista é, neste sentido, é uma forma de expressão político organizativa da AB-L no ciberespaço que inclui ainda uma comunidade no Orkut⁶³, tem uma página no portal Comuniles⁶⁴ e prepara um site próprio.

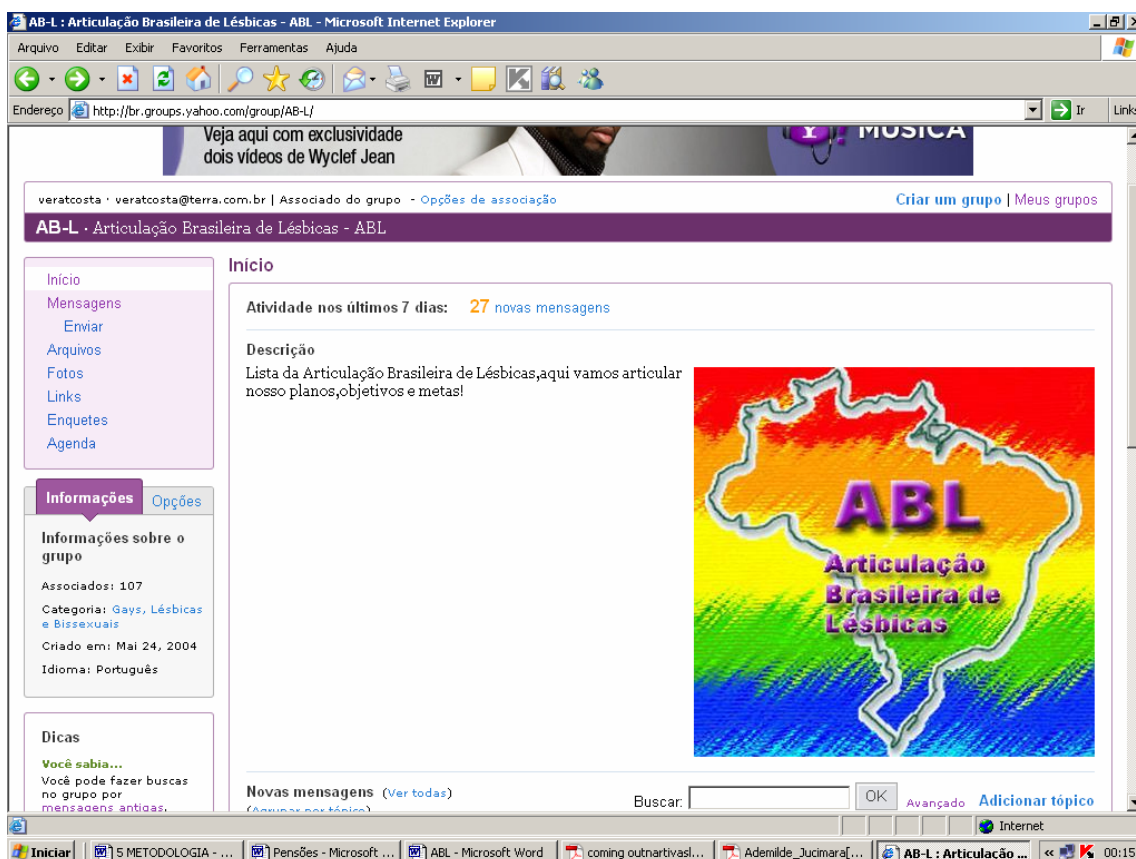
O **tema** central das narrativas da lista é a conquista de direitos de cidadania que contemplem a diversidade sexual. Divididas em **assuntos** com **enredos** sobre as demandas específicas, as mensagens da lista não trazem muitos debates e conflitos, mas contam a história da organização de uma parcela expressiva do movimento lésbico brasileiro. Duas prioridades tem sido centrais: a aprovação do PLC 122/2006, de criminalização da homofobia, no Senado Nacional e a I Conferência Nacional de Cidadania GLTB.

Em novembro de 2006 a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5003/01 incluindo na Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (também no Código Penal e na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) a homofobia como crime. No ano seguinte a proposta foi encaminhada ao Senado Federal tomando a designação de Projeto de LEI Complementar 122/2006. Desde lá, tramitou por várias comissões e entra e sai da pauta de votação geral provocando a indignação dos movimentos.

⁶³ <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=30792566>

⁶⁴ http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=28

Figura 3: "AB-L"



Profundamente ligada à ABGLT, que traça estratégias de ações gerais do movimento homossexual, a AB-L aproveita a lista para preparar e realizar atividades que atendam à especificidade das demandas lesbianas. Muitas vezes a proposta tem origem em outras listas de discussão, é enviada à da AB-L que a divulga e geram respostas de outras organizações afiliadas. O assunto deste **enredo** é a da utilização tática das conferências estaduais preparatórios à Conferência Nacional da Mulher em agosto de 2008 pela Secretaria Especial da Mulher do governo federal. As **personagens** são suas narradoras. Toda a trama começa com esta mensagem colocada na lista da regional nordeste do Projeto SomosLés, de capacitação de lideranças sob a responsabilidade da ABGLT, por uma alagoana:

04/07/07

Que bom q vc's do Lema conseguiram eleger 2 delegadas pra Conf. Estadual, mas não deixe de garantir a participação e a ida delas como delegadas pra Conf. Nacional da Mulher. É isso aí, assumir o protagonismo e garantir os espaços. Fiquem atentas as propostas que sairão nos grupos de trabalho, e não deixem de propor e de garantir q tenham propostas para as mulheres lésbicas em todos os Gt's, certo. Ah, vai aí uma dica: tentem aprovar em plenária uma Moção de Apoio à aprovação da PLC 122/2006, que tramita no Congresso, ok? Aqui na Conferencia Estadual nós conseguimos aprovação, dizendo que "Todas as participantes da Conferencia Estadual de Políticas para Mulheres no Ceará, pede ao Senado a aprovação do PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia (... PS Esta semana enviarei o relatório da Conf. Estadual daqui para todas!!!

Após a postagem desta mensagem, acompanhada de informações sobre datas dos encontros, novas **personagens** se apresentam como a ativista do LAMCE, grupo cearense:

Ter, 10 de Jul de 2007 12:47 pm

Meninas, a Conferencia Nacional de Políticas para Mulheres, vai acontecer de 12-17 de agosto, logo após o Seminário de Saúde GLBT que acontece 11 e 12 de agosto e um pouco antes da Marcha das Margaridas vai acontecer dia 21 e 22 de agosto. A todas que vão a algum desses eventos, seria ótimo que nos articulássemos para garantir a participação nos outros, não acham? Vou para a conferencia representando o LAMCE, e estou super a fim de participar da marcha das margaridas e também queria que a xxx, que vai para o seminário de saúde ficasse para a conferencia.... Alguém tem alguma idéia? uma casa pra alugar por uns dias ou um hotelzinho barato... acho que deve ter mais gente nessa situação, né? Beijocas.

O **enredo** do ativismo continua a se desenvolver com a reposta do LEMA-Grupo das

Lésbicas Maranhenses:

Ter, 17 de Jul de 2007 2:46

Sua sugestão foi muito bem vinda e conseguimos a moção de apoio na conferência. um cheiro.

O desfecho é a aprovação das moções nas conferências estaduais nordestinas desencadeando novo **enredo**: a busca de financiamento para passagens aéreas e hospedagem das delegadas. Dois meses antes haviam sido realizadas manifestações no dia 17 de maio, a

data internacional de protesto contra a homofobia com orientações detalhadas dos atos, materiais, contato com parlamentares, juízes e membros dos executivos estaduais.

As narrativas vão mostrando a organização do movimento lésbico para a criminalização, na esfera pública política, dos atos discriminatórios comentados e denunciados em comunidades de socialidade como a *Lelist*. A aprovação do PLC 122 não eliminará o preconceito, mas dará base legal aos processos abertos no Judiciário. A rede Internet criou as ações *online*, acionadas a todo o momento para exercer pressão:

Ter, 13 de Mar de 2007 10:22 am

Pessoal GLBT e ALIADAS

Assunto: **Votação da lei que proíbe a discriminação por orientação sexual.**

Precisamos agir rápido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH do Senado, prioritariamente. Na quinta-feira às 9:00 , na sala de reuniões número 02, Ala senador Nilo Coelho Anexo II, será votado a principal prioridade para nossa comunidade, o projeto que proíbe a discriminação por HOMOFOBIA. Os(as) Adversários já estão atacando. Ontem todos (as) senadores (as) receberam 15 e-mails cada um(a). Cremos que neste momento é fundamental mandar e-mail, Cartas e Fax para a comissão de Direitos Humanos <http://legis.senado.gov.br/reports/rwservlet>.

O outro **assunto** das narrativas da lista AB-L é a conferência nacional da cidadania GLTB e os encontros estaduais preparatórios.

Jan 2008 17:56:42 -0300

Assunto: [afiliadasabgt] Segue no aberto em anexo o regimento da conferencia nacional GLBT

Amigos/as: Não esqueçam de enviar ofício, telefonema, e-mail para o Chefe de Gabinete do Governador solicitando a publicação no diário oficial do estado da data, comissão da conferencia estadual GLBT que deve acontecer entre 15 de fevereiro a 15 de abril de 2008. Parabéns a Bahia que já marcou a data de sua conferencia estadual e de suas 13 conferencias regionais. Mendes Membro da Comissão Organizadora da I CN GLBT.

A partir daí seguem-se os relatos dos encontros que estavam sendo organizados em cada estado. As narrativas da lista também abordam outros aspectos que devam compor uma

cidadania da diversidade sexual. No conjunto elas prendem-se aos direitos concedidos aos casais heteros que lhe são vedados como: a soma de renda do casal para compra ou aluguel de imóveis, não admissão das parceiras nos planos previdenciários ou de saúde, ausência de direito à herança ou a pensão por morte das parceiras, etc. Ao propor esta mudança as ativistas estão tensionando para a mudança nas representações sociais acerca da cidadania com o reconhecimento da homossexualidade como um direito.

6.4 Um Outro Olhar: a memória da identidade

Na materialização da identidade coletiva a sua história e os símbolos e heróis são referenciais decisivos. A história consolida a memória do grupo, alinhava o presente ao passado e concede parâmetros ao futuro. Os símbolos são imagens que lhes dão unidade e as diferenciam na esfera pública. Os heróis são os personagens que dão vida à história. O site *Um Outro Olhar* é a expressão da identidade coletiva do movimento lésbico brasileiro marcando continuamente estes elementos. Pertencente à ONG Rede de Informação Um Outro Olhar (a ONG em que se transformou o GALF, o mais antigo dos grupos atuantes), o site destaca estes elementos compondo a narrativa do movimento lésbico brasileiro para reforçar a identidade coletiva. A jornalista Miriam Martinho, uma das primeiras ativistas do país, é coordenadora de ambos.

Figura 4: “Um Outro Olhar”



Elaborado em tom rosa, com a permanente animação de pequeninas aranhas movimentando-se na parte superior da tela, o design gráfico destaca o triângulo preto sobre a bandeira do arco-íris resgatando o significado da perseguição nazista às lésbicas e o símbolo internacional do movimento homossexual. Uma barra horizontal remete para explicações sobre a rede, comercializa espaços, vende produtos (camisetas e cartões- ANEXO D), oferece as publicações (cartilha e a coleção da extinta revista impressa) e ainda destaca serviços de assistência. Ao lado esquerdo, uma coluna vertical apresenta os *links* de navegação interna divididos em dois grandes blocos: seções e integração. No primeiro deles está o hiperlink *Símbolos & Dias* resgatando a memória do movimento brasileiro.

O centro da home-page inicial ratifica a identidade trazendo fotos e notícias sobre ícones internacionais contemporâneos como a atriz Ellen De Generes e sua companheira e a cantora americana K.D.Lang. Na seção Cultura, o destaque é a estréia da quarta temporada,

no Brasil (no canal Warner de TV a cabo) do seriado americano *The LWorld*, que aborda o cotidiano de charmosas lésbicas em Los Angeles, na Califórnia (USA). Este seriado, cuja sexta temporada está sendo gravada, é avidamente acompanhado e comentado por 2.240 associados da lista de discussão brasileira *TheLWorld-Br*⁶⁵, abrigada no Yahoo, que envia episódios das temporadas inéditas no Brasil e tem site próprio⁶⁶.

Um passeio entre o presente e o passado é a estratégia adotada no site para resgatar a história do movimento no Brasil. Na mesma seção Cultura, com indicações e resenhas de contos, poesias, vídeos, games, vídeos na Internet, músicas e fotos há críticas sobre filmes. Entre estas críticas, o site mantém o artigo de Rosely Roth, de 1987, sobre o filme *Vera*, de Sérgio Toledo, que é inspirado no livro autobiográfico *A queda para o Alto*, de Sandra Mara Herzer, pioneiras do movimento brasileiro.

A articulista e a escritora são **protagonistas** do artigo de Miriam Martinho: *Agosto – Mês da Consciência Lésbica* e da história do movimento brasileiro. Martinho é a **narradora testemunha**, apesar de não explicitar, e personagem da história. A estratégia da articulista é a de utilizar-se da narrativa de **fatos** históricos para justificar sua argumentação contra o dia 29 de agosto (encerramento do I SENALE) como data da visibilidade lésbica opondo o conceito de visibilidade ao de “consciência”.

Embora se queira restringir o mês de agosto à chamada visibilidade lésbica, a verdade histórica é que, por força do destino, o mês acabou congregando personagens e eventos ligados à formação da cultura e da organização lésbica no Brasil.

Duas histórias de vida, a de Sandra e a de Rosely que morreram no mês de agosto e o protesto contra os donos do Bar Ferro's e a prepotência policial compõe o **enredo**, que em seu desenvolvimento tem hiperlinks para as páginas internas objetivando reforçar e/ou esclarecer seus argumentos. Da biografia de Sandra Mara, egressa da Febem, destaca o contraste

⁶⁵ http://br.groups.yahoo.com/group/thelword_br/

⁶⁶ www.thelwordbr.com.br

aparente entre a escritora e poeta sensível e sua aparência masculinizada. O combate à estereotipia das “butches” é reforçado através do hiperlink para a entrevista com uma butch assumida. Rosely, a outra heroína, é uma antropóloga paulista destacada pelo seu ativismo e por ser pioneira da chamada política da visibilidade.

O protesto contra os proprietários do Bar Ferro’s, um boteco paulista freqüentado por lésbicas mas onde eram impedidas de distribuir seu jornal *Chanacom*, é revestido da mesma simbologia atribuída aos protestos de Stonewall. O paralelo traçado entre o simbolismo das datas – 19 de agosto no Brasil e 28 de junho em Nova Iorque – reforça o objetivo de marcar a identidade coletiva das lésbicas:

Ambas as datas têm muito em comum: ocorreram em dois grandes centros urbanos, Nova York e São Paulo, em tempos sombrios (no Brasil ainda vivíamos sob a ditadura militar), quando a homossexualidade era considerada doença, pecado ou sem-vergonhice e vítima de intensa repressão. Ambas as datas foram tiradas da plenária da Vida e não das plenárias dos interesses espúrios de partidos e movimentos oportunistas. Por isso, delas temos orgulho hoje e sempre!

A data é comemorada anualmente pela Rede como Dia Nacional do Orgulho Lésbico com atividades variadas e documentadas por matérias e fotos. Em 2006, por exemplo, foram feitos cursos e palestras e, entre elas, um dedicado à prática de seguro, uma preocupação constante do movimento: A **narradora** é sua protagonista:

Mais técnica, minha oficina sobre saúde e sexualidade propôs às participantes discutir sobre suas práticas sexuais e de como realizá-las de forma segura e saudável. Constatou-se ao fim, como sempre, a necessidade da discussão permanente sobre sexualidade lésbica a fim de quebrar mitos e preconceitos e tornar mais comum a preocupação com o sexo seguro. Prevaleram como práticas sexuais preferidas, entre as participantes da oficina, o sexo oral e o tribadismo (chana com chana), práticas realizadas, pelos depoimentos, sem preocupação com sexo seguro. A maioria das participantes revelou também, apesar de não fazer sexo seguro, não ter tido problemas mais sérios com doenças sexualmente transmissíveis (DST) e - as que tiveram – ter feito tratamento médico para curá-las. Com base na recém-lançada cartilha Prazer sem Medo, sobre saúde lésbica, discorri sobre as possíveis formas de se fazer sexo seguro de forma prazerosa, usando

sobretudo a imaginação. Como subsídio adicional, as participantes levaram exemplares da cartilha para leitura posterior.

Os hiperlinks internos são utilizados como instrumentos para entremear as narrativas. Do texto das comemorações é possível retornar ao artigo da Consciência e verificar que os **fatos** descritos forneceram o desfecho da argumentação reafirmando a importância da memória coletiva que contemple as histórias pessoais de cada uma das mulheres:

Não faz muito tempo, uma dessas feministas homossexuais equivocadas, disse que era mórbido lembrar de mulheres que se suicidaram (como Sandra Mara e Rosely) e que era preciso “criar” datas mais “alegres” para celebrar. Adepta de um feminismo cada vez mais avesso de si mesmo, essa feminista não entendeu que o que se celebra ao resgatar essas biografias, bem como as biografias de Safo, Virgínia Wolf e Ana Cristina César (que também se suicidaram) não é a morte, mas sim a vida dessas mulheres. Vidas que merecem ser resgatadas e celebradas porque brilharam intensamente por sua coragem e talento, apesar das tentativas dos opressores e das opressoras de todos os tempos de apagá-las da História.

Os símbolos lésbicos – o duplo feminino, o machado de dupla lâmina, e o triângulo preto - são destacados e explicados numa outra página junto aos símbolos de gays, transgêneros e outros segmentos (ANEXO E).

O site não é unicamente uma página no ciberespaço para marcar identidade lésbica: ele interage com seu público formando uma comunidade. No hiperlink *Sua opinião*, um formulário eletrônico convida à avaliação do site. As mensagens recebidas desde o lançamento do site em 2004, estão armazenadas e disponíveis à consulta *online* e podem ser examinadas como narrativas da identificação estabelecida:

Amei o site. Achei totalmente informativo e cultural. Faltava realmente isto p/nós. Tive conhecimento desta página na parada do dia 13/06/04. Vi o carro da organização na parada e gravei o site na cabeça e qd cheguei em casa fui logo entrando no site! Gostaria de saber se há alguma comemoração no dia 19/08. Agradeço se alguém já tivesse pelo menos alguma previsão. E gostaria de saber onde fica o Ferro's Bar q na página comenta o bar e foi onde tudo começou. Fica aki mesmo em são paulo? Muito obrigada e

parabéns. Muito boa a matéria da Stella Ferraz. Gostei muito mesmo! Parabéns Stella, adoraria conhecê-la pessoalmente, gostei da sua forma de escrever e acredito q vc seja uma pessoa adorável de se conversar! Beijis a todos aí da organização! **Livia**, São Paulo, São Paulo.

A resposta remete ao artigo anterior analisado e ratifica os laços da vida real, pois anualmente a Rede coloca um trio elétrico na Parada do Orgulho Gay em São Paulo (ANEXO F). Aproveita-se dos recursos da tecnologia digital colocando um formulário padronizado para a venda de convites no carro e da camiseta do grupo:

*N.E. Sim, Livia, haverá comemoração do 19 de agosto. Você será informada por e-mail, e também haverá informação aqui no site. Em relação ao Ferro's, ele foi fechado em setembro de 2000. Leia a página sobre a **Rosely Roth** que lá também há informações sobre o Ferro's.*

As mensagens de todo o país ressaltam a identificação com as propostas do site inclusive para a atuação em outros estados:

Obrigado por existir um site tão completo com informações para lésbicas. Sou coordenadora de um grupo de lésbicas e vou me amparar na suas reportagens para fazer as palestras. Valeu. Érika do Carmo Neves, juiz de fora, Minas Gerais.

Elas também podem contar experiências de registro das uniões em cartórios, uma orientação dada no site pela oferta de um modelo padrão ou através de artigos assinados por especialistas em direitos de família e uniões entre homossexuais. Uma mensagem conta das providências tomadas neste caso e da longevidade do casamento:

Acho o melhor site GLS: sério, discreto, elegante, sem frescuras e sem pornografia e com boa qualidade de informações. Isto tudo e, ainda mais, sem falso moralismo, e erótico na medida exata. Temos um relacionamento homoafetivo com duração de + de 41 anos ...PODEM ACREDITAR, não é brincadeira não (temos CONTRATO DE PARCERIA CIVIL E SOCIEDADE DE FATOS, com REGISTRO em CARTÓRIO e também duplo TESTAMENTO). Luzia Castro, São Paulo, São Paulo.

Outra forma de integração é através de enquetes *online*. Em 2006, uma indagava se a pessoa havia assumido sua lesbianidade. Das 18670 respostas, somente 13,39% ainda não haviam se identificado para ninguém. A maioria – 35,30% - era assumida diante dos amigos, e um percentual de 24,05% contara à família. As enquetes permitem a anexação de comentários como este:

Infelizmente um grande nº de pessoas ainda não tem coragem de assumirem seu comportamento, suas atitudes, enfim, seu homossexualismo. Eu sou convicta, mas minha namorada tem medo da família, e eu respeito porque a amo!!!

Outra integração propiciada pelo site é o Ponto de Encontro para fazer amizades ou “para aquela transa”. Basta preencher outro formulário *online* com dados como nome, local de contato, religião, profissão, estado civil - informações consideradas relevantes para os encontros – e anexar uma mensagem para que eles sejam publicados.

Sou uma mulher ativa, não masculina e muito menos feminina, sou normal. Procuro uma namorada namoro sério, gosto de mulheres femininas e maduras. Um beijo á todas e até breve.

Talvez aqui eu encontre algo diferente do que vi pelo orkut... uma pessoa como eu, bem intencionada, e a fim de viver a vida como deve ser, com amor e sensibilidade. Sou feminina, e prefiro mulheres loiras.

Todas as narrativas existentes no site *Um Outro Olhar*, procuram estabelecer uma noção de orgulho em ser lésbica, isto é, a de publicamente assumir a identidade sexual. Continuamente ele atribui valor à memória, às suas heroínas, aos símbolos, à produção cultural de lésbicas como reforço da identidade coletiva. Esta estratégia discursiva reforça a identidade coletiva na perspectiva essencialista Substituindo a visão hegemônica de anormalidade pela de naturalidade na orientação homossexual, o site insere-se na criação de nova representação social como um orgulho, isto é, como reafirmação pública de um direito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação mediada por computador é uma realidade que transborda as fronteiras da tecnologia digital e crescentemente faz parte do cotidiano de milhões de pessoas no mundo. Estar ausente deste meio ambiente midiático na atualidade têm várias implicações. A primeira delas é a de abdicar de transmitir informações, notícias e opiniões de forma descentralizada, plural e global. É deixar escapar uma forma de visibilidade tanto para um público potencialmente interessado como para aquele mais segmentado.

Ausência também significa menosprezar os recursos tecnológicos que instauram novas formas de comunicação e socialidade, de interação social. Hoje o ciberespaço, em que pese seu alcance ainda menor do que os meios tradicionais e os sistemas de localização dos conteúdos regidos pelas grandes corporações de telecomunicações, é um sistema essencial para minorias, movimentos, grupos ou indivíduos realizarem a publicação de suas informações, escapando também do confinamento do território físico. A tecnologia digital alterou as interações comunicacionais.

Seus recursos são ainda mais amplos possibilitando a constituição de debates com a troca de argumentos. Criam-se arenas temáticas de discussão envolvendo os interessados de forma autônoma e com regras de participação e reciprocidade definida por todos os participantes. Tais arenas temáticas, na concepção habermasiana, se realizam de forma episódica, como nos chats de grandes portais; através de presença organizada como nas listas de discussão e alcançam a esfera abstrata, a da mídia, tanto em publicações segmentadas como nos sites das corporações de imprensa. O ciberespaço funciona, nesta perspectiva, numa esfera pública virtual.

É na esfera pública que circulam as representações sociais como um conhecimento social compartilhado sobre objetos e indivíduos, constituindo o senso comum como produto das interações sociais que constroem e reconstroem significados no cotidiano dentro de um

contexto social e histórico. São estruturas dinâmicas fazem mediações, junto com os processos comunicacionais, familiarizando um tema, um indivíduo, ou uma situação desconhecida ancorando-os com o conhecimento já apropriado socialmente. A homossexualidade está marcada pelas noções de normalidade e anormalidade que estigmatiza as pessoas..

O senso comum, habitualmente definido como compreensões mais superficiais, sobre a sexualidade não se constitui num vazio conceitual: ele ampara-se nos conhecimentos produzidos pela ciência. Os comportamentos sexuais deixam de ser uma prática pertencente à intimidade das pessoas, para tornarem-se parâmetros de inclusão e exclusão. Instituir a normalidade significou classificar, portanto, ter sua antítese na anormalidade. Este caminho é trilhado para esquadrihar, conhecer, catalogar o sexo. As diferenças são tornadas públicas, reiteradas e reafirmadas no tecido social marcando corpos, gêneros e prazeres.. O estereótipo da sapatona, imposto a toda lésbica, é o enquadramento naquilo que a ciência definiu como inversão da sexualidade. A aplicação do estereótipo de mulherzinha aos homossexuais masculinos.

Os saberes científicos irão ancorar as representações sociais acerca da sexualidade para orientar o entendimento do mundo social. Elas tornam-se então o conhecimento do senso comum que dá segurança produzida pela familiaridade. As lésbicas carregam no cotidiano o estereótipo de machonas, caminhoneiras, sapatonas. São as marcas para definir as mulheres que não cumprem as normas da sexualidade construída a partir de generalizações que atribuem uma correlação automática entre corpo biológico, gênero e sexualidade.

Buscar afirmação da homossexualidade num meio social regido por normas héteros mostra-se um desafio contínuo com enfrentamento de estigmas, preconceitos discriminações traduzidas em atos agressivos e na contínua reiteração discursiva. Não são meras palavras: expressam os sistemas classificatórios demarcatórios de grupos sociais. Os preconceitos, juízos de valor pré-estabelecidos tornam-se estáveis para formular estereótipos

generalizantes, rígidos e resistentes. A estereotipia de um grupo social acaba enquadrando todos os indivíduos deste grupo numa caricatura de si mesmos. Por outro lado dá a segurança da exclusão e de um sentimento de superioridade àqueles que os utilizam como diferenciais.

Mas representações sociais são produzidas dentro de um contexto sócio - cultural e histórico, portanto são fenômenos dinâmicos que sofrem transformações. As lésbicas, à medida que buscam a visibilidade estão abrindo o debate público sobre as noções de normalidade e anormalidade. Elas introduzem um discurso desestabilizador ao desconstruirmos as imagens clássicas da inversão. Mostram-se múltiplas. Umhas têm estilos de comportamentos atribuídos aos homens heterossexuais – vigor, força física, coragem – e outras se identificam mais com os estilos atribuídos às mulheres com comportamentos atribuídos às mulheres heterossexuais – beleza, doçura, sensibilidade.

A centralidade da mídia na sociedade contemporânea. Omitindo ou revelando, os meios de comunicação fazem circular novos significados ou ratificam os estereótipos. O cotidiano das interações entre os indivíduos ou grupos sociais está permeado pelas informações divulgadas nos meios de comunicação e acabam por mediar estas interações com a realidade circundante. Pela mídia e na mídia circulam as representações sociais, portanto alterar o senso comum implica em introduzir o questionamento acerca da heteronormatividade, mostrar sua multiplicidade e denunciar sua exclusão.

No ciberespaço, elas formam arenas temáticas em comunidades virtuais. As listas de discussões – tanto as de solidariedade como as do ativismo – contém narrativas e encaminhamentos que buscam quebrar as representações tradicionais. A tecnologia criou um ambiente de pluralidade de vozes, que tanto serve para divulgar, influenciar e aproximar aqueles apegados aos estereótipos, como para estreitar os laços identitários. Assim, os espaços de socialidade revelam-se primordiais na troca de experiências que permite enfrentar os estigmas e os preconceitos. Nas listas de discussão restritas cumprem este papel. Ali as

lésbicas debatem, argumentam, desabafam e vão solidificando sua identidade alicerçada no sentimento de pertença e não mais da exclusão. Passam da anormalidade à reafirmação de sua diferença. Dali emergem relatos sobre os preconceitos na família, nos locais de trabalho, entre amigos ou em locais públicos. Ali também são apresentados argumentos que servem para mudar as representações. O quadro que emerge é da busca de naturalidade da orientação sexual, de mulheres que exercem profissões diversas, que clamam por respeito, que, em síntese, querem ser encaradas como mulheres comuns.

As lésbicas também se tornam atores políticos através de movimento social autônomo com demandas específicas na sociedade. Portanto, as mesmas possibilidades abertas à socialidade virtual são instrumentos na organização de suas demandas. Movimentos sociais são atores políticos importantes na sociedade contemporânea. Caracteristicamente organismos da sociedade civil eles trazem para esfera pública as demandas de segmentos e setores diferenciados. A comunicação mediada por computador possibilita tanto o uso de recursos e dispositivos tecnológicos para sua organização como garante a presença num ambiente midiático que cada vez mais incide nas interações sociais. Em conjunto, espaços de sociabilidade e de ativismo político constituem as arenas temáticas virtuais que podem ocasionar rupturas nas representações sociais hegemônicas sobre a homossexualidade feminina.

A mudança de estigmas, preconceitos e estereótipos não expressa apenas as demandas de um segmento social, mas traduzem a complexidade da sociedade contemporânea que redimensiona o conceito de cidadania. As lésbicas, ao tomarem o ciberespaço trazem sua contribuição para o fortalecimento de um processo democrático que vá se desvencilhando de sistemas classificatórios e normativos que ocasionam exclusões.

Na esfera pública virtual elas também firmam também uma identidade coletiva que busca afirmar figuras, imagens e heróis de sua história. Ali firmam a memória comum que lhes impele na busca de alteração dos direitos de cidadania, principalmente aqueles ligados aos direitos de casais (ANEXO G) .

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso. Os Desafios Epistemológicos da Comunicação Mediada por Computador. **Revista Fronteiras**, vol. IV, nº 2, São Leopoldo, 2002, p. 29-42.

ALEXANDER, Jonathan.(a) Introduction to the Special Issue - Queer Webs: representations of LGBT people and communities on the World Wide Web. **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, Dordrecht, v.7, n.2/3, p. 77-84, July 2002. Disponível em: <<http://www.springer.com>>. Acesso em: 05/04/2007

ALEXANDER, Jonathan(b). Homo-Pages and Queer Sites: Studying the Construction and Representation of Queer Identities on the World Wide Web **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, Dordrecht, v.7, n.2/3, p. 85-106, July 2002. Disponível em: <<http://www.springer.com>>. Acesso em: 05/04/2007

ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. A progressiva autonomização do movimento brasileiro de lésbicas no contexto da epidemia de Aids. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. [Anais...]. Caxambu, 2007. Seminário Temático Sexualidade e ciências sociais: desafios teóricos, metodológicos e políticos, 31º.

ALLPORT, Gordon. **The Nature of Prejudice**:25th anniversary edition. Jackson, Estados Unidos, Basic Books,1979, 576p.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

BENNETT,Lisa.**The perpetuation of prejudice in reporting on gays and lesbians** : Time and Newsweek : the first fifty years. Cambridge, MA : Joan Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy, John F. Kennedy School of Government, Harvard University , 1998.

BERGER, Christa. Dos Movimentos Sociais e das Organizações Não Governamentais: a esperança dos excluídos. In **Verso e Reverso**, São Leopoldo, ano XX, n.44, p.006/2. Disponível em:<<http://www.versoereverso/unisinos>>. Acesso em: 05/05/2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995, 247p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. 314p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005. 160p.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sergio Dayrell. **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2001. p. 11-39.

BRETAS, Maria Beatriz Almeida. Elementos metodológicos para a abordagem das interações telemáticas. In: FAUSTO NETO, Antonio (Org.). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção Comunicação, 11. Compós, v. 2).

BRETAS, Maria Beatriz Almeida. Apresentação. In: BRETAS, Beatriz (Org.). **Narrativas telemáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.7-12.

CALHOUN, Craig. Community without Propinquity Revisited: communications Technology and the Transformation of the Urban Public Sphere. **Sociological Inquiry**, V,1998 68 (3):373-397. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/toc/soin/68/3> > Acesso em : 14/06/2007

CALHOUN, Craig. Information Technology and the International Public Sphere: Shaping the Network Society. In: SCHULER, Douglas; DAY, Peter. **The New Role of Civil Society in Cyberspace**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p.229-251. Disponível em: <http://www.ssrc.org/president_office/articles/> Acesso em : 14/06/2007

CASS, Vivienne. Homosexual identity formation: a theoretical model. **Journal of Homosexuality**, 4, 1979.p. 219–235.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 467p.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 244p.

CASTELLS, Manuel. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. In: **International Journal of Communication** 1 (2007), 238-266. Disponível em: <<http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc>> Acesso em: 13/03/2007.

CARRARA, Sérgio (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade:** pesquisa 8ª parada do orgulho GLTB no Rio - 2003. Rio de Janeiro: CLAM, 2004. Disponível em: <<http://www.clam.org.br>> Acesso em: 22/11/2006.

CARRARA, Sérgio (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade:** pesquisa parada do orgulho GLTB no Rio - 2004. Rio de Janeiro: CLAM, 2004. Disponível em: <<http://www.clam.org.br>>. Acesso em: 22/11/2006.

CARRARA, Sérgio (coord). **Política, direitos, violência e homossexualidade:** pesquisa parada do orgulho GLTB em Recife - 2006. Rio de Janeiro: CLAM, 2004. Disponível em: <http://www.clam.org.br>. Acesso em: 12/11/2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006, 288p.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia,** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32 p.

DAHLBERG, Lincoln. Computer-Mediated Communication and The Public Sphere: a critical analysis. **Journal of Computer-Mediated Communication.** V. 7, n.1, Oct. 2001. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol7/issue1/dahlberg.html>>. Acesso em: 12/08/2003.

DOISE, Willem. Human Rights: Common Meaning and Differences in Positioning. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** set-dez 2003, v. 19 n. 3, pp. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12/02/2007.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELEVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais,** Petrópolis: Vozes, 2003,p.7-28.

EARL, Jennifer. **Pursuing Social Change Online:** The Use of Four Protest Tactics on the Internet. *Social Science Computer Review,* Raleigh, NC, v.24, n.3, p. 362-377, Fall, 2006. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/cgi/reprint/24/3/362>>. Acesso em: 14/10/2007.

ELIASON, Michele J.; MORGAN, Kris S. **Lesbians Define Themselves: Diversity in Lesbian Identification.** *Journal of Gay, Lesbian, and Bisexual Identity,* v. 1. 3, n. 1, 1998. Disponível em <: <http://www.springerlink.com>> Acesso em: 17/05/2007.

HEILBORN, Maria Luiza. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, Denise. Dourado (Org.). **Feminino Masculino:** igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997, p. 47-57.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 304 p.

FALQUET, Jules. **Breve reseña de algunas teorías lésbicas.** Disponível em: <http://www.creatividadfeminista.org/articulos/2004/lesb04_teoriaslesb_02.htm>. Acesso em: 01/10/2005.

FARR, Robert M. Common sense, science and social representations. **Public Understand of Science.** v. 2, 1993, p. 189-204. Disponível em: <<http://www.sagepub.com>>. Acesso em: 10/09/2006.

FAUSTO NETO, Antonio. AIDS recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 13, dez. 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** o uso dos prazeres. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994. 232 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. 295p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 152 p.v.1.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 79 p.

FRAGOSO, Suely. Quem procura, acha? o impacto dos buscadores sobre o modelo distributivo da World Wide Web. **Revista Eletrônica Eptic On Line**, Sergipe, v. 9, n. 3, Sep–Dec, 2007. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.3,2007/ASuelyFragoso.pdf>> . Acesso em: 01/01/2008.

FRAGOSO, Suely. **Um e muitos ciberespaços.** Disponível em: <<http://www.comunica.unisinos.br/tics/textos/2003/GT12TB9.PDF>>. Acesso em: 12/10/2007.

FRANÇA, Isadora Lins “Cada macaco no seu galho?” Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006, p. 82-194. Disponível em: <http://www.scielo.org.br>. Acesso em: 10/03/2007.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sociabilidade: implicações do conceito da comunicação. In BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antonio; PORTO, Sérgio Dayrel (Org.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p. 55-66. Inclui a seleção de 21 textos apresentados na 3. Reunião Anual da Compôs, 1994.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O fio de Ariadne, a palavra da rua. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José (Org.). **O indivíduo e as Mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 103-111. Inclui ensaios apresentados na IV. Reunião Anual da Compôs, 1995.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, Luiz G. et al. (Org.). **Estratégias e Culturas da Comunicação**. Brasília: Editora da UnB, 2002. p. 13-29. (Comunicação, 1).

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera L. F. (Org.). **Comunicação, Representação e Práticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2004. p.13-26.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Discurso de identidade, discurso de alteridade: o outro por si mesmo**, 2001. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gris/biblioteca/artigos/discurso-de-identidade-discurso-de-alteridade-o-outro-por-si-mesmo.pdf/view>>. Acesso em: 11/11/2007.

FREIRE FILHO, João. **Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias**. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre n.28 , dezembro 2005, p 18-29.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Lesbians in (cyber)space: the politics of the internet in Latin American on - and off-line communities. **Media, Culture & Society**, Glasgow, v. 29, n.5 p. 790-811, 2007. Disponível em: <<http://mcs.sagepub.com/content/vol29/issue5/>>. Acesso em:15/11/2007.

GANCHÓ, Cândida Vilares Coutinho. **Como analisar narrativas**. 8.ed.,São Paulo, Ática,2004.,76p.

GARCIA Jonathan; PARKER, Richard. From global discourse to local action: the makings of sexual rights movement? In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.26, jul/dez 2006, p.13-42.

GOMES, Wilson. Esfera Pública Política e media: com Habermas contra Habermas. In: RUBIM, Antonio A C.; BENTZ, Ione (Org.). **Produção e Recepção dos sentidos midiáticos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.155-185.

GOMES, Wilson. **Esfera Pública: política e mídia II**. In: RUBIM, Antonio A C. BENTZ, Ione; PINTO, Milton J. (Org.). **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo: Editora Unisinos/Compós, 1999, p. 203-231

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo, v.8, n.3, p.214-222, setembro/dezembro, 2005.

GOMES, Wilson. Publicidade, Visibilidade, Discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16., Curitiba, 2007. Curitiba. [Anais...]. Curitiba: Compôs, 2007. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_41.pdf>. Acesso em:12/12/2007.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158p.

GOFFMAN, Erwing. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 233p.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990. 350 p.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 354p. v.2.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 2001, 618p.

HABERMAS, Jürgen. **Agir Comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, 111 p.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2.ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, 398 p.

HALL, Stuart. The work of representation .In: HALL, Stuart (Org.) **Representation** cultural representations and signifying practices. EUA, SAGE-USA, 1997, p.13-75p..

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, 102p.

HEINZ, Bettina et al. Under the Rainbow Flag: Webbing Global Gay Identities. In: **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, v. 7, n. 2/3, July 2002, <<http://www.springer.com>>. Acesso em: 05/04/2007

HOWARTH, Caroline. **Identity in whose eyes?: the role of representations in identity construction**. Londres: LSE Research Online..Disponível em : <http://eprints.lse.ac.uk/2441,2007>. Acesso em: 22/11/2007.

JOFFE, Hélène. “Eu não, o meu grupo não”: representações transculturais da AIDS. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELEVITCH, Sandra (Org.). 5. ed. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.297-321.

JOVCHELEVITCH, Sandra. **Representações sociais e Esfera Pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 232p.

JOVCHELEVITCH, Sandra. Social Representations, Public Life and Social Construction. In: DEAUX, Kay (Org.). **Representations of the Social Bridging Theoretical Traditions**. New York: Blackwell Publishing, 2001. p. 165-182.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leôncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.165-168, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 03/05/2006.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: **Revista de Estudos Feministas**, vol.11 n.1, jan/jun 2003, Florianópolis. Disponível em : <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/07/2006.

LEMOS, André (a). Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: LEMOS, André; MACHADO, Arlindo et al. (Orgs.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker, 2002. p.11-29.

LEMOS, André. **Agregação Eletrônica ou Comunidades Virtuais?** Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/agregacao.htm>>. Acesso em: 25/09/2006.

LEMOS, André(b). **Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002. 328 p.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Org.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003, p.11-23.

LEMOS, André. Cibercultura, cultura e identidade: em direção a uma Cultura Copyleft? Salvador: **Contemporânea**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 9-22, dez. 2004.

LEMOS, André. **Anjos interativos e retribalização do mundo: sobre interatividade e interfaces digitais**. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interativo.pdf>>. Acesso em: 24/09/2007.

LIPPMAN, Walter. **Public Opinion**. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~Hyper/Lippman/cover.html>>. Acesso em: 24/09/2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (a). **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 96 p.

LOURO, Guacira Lopes(b). Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e pós-identidade. In: SEMINÁRIO "IDENTIDADES, SUBJETIVIDADES E CULTURAS SEXUAIS: RECONSTRUINDO A SEXUALIDADE EM TEMPOS DE AIDS", 2002, Rio de Janeiro. **Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.203-211.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998. 207p.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 232 p.

MAIA, Rousiley (a). Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: **Estratégias e culturas da Comunicação**, MOTTA, Luiz Gonzaga et al. (Org.). Brasília: Editora da UnB, 2002.

MAIA, Rousiley(b) **Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública**. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p.46-71.

MAIA, Rousiley(c) **Sociabilidade: apenas um conceito? Gerais: Estudos em Comunicação e Sociabilidade**, Belo Horizonte, n. 53, p. 4-15, 2002.

MAIA, Rousiley **Política deliberativa e Tipologia da Esfera Pública**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 15., Bauru, 2006. [Anais...] Bauru, 2006. 1 CD-ROM. Texto apresentado no GT Comunicação e Política.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417 p. (Os economistas)

MARONNA, Angela; SÁNCHEZ VILELA, Rosário. Conhecer para intervir: infância, violência e mídia In: MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane; MEURER, Flávio (orgs.) **Mídia e Representações Sociais da Infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat;Porto Alegre: UFRGS,2007,p.15-58.(Coleção Comunicação,2).

MARQUES, Ângela C. S.; MENDONÇA,Ricardo Fabrino; MAIA,Rousiley C. M.. O Sistema deliberativo e seus espaços discursivos:a articulação entre diferentes modos de comunicação.In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO,16,2007,Curitiba,1-7p.

MARQUES, Francisco P.J. Da conversação pública em terrenos digitais: horizontes e provocações sobre a validade de uma esfera pública virtual. In: LEMOS André e CUNHA, Paulo (orgs.) **Olhares sobre a cibercultura**, Porto Alegre: Sulina, 2003, pp. 174-196.

MARSHALL,T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220p.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital, 2001**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 05/03/2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. **Revista Contemporânea**, volume 4, n.1, junho 2006, p 73-98.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003,408p..

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004, 60p, (Coleção Textos em Comunicação).

MUNT, Sally R.; BASSET, Elizabeth H.; O'RIORDAN, Kate. Virtually Belonging: Risk, Connectivity and Coming Out. **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, Secaucus, NJ, v.7, n. 2-3, p. 125-137, July, 2002. Special Issue: Queer Webs: Representations of LGBT People and Communities on the World Wide Web. Disponível em:<

<http://springerlink.metapress.com/content/v74jyhwnr1kmm0fp/?p=aeab4c916d884e00af238f93e81903d2&pi=3>>. Acesso em:05/04/2007.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000, 104p. (Coleção Primeiros Passos)

NAVARRO-SWAIN Tânia. **Quem tem medo de Foucault?** Feminismo, Corpo e Sexualidade. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em: 05/11/2006.

NUSSBAUMER, Gisele M(a) . **Cultura e identidade gay**: a diferença do múltiplo. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., Campo Grande, 2001. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2001, CD-Rom.

NUSSBAUMER, Gisele M.(b) Fora do Armário: a cibersocialidade em uma lista de discussão GLS. In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (Org.). **Janelas do Ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 80-104.

NUSSBAUMER, Gisele M. E - jovens: potencialidades da escrita de si. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, Porto Alegre, 2004. **Anais...** Porto Alegre: Intercom, 2004.

NUSSBAUMER, Gisele M(c). Homossexualidade e Subjetividade *on line*: um estudo de comunidades virtuais *gays*. **ALCEU**: Revista de Comunicação Cultura e política, Rio de Janeiro, v.6, n.11, jul./dez., p. 64–76, 2005.

NUSSBAUMER, Gisele M(d) Sociabilidade e Escrita de Si em Comunidades Virtuais Gays. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 14., Niterói, 2005. [**Anais...**] Niterói: COMPOS, 2005. Texto apresentado no GT Comunicação e Sociabilidade.

PALÁCIOS, Marcos. Cotidiano e Sociabilidade no Ciberespaço: apontamentos para discussão. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José. **O Indivíduo e as Mídias**: ensaios sobre comunicação, Política, Arte e Sociedade no mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p.87-102. Inclui ensaios apresentados na IV. Reunião Anual da Compós

PAIVA, Raquel. A Estratégia Comunicacional Contra a Memória Hegemônica e o Senso Comum Midiático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **HIV**: Related Stigma, Discrimination and Human Rights Violations Case studies of successful programmes, UNAIDS 2005. Disponível em: <<http://data.unaids.org/Publications/IRC-pub07/jc1236-hivrelatedstigma.pdf>> . Acesso em: 10/09/2007.

PERRIN , Céline ; CHETCUTI, Natacha. **Além das aparências**: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos Labrys, estudos feministas, n.1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/natacha1.html> Acesso em: 24/06/2006.

POESCHL, Gabriele. Representações das diferenças entre os sexos, práticas familiares e relações entre homens e mulheres. In: **Estudos Goiânia** ,v.30,n1,p5-220,jan 2003.p.31-47

POSTER, Mark. **CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere** California, Irvine, USA, 1995. Disponível em: < <http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html> >. Acesso em :08/05/2007.

PRADO, M.A.M. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. p.193-214.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. **A emergência das comunidades virtuais**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/comunidades_virtuais.pdf>. Acesso em: 25/10/2007.

PRIMO, Alex. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. **404NotFound**, Salvador, n. 45, 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtf0und/404_45.htm>. Acesso em: 12/01/2006

REIS, Roberto Alves; MAIA, Rousiley. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. Porto Alegre: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 30, p.46-61, agosto 2006.

RHEINGOLD Howard . **The Virtual Community**. EUA, 1993. Disponível em:< <http://www.rheingold.com/vc/book/index.html>>. Acesso em: 02/05/2006.

SÁ, Celso Pereira de. **Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro, Uerj, 1998, 188p.

RICHARDSON, Diane Claiming Citizenship? Sexuality, Citizenship and Lesbian/Feminist Theory. **Sexualities** ,Londres, v 3(2),p.255-272,200-. Disponível em: < <http://sexualities.sagepub.com/cgi/content/refs/3/2/255>> Acesso em: 20/09/2006.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. CLAM//IMS,2006,34p.Disponível em < http://www.clam.org.br/publique_março/2006>. Acesso em;04/05/2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.2, p. 46-71, 1988.

SCARDUA Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O Debate sobre a Homossexualidade Mediado por Representações Sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n.3, p.482-490, 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15/10/2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais na Sociedade de Informação. In MAIA, Rousiley; CASTRO; Maria C.P. S (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.215-228. (Coleção Humanitas)

SERRA, Paulo. **A Internet e o mito da visibilidade universal**. Aveiro, Portugal, Biblioteca on line de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em:<<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 08/12/2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.73-102.

SILVA, Lúcia J. Oliveira Loureiro da. **A Internet: a geração de um novo espaço antropológico**. 1999. 15 p. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 03/02/2007.

SIVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo, Loyola, 2002,302p.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia-indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro,Zahar, 2006, 120p.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: BARBALHO, Alexandre, PAIVA, Raquel, (orgs.) **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Editora Paulus, Coleção Comunicação, 2005, p.11-14.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Perigo, Probabilidade e Oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1), p. 151-164. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em:21/09/2006.

TAJFEL, Henri. Stereotypes. **Race & Class**, vol. 5, 1963, p. 3 - 14. Disponível em: <<http://www.sagepub.com>>. Acesso em: 10/06/2007.

TIDWEL, Alan. The virtual Agora: online ethical dialogues and professional communities. In: **Peer Reviewed Journal on the Internet**. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue4_7/tidwell/#t3>. Acesso em: 15/04/2007.

THOMPSON, John B. **Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2001, 264p.

THOMPSON, John B. **La transformación de la visibilidad**. Chile, Santiago, Revista Estudios Públicos, n. 90, 2003, 273-296. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3197.html>. Acesso em: 30/07/2006.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403 p.

TONNIES, Ferdinand. **Community & Society**. New York, Harper Torchbooks, 1957, 298p.

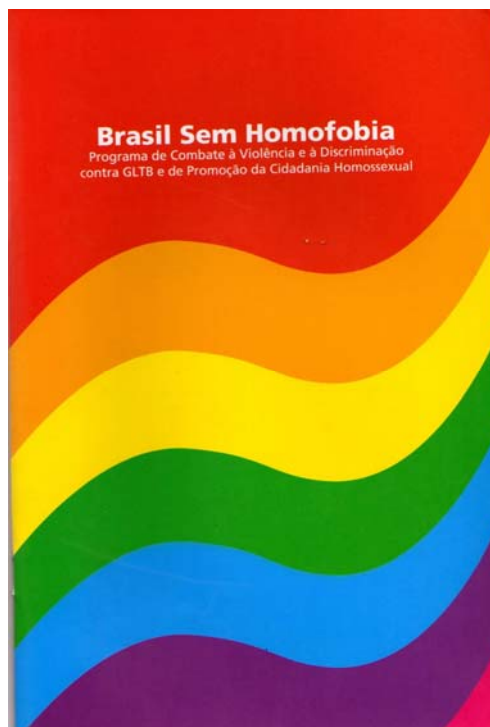
WASSERMAN, Claudia. Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. **Semina: Ciências Humanas e Sociais**, Londrina, v. 23, p. 93-100, set. 2002.

WEEKS, Jeffrey. The Sexual Citizen. **Theory, Culture & Society**, Nottingham Trent University, v. 15(3-4), p. 35-52, 1998. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/cgi/content/refs/15/3/35>> .Acesso em 02/05/2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.7-72.

ANEXOS

ANEXO A – Capa e página de apresentação do Programa Brasil Sem Homofobia lançado pelo governo federal em 2004.



O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “*Brasil sem Homofobia*”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados.

O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.

O Programa “*Brasil sem Homofobia*” é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, que durante aproximadamente seis meses se dedicou a um trabalho intenso, fundamental para o alcance do resultado apresentado nesta publicação. Quero manifestar o nosso agradecimento ao esforço de todos os militantes e à Janaina, que na sua passagem pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação deixou um testemunho de coragem e dignidade.

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta.

A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros.

As políticas públicas traduzidas no Programa serão exitosas porque é uma decisão de todos, elaboradas pelo consenso. Entretanto, a participação de cada um de nós como cidadão é importante para a consolidação dos direitos humanos como direito de todos.

Nilmário Miranda
Secretário Especial dos Direitos Humanos

ANEXO B – MODELOS DE CAMISETAS DA LELIST



Modelo 1
















Modelo 2

Fonte: <http://br.groups.yahoo.com/group/lelist>.

ANEXO C – ARQUIVOS MANTIDOS NA LELIST PARA CONSULTA E UTILIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Arquivos

Nome e descrição	Enviado por
 CAMISETAS LELIST Modelos de camisetas da lista	priscila_galvao
 ConferenciaGLBTRio2008 Fichas de inscrição para as Pré conferências GLBT Rio 2008	priscila_galvao
 ConferenciaMunicipalGLBTTT-SP I Conferência Municipal de Políticas Públicas para GLBTTT - SP 2008	luriana2002
 Fotos das Lesgirls nem preciso dizer, né?	
 Legislação Proj. de Lei e leis de nosso interesse	priscila_galvao
 Lelist nas Paradas Lesgirls nas paradas GLBTT	priscila_galvao
 Mensagens Administrativas Enviadas automaticamente	priscila_galvao
 Saude Cartilhas, textos e dicas de saúde	priscila_galvao
 A construção cultural da diferença entre os sexos.doc Texto Jurandir Freire Costa	priscila_galvao
 adriananunacom violencia domestica.pdf Violência doméstica entre casais homossexuais	priscila_galvao
 Brasil sem homofobia.doc Texto do Programa Brasil sem Homofobia	priscila_galvao
 Camille Paglia.rtf Marketing Pessoal de Camille Paglia	
 Camisas Leslist.cdr Camiseta 2005 - layout final	priscila_galvao

 Camiseta Lelist1.zip Sugestão Camiseta P&B	priscila_galvao
 Claudio-Picazio.pps Composição da Sexualidade	priscila_galvao
 Deputados Federais.xls Relação dos Deputados Federais 2007	priscila_galvao
 Ficha II FORTALECENDO2.doc FORTALECENDO 2 - Ficha de Inscrição	priscila_galvao
 Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT.doc Integrantes da Frente Parlamentar Pela Cidadania GLBT - nov.2007	priscila_galvao
 HediOGlobo.jpg Matéria de O Globo - 09/03/08 - Quando o Direito Sai do Armário - entrevista c/ a Hedi Oliveira	luriana2002
 oficiosomosles.doc Ofico	veracouto2003
 Pesquisa Lelist.doc Pesquisa_Datafolha_indica_mudança_nos_valores_da_família_brasileira	rebarro1975
 Poemas - Safo.pdf Desculpem, mas é que amo Literatura.	belvargas2002
 Questionario ANNA.doc Pesquisa : O pote de ouro ao fim do arco-íris: o reconhecimento da cidadania de idosos homossexuais	priscila_galvao

Fonte:<http://br.groups.yahoo.com/group/lelist>

ANEXO D - MODELOS DE CAMISETAS DE UM OUTRO OLHAR



Modelo 1



Modelo 2



Modelo 3/2008

Fonte: www.umoutroolhar.com.br

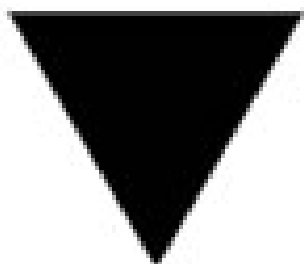
ANEXO E - SÍMBOLOS LÉSBICOS



MULHER+MULHER – duplicidade do símbolo tradicional da mulher



LABRYS – machado de dupla lâmina machado atribuído às Amazonas



TRIANGULO NEGRO – representa resistência ao preconceito e à opressão.

Fonte: www.umoutroolhar.com.br

ANEXO F FOTOS DO GRUPO NAS PARADAS DO ORGULHO GLTB/SP



Parada 2005



Parada 2006

Fonte: www.umoutroolhar.com.br

ANEXO G- LISTAGEM DE DIREITOS GARANTIDOS AOS HETEROSSEXUAIS E NEGADOS À COMUNIDADE GLBT

- 1) Não podem casar na esfera do Direito Civil
- 2) Não têm reconhecida a união estável;
- 3) Não adotam sobrenome do parceiro;

- 4) Não podem somar renda para aprovar financiamento;
- 5) Não podem somar renda para alugar imóveis;
- 6) Não inscrevem parceiro (a) como dependente no serviço público;
- 7) Não podem incluir parceiros (as) como dependentes no plano de saúde;
- 8) Não participam de programas do Estado vinculados à família;
- 9) Não inscrevem parceiros (as) como dependentes da previdência;
- 10) Não podem acompanhar o (a) parceiro (a) servidor publico transferido;
- 11) Não têm impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside;
- 12) Não tem garantia de pensão alimentícia em caso de separação;
- 13) Não têm garantia à metade dos bens em caso de separação;
- 14) Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge;
- 15) Não adotam filho em conjunto;
- 16) Não podem adotar o filho do parceiro (a)
- 17) Não têm licença-maternidade para nascimento de filha da parceira;
- 18) Não têm licença maternidade / paternidade se o (a) parceiro (a) adota filho;
- 19) Não recebem abono-família;
- 20) Não tem licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do (a) parceiro (a);
- 21) Não recebem auxílio-funeral;
- 22) Não podem ser inventariantes do (a) parceiro (a) falecido (a);
- 23) Não têm direito à herança;
- 24) Não têm garantia a permanência no lar quando o (a) parceiro (a) morre;
- 25) Não têm usufruto dos bens do (a) parceiro (a);
- 26) Não podem alegar dano moral se o (a) parceiro (a) for vítima de um crime;
- 27) Não têm direito à visita íntima na prisão;
- 28) Não acompanham a parceira no parto;
- 29) Não podem autorizar cirurgia de risco;
- 30) Não podem ser curadores do (a) parceiro (a) declarado judicialmente incapaz;
- 31) Não podem declarar parceiro (a) como dependente do Imposto de Renda (IR);
- 32) Não fazem declaração conjunta do IR;
- 33) Não abatem do IR gastos médicos e educacionais do (a) parceiro (a);
- 34) Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome do (a) parceiro (a);
- 35) Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelos parceiros;
- 36) Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios (as);
- 37) Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família

Fonte: “Manual para mídia sobre Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)”, organizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros.